

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE INFORMÁTICA E CIDADANIA

Sumário

1- APRESENTAÇÃO	4
1.1 – A Criação do Setor Litoral	4
1.2 - O Setor Litoral	6
1.3 - Objetivos Estratégicos em Desenvolvimento na UFPR LITORAL	8
1.4 - Orientações fundamentais do PPP do setor litoral	9
1.5 - Ações Político-Pedagógicas	11
1.6 - Concepções Político-Pedagógicas	12
1.7 - A Educação como Totalidade	13
1.8 - Abordagens em perspectiva de totalidade orgânica	15
1.9 - Articulação entre Teoria e Prática	15
1.10 - Flexibilidade Curricular	16
2. Justificativa para a Implantação	17
3. Dados do Curso	18
3.1 Formas de acesso	19
4. Perfil do Curso	19
5. Perfil do Egresso	20
5.1 - O profissional terá como competências e habilidades gerais:	20
5.2 - O profissional terá como competências e habilidades específicas:	20
6. Objetivos do curso	21
6.1 - 1ª Fase – Conhecer e Compreender – Percepção Crítica da Realidade	21
6.2 - 2ª Fase – Compreender e Propor – Fundamentação Teórica	22
6.3 - 3ª Fase – Propor e Agir	23
7. Metodologia e avaliação da aprendizagem	23
7.1 Avaliação do processo de ensino-aprendizagem	24
8. Sistema de Acompanhamento e Avaliação do PPC	24
9. Projeto de Orientação Acadêmica	26
10. Corpo docente e administrativo	27
11. Infraestrutura	29
11.1 Laboratórios e Equipamentos Didáticos para Aulas Práticas	29
11.2 Biblioteca	30
12. Condições de acesso para pessoas com deficiência	32
13.1 Contextualização do Bacharel em Informática e Cidadania	33
13.2 Organização Curricular e Ementa	33
13.3 Fluxograma Curricular	37
13.4 Gráfico Curricular	38
13.5 Matriz Curricular	39

13.6 Planos de Ensino – Ficha nº 1 (permanente).....	42
13.6.1 Primeiro Semestre	42
13.6.2 Segundo Semestre	48
13.6.3 Terceiro Semestre.....	55
13.6.4 Quarto Semestre.....	62
13.6.5 Quinto Semestre.....	68
13.6.6 Sexto Semestre.....	74
13.6.7 Sétimo Semestre.....	80
13.6.8 Oitavo Semestre	85
13.6.9 Módulos Optativos.....	88
14. Trabalho de Conclusão do Curso	96
14.1 Regulamento de Trabalho de Conclusão do Curso	96
15. Atividades Formativas Complementares	102
15.1 Regulamento de Atividades Formativas Complementares	102
16. Estágio Obrigatório	104
16.1 Regulamento de Estágio Obrigatório	105
ANTEPROJETO RESOLUÇÃO Nº / 11 – CEPE	118
Anexo I - Periodização Recomendada	123

1- APRESENTAÇÃO

1.1 – A Criação do Setor Litoral

Este documento explicita e formaliza o Projeto Pedagógico do curso Superior em Informática e Cidadania da Universidade Federal do Paraná – UFPR – Setor Litoral, que tem sua primeira turma com início em agosto de 2009.

Inserida no plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFPR, e no Plano de Desenvolvimento Institucional 2007-2011 sendo que o a aval institucional que lançou oficialmente a implantação do Projeto UFPR Litoral ocorreu em 1º de junho de 2004 quando, através da Resolução nº 39/04 – COUN, o Conselho Universitário da Universidade Federal do Paraná cria o Campus do Litoral.

Resolução nº 39/04 – COUN - Em 1º de junho de 2004, através da Resolução nº 39/04 – COUN, o Conselho Universitário da Universidade Federal do Paraná cria o Campus do Litoral, mediante as providências que especifica. Esta resolução define que o Campus encontra-se vinculado ao Gabinete do Reitor.

Criação da Comissão de Acompanhamento da Implantação - em 29 de julho de 2004, através da Portaria nº 1267, o Reitor da Universidade Federal do Paraná, conforme determina o Art. 7º da Resolução nº 39/04 – COUN designa os membros para comporem a comissão de acompanhamento da implantação do projeto da Universidade do Litoral.

O Termo de Cooperação União, Estado e Município, em 28 de março de 2005, o Governo do Estado do Paraná, o Município de Matinhos e a Universidade Federal do Paraná, celebram o Termo de Cooperação com vistas a implementação de ações para ampliação do acesso à educação e o funcionamento da Universidade no Litoral, conforme Extrato de Cooperação Técnica nº 2/05, publicado no Diário Oficial da União em 07/04/05.

A solenidade de Abertura do Vestibular 2005 e início das obras, em 16 de maio de 2005, com a presença de diversas autoridades, entre elas, o Ministro da Educação, o Governador do Estado do Paraná, o Reitor da UFPR e o Prefeito de Matinhos, oficializaram-se o primeiro vestibular da UFPR Litoral, a reforma da sede e a construção de um bloco de salas de aula e laboratórios.

A Direção do Campus Litoral ocorreu em 15 de março de 2006, através da Portaria nº 1885, o Reitor da Universidade Federal do Paraná, designa o Professor Valdo José Cavallet – matrícula 069639, para responder interinamente pela Universidade do Litoral, sem remuneração.

A criação da Unidade Setor Litoral ocorreu em 05 de dezembro de 2007 o Conselho Universitário, no uso de suas atribuições regimentais e estatutárias, consubstanciado no processo nº 021540/2007-33 cria a o Setorial Litoral como Unidade Universitária, estruturada na forma do respectivo Projeto Político Pedagógico.

A eleição para Direção da Unidade Setor Litoral foi realizada no dia 11/03/2008, a eleição para a direção do Setor Litoral. Foi apresentada e eleita a chapa única com o Professor Valdo José Cavallet para o cargo de diretor e a Professora Vera Lúcia Israel para o cargo de vice-diretora. A posse da Direção da Unidade Setor Litoral ocorreu em 11 de abril de 2008, o Magnífico Reitor Prof. Dr. Carlos Moreira Júnior empossa para o mandato de 2008-2012 o Prof. Dr. Valdo José Cavallet como diretor e a Prof^ª. Dra. Vera Lúcia Israel como vice-diretora, conforme a portaria nº 1121 e 1122 respectivamente, de 07 de abril de 2008, publicada no D.O.U. de 11/04/2008, seção II, pág. 19.

O parecer sobre o PPP do Setor Litoral – Núcleo de Ensino de Graduação em 04 de junho de 2008 o Núcleo de Ensino de Graduação / PROGRAD emite parecer favorável ao Projeto Político Pedagógico do Setor Litoral.

A aprovação do PPP do Setor Litoral no CEPE ocorreu em 16 de junho de 2008, com parecer do Conselheiro Marco Aurélio Visintin a 2ª câmara do CEPE aprova por unanimidade o Projeto Político Pedagógico do Setor Litoral

A Resolução nº 24/08 – CEPE, em 16 de junho de 2008, a Reitora em exercício, Márcia Helena Mendonça, Presidente do CEPE, homologa a Resolução nº 24/08 que aprova o Projeto Político Pedagógico dos Cursos de Educação Profissional e Tecnológica e de Educação Superior do Setor Litoral.

O presente PPC foi elaborado no período entre maio de 2009 e maio de 2011 durante a implantação dos dois primeiros anos do curso. A proposta apresentada a seguir contempla os aspectos formais e legais do curso, dados do curso, a justificativa de sua implantação ligada ao Projeto Político Pedagógico do Setor Litoral. Apresenta-se a dinâmica de funcionamento do Curso, nos itens: Perfil do Curso e do Egresso; Objetivos do Curso; Fundamentação teórico-metodológica, inovações e flexibilidade curricular no Curso, processo de acompanhamento e avaliação do PPC, bem como a demonstração da organização curricular do Curso Superior em Informática e Cidadania, atendendo aos eixos do PPP do Setor Litoral.

Consta ainda, neste projeto, dados relativos ao corpo docente atuante no curso, quadro técnico-administrativo do Setor, infra-estrutura física – edificações, veículos -com destaque para o acervo e serviços da Biblioteca e condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida.

Ao final encontram-se anexados documentos exigidos institucionalmente relativos às fichas permanentes dos módulos, diretrizes de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) denominado de Projeto Integrador, das Atividades Formativas e das Complementares (AFC).

1.2 - O Setor Litoral

O Setor Litoral da UFPR se insere no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFPR consolidado na gestão 2002-2006, sintetizando uma direção a ser seguida pela instituição. A partir da direção definida, foram elaborados planos das unidades meio e fim, resultando em uma carteira de projetos representantes das demandas da instituição.

No seu planejamento estratégico a UFPR estabeleceu como MISSÃO: **Fomentar, construir e disseminar o conhecimento, contribuindo para a formação do cidadão e desenvolvimento humano sustentável.**

No planejamento de 2002 a UFPR definiu entre os seus objetivos: buscar a eficiência acadêmica; integrar produção científica e disseminação do conhecimento; expandir a oferta de vagas no ensino profissional e na graduação.

A Universidade Federal do Paraná declara, por meio do seu Plano de Desenvolvimento Institucional, sua busca em consolidar-se como um agente de desenvolvimento comunitário através de ações educativas de qualidade social, técnica, ambiental e humana.

Quatro princípios norteiam a UFPR, segundo seu PDI:

- Universidade pública, gratuita, de qualidade e comprometida socialmente
- Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão
- Liberdade na construção e autonomia na disseminação do conhecimento
- Respeito a todas as instâncias da sociedade organizada.

Destes princípios, desdobram-se suas áreas estratégicas: indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa, extensão e cultura, gestão institucional e responsabilidade social.

No Plano de Desenvolvimento Institucional 2007-2011 aprovado nas instâncias colegiadas, a UFPR define como princípios:

- Comprometimento com a construção do saber e formação de profissionais competentes e compromissados socialmente;
- Ambiente pluralista, onde o debate público é instrumento da convivência democrática;
- Preservação e disseminação da cultura brasileira;
- Proposição de políticas públicas;
- Comprometimento da comunidade universitária com a instituição;
- Gestão participativa, dinâmica e transparente comprometida com melhores condições de trabalho e qualidade de vida;
- Eficiência, eficácia e efetividade no desenvolvimento das atividades institucionais;

- Isonomia no tratamento dispensado às unidades da instituição;
- Respeito aos critérios institucionais usados na alocação interna de recursos; cultura de planejamento e avaliação contínua da vida universitária.

A UFPR Litoral foi incorporada neste PDI de forma especial, representando particularmente e de forma direta aspectos como:

- Inserção e expansão da UFPR nas regiões do estado, ampliando relações e parcerias com a comunidade (PDI ; p.22 e 24 e outras);
- Responsabilidade social das IES (PDI p.25);
- Práticas pedagógicas inovadoras (PDI p.64).

De forma indireta, a proposta pedagógica da UFPR LITORAL aparece sustentada por princípios, estratégias e objetivos apresentados no PDI, tais como:

- Indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- Flexibilização curricular e espaço acadêmico como locus de construção e produção do conhecimento, no qual o discente atua como sujeito partícipe da aprendizagem, preocupado com seu contexto social (p.28);
- Programas especiais de formação pedagógica por meio da articulação de todos os níveis educacionais;
- Conexão de saberes;
- Prioridade de pesquisa em áreas de interesse regional e que envolvem um conjunto de pessoas (p.34);
- Aderência entre a prática e planos institucionais, marcada pela construção partilhada e constantemente reformulada, preconizada nas intenções do plano de auto-avaliação.

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão aparece no PDI da UFPR como princípio (item 1.1.4), como área estratégica (1.1.5) e também encabeça um eixo de objetivos e metas. Quando desdobrada em metas, especifica a intenção de viabilizar condições para a sua implementação nos projetos pedagógicos dos cursos e aliada à articulação entre a Graduação, a Pós-Graduação e o Ensino Profissionalizante, com prazos para sua concretização até 2011.

A UFPR LITORAL neste contexto é citada como exemplo e resultado de políticas educacionais inovadoras e de responsabilidade social, justificando-se desta forma pelos aspectos:

- Participação integrada de instâncias governamentais nas esferas federal, estadual e municipal;
- Reconhecimento da necessidade de ações na região do litoral do Paraná viabilizando o desenvolvimento sustentável;
- Respeito à diversidade das pessoas e dos processos educacionais;
- Integração dos níveis de escolarização na educação pública.

No item do PDI dedicado à organização acadêmica, a UFPR LITORAL é apresentada como uma conquista do povo paranaense, caracterizada pela missão de integrar regiões, saberes, forças da comunidade universitária e do conjunto da sociedade, ampliando o espaço público de formação na região. O objetivo da proposta

pedagógica que está sendo desenvolvida na UFPR LITORAL é apresentado no PDI pela união da pesquisa, da extensão e do ensino-aprendizagem desde o início do curso, como estratégia para a consolidação de aprendizagens associadas à realidade e próxima das questões sociais vividas pela população local. Objetivo este que marca o compromisso com a realidade de inserção do campus, com a interação entre teoria e prática, o caráter interdisciplinar e multidisciplinar como eixos para sustentar a formação política, filosófica, humana e profissional. Registra uma perspectiva importante da proposta, que desafia a construção das atividades do campus cotidianamente, que é a articulação entre os níveis educacionais, desde a educação básica até a pós-graduação.

A ação da UFPR LITORAL se desenvolve de forma integrada com os diferentes agentes e níveis educacionais em um projeto educacional articulado em conjunto. A ação comunitária não pode ser encampada por um único agente comunitário e em um único nível da ação educativa. É fundamental que interajam os diferentes agentes e níveis educacionais em projetos articulados.

Com a implantação da UFPR LITORAL, os objetivos principais visaram propiciar à região litorânea com extensão possível até o Vale do Ribeira, qualidade de vida compatível com a dignidade humana e a justiça social, além de qualidade de formação que contemple a formulação e a partilha de múltiplas leituras da realidade em que os projetos pessoais possam ser criados e inseridos em uma proposta de desenvolvimento sustentável.

A construção e atualização permanente da organização curricular pressupõem a universidade como lócus de construção e disseminação de conhecimento, o discente como sujeito partícipe da aprendizagem, o docente como mediador do processo e a preocupação com o contexto social coloca a prioridade de atividades formativas incluindo a pesquisa nas áreas de interesse regional.

1.3 - Objetivos Estratégicos em Desenvolvimento na UFPR LITORAL

- Participar na construção de um ciclo de desenvolvimento sustentável, com ações imediatas, progressivas e permanentes;
- Contribuir para a articulação entre os diferentes níveis educacionais e a comunidade, proporcionando espaços de integração entre as diferentes fases da aprendizagem visando a formação interdisciplinar;
- Desenvolver a capacidade de diagnóstico acerca dos limites e entraves de desenvolvimento no âmbito de famílias e comunidades, buscando gerar conhecimentos para a sua superação;
- Aperfeiçoar a capacidade de auto gerenciamento das comunidades por meio da criação de novas possibilidades de visualização do próprio futuro.
- Criar um movimento de aprimoramento contínuo de estudantes, de professores e da comunidade, com ações solidárias no qual todos estudam, aprendem, e geram alternativas de desenvolvimento.

A implantação do novo Setor da UFPR no litoral do Estado do Paraná é uma das grandes conquistas da comunidade acadêmica e do povo paranaense nos últimos anos. Tal iniciativa congrega parcerias governamentais das esferas federal, estadual e municipal, e tem como objetivo principal promover o

desenvolvimento sustentável desta região do Estado, com extensão para a região do Vale do Ribeira que, ao mesmo tempo em que abriga um significativo patrimônio natural, histórico-cultural e potencial econômico como o Porto de Paranaguá, também apresenta indicadores sociais alarmantes.

O Projeto Político Pedagógico (PPP) da UFPR Litoral baseia-se na perspectiva interdisciplinar da construção do conhecimento, sem negligenciar a formação humana de seus estudantes. Tem por objetivo construir o processo ensino-aprendizagem associado à realidade local, isto é, aos sete municípios que formam a região litorânea do Paraná: Matinhos, Guaratuba, Paranaguá, Morretes, Antonina, Pontal do Paraná e Guaraqueçaba com extensão aos municípios do Vale do Ribeira. Para tanto, busca situar o estudante, desde o início dos cursos, acerca das questões ambientais, culturais, políticas, econômicas e sociais dessas regiões, unindo a teoria e a prática profissional nas diversas ações didáticas planejadas pela equipe docente e de servidores técnico-administrativos.

1.4 - Orientações fundamentais do PPP do setor litoral

O PPP considera o trabalho pedagógico, percebido na sua totalidade, e deve ser pautado pelos princípios que envolvam:

- a) o comprometimento da Universidade com os interesses coletivos;
- b) a educação como totalidade;
- c) a formação discente pautada na crítica, na investigação, na pró-atividade e na ética, capaz de transformar a realidade.

A proposta pedagógica desenvolvida no Setor Litoral apresenta um diferencial centrado na aprendizagem, a partir da estratégia de ensino por projetos. O desenho curricular que se fundamenta na educação por projetos permite que o estudante construa o conhecimento, integrando com diversas áreas do conhecimento. Além dos fundamentos teórico-práticos, específicos de cada curso, o aluno organiza o seu cotidiano tendo também espaços semanais para as Interações Culturais e Humanísticas (ICH) e para dedicar-se ao projeto de aprendizagem.

O estudante é incentivado a perceber criticamente a realidade, compreender os diversos aspectos que a estruturam e a estabelecer ações onde a busca de conhecimento se encontra com situações da realidade local, configurando relações entre pessoas, saberes e instituições, entre elas a UFPR e a comunidade da região litorânea. Tais ações podem contemplar uma diversidade de possibilidades, desde que alie o aprofundamento

metodológico e científico. Contemplam também uma transição para o exercício profissional. Na proposição do projeto de aprendizagem, o aluno antecipa e vivencia de forma autônoma o exercício profissional. O aluno como sujeito co-responsável de seu processo de aprendizagem, aprende a significar um cotidiano balizado por valores locais. E, sem perder a perspectiva da mundialização, respeita limites humanos, engaja-se em um processo de auto-organização e auto-produtividade (PPP/UFPR LITORAL, 2008).

O trabalho pedagógico mais intenso para fazer frente aos desafios de desenvolvimento sustentável está focado na formação continuada dos professores em todos os níveis educacionais (do ensino fundamental à pós-graduação) e nas ICH – Interações Culturais e Humanísticas. Essas ações pedagógicas, integradas na formação da UFPR Litoral, têm o compromisso com uma educação mais comprometida com a justiça e a equidade social.

Elementos Estruturantes do PPP Fases com focos orientadores:

1. Percepção crítica da realidade
2. Aprofundamento Metodológico e Científico
3. Transição para o exercício Profissional

Os Espaços Curriculares de Aprendizagem são os Projetos, As Interações Culturais e Humanísticas e os Fundamentos Teóricos Práticos. Na concepção do Projeto Político-Pedagógico os estudantes, docentes e a instituição desenvolvem projetos que têm suas especificidades e focos diferenciados. No PPP, os fundamentos teórico-práticos são meios e não fins no processo de formação. Com rigor científico e contextualização com os demais desafios reais que o estudante vai enfrentando, os fundamentos são organizados em consonância com as diferentes etapas da proposta pedagógica, buscando atender tanto às diretrizes curriculares de cada curso, como propiciar os saberes necessários à execução dos projetos de aprendizagem. O como fazer e o que fazer têm intencionalidade e compromisso dos atos educativos construídos coletivamente e assumidos em planejamento criado interdisciplinarmente na diversidade técnico-metodológica das diversas instâncias do Setor. O espaço curricular de Interações Culturais e Humanísticas (ICH) consiste num dos pilares do Projeto Político Pedagógico da UFPR Litoral, representando, no mínimo, 20% da carga horária curricular em todos os cursos. Através de encontros que ocorrem semanalmente, integrando estudantes dos diferentes cursos, o ICH constitui-se num espaço de aprendizagem interdisciplinar. Possibilita a articulação de diversos saberes (científicos, culturais, populares e pessoais) e busca um olhar mais amplo para a problemática cultural e humanística contemporânea.

Desta forma, a UFPR Litoral, através das ações e atividades que promove e sustenta, visa sensibilizar e despertar a comunidade acadêmica para compreensão da complexidade das questões sócio-político-culturais e ambientais, fazendo interlocuções com PESSOAS que fazem a diferença; colocando em discussão e aprofundamento TEMAS que instigam; preparando e desafiando competências a cerca de PROCEDIMENTOS que interrogam; ocupando e promovendo ESPAÇOS e MOMENTOS que envolvem e articulam EXPRESSÕES e DESEJOS humanos.

A proposição do Projeto Político-Pedagógico do Setor Litoral da UFPR quer superar os pressupostos da

modernidade e lançar-se na construção de um projeto inovador e emancipatório. Para tal, toma como princípio a reflexão acerca da realidade concreta do lugar, como fonte primeira, para, em diálogo com o conhecimento sistematizado, tecer a organização curricular e o desenvolvimento de projetos que devem partir dos alunos e envolver os professores e a comunidade.

Diferentemente do entendimento de conhecimento que preponderou na modernidade, este Projeto se estrutura pedagogicamente concebendo o conhecimento como uma totalidade articulada, decorrente da reflexão e do posicionamento a respeito da sociedade e sua realidade concreta envolvendo a educação e o homem. Obedecendo a esse princípio, o Projeto articulou seu currículo em três grandes fases: 1- conhecer e compreender; 2- compreender e propor e, 3- propor e agir. Essas fases são desenvolvidas dentro de três grandes módulos que dialeticamente se constituem e organizam todos os cursos. O primeiro módulo é constituído por Projetos de Aprendizagem, o segundo formado pelas Interações Culturais e Humanísticas e o terceiro módulo organizado pelos Fundamentos Teórico-práticos. Portanto, este Projeto pretende ser muito mais do que uma formalidade instituída: uma reflexão sobre a educação superior, sobre o ensino, a pesquisa e a extensão, a produção e a socialização dos conhecimentos, sobre o aluno e o professor e a prática pedagógica que se realiza na universidade bem como nos demais espaços onde ela ocorrer.

1.5 - Ações Político-Pedagógicas

Para atingir a eficiência, a probidade e a racionalização na gestão de recursos é fundamental que as parcerias entre as esferas governamentais sejam eficientes e que periodicamente sejam reavaliadas as prioridades institucionais para um adequado processo formativo. Também a integração da gestão administrativa com os procedimentos pedagógicos deverá favorecer a adequada gestão de recursos.

Na formação continuada de docentes e técnicos administrativos faz-se necessária uma caminhada interativa com ações setoriais voltadas ao desenvolvimento local.

Em todos os níveis educacionais, por processo seletivo público e diferenciado com sistema de ações afirmativas.

Nesse sentido cabe mostrar que o acesso às vagas dos cursos do Setor Litoral obedecem a orientação de implementação das políticas de cotas raciais e sociais no processo seletivo, fato que amplia a democratização

do acesso a universidade. Outro movimento que cabe salientar é a ocupação de vagas através do PROVAR, programa que visa possibilitar a permanência discente na instituição, mesmo que em condições ou cursos diferentes dos escolhidos no momento de ingresso via vestibular, além de permitir o ingresso de alunos de outras instituições e de diplomados.

Para possibilitar que os alunos tenham um maior nível de aproveitamento acadêmico o perfil de atuação institucional e dos cursos permitem a atuação comunidade acadêmica construindo e direcionando projetos focados para trabalhar as questões locais.

Para fomentar e ampliar a atuação da universidade junto aos municípios do litoral, principalmente à Educação Pública em todos os níveis, foi criada a figura do Professor Articulador, que é responsável por agilizar o trânsito de demandas e possibilidades de ação conjunta entre as duas organizações. Essa articulação também funciona como elemento facilitador do reconhecimento das dimensões estruturais e culturais do litoral.

O eixo curricular de Projetos de Aprendizagem indica aos estudantes a utilização dos conhecimentos trabalhados no eixo de Fundamentos Teórico-práticos no exercício de elaboração de problemáticas locais e possibilidades de superação das mesmas. Na realização desse intento os estudantes do curso também entram em contato com escolas da rede de educação básica, direcionando a elas as ações de muitos dos seus projetos de aprendizagem.

Conforme o exposto fica evidente que o Projeto Político Pedagógico se constitui em um processo dinâmico de constante construção, no qual a educação é compreendida como totalidade e onde são valorizadas as relações dialógicas fomentadas pelo contato entre a universidade e a comunidade. Dessa forma o pluralismo de idéias e concepções pedagógicas se apresenta como elemento essencial de trabalho conforme descrito no próprio PPP que indica que o “tensionamento dialético entre o modelo epistemológico dominante e o modelo epistemológico emancipatório entre o todo e a parte” (PPP, p. 8) estabelece relações teórico-práticas entre os eixos curriculares e os atores envolvidos, o que agrega qualidade acadêmica na articulação entre os elementos curriculares (FTP, ICH e PA) que são de fato os espaços de aprendizagem integrando ações de ensino, pesquisa e extensão baseado em projetos.

1.6 - Concepções Político-Pedagógicas

A UFPR LITORAL na sua busca pela qualidade de aprendizagem compreende que há uma relação direta entre suas intenções e o modo que se organiza para realizá-las, assim a forma de gestão institucional em implementação visa à efetivação de uma educação verdadeiramente democrática. Dessa forma o espaço para deliberação das obrigações regimentais, planejamento político-pedagógicos do Setor e debates da comunidade acadêmica são discutidos no Conselho Diretivo do Setor Litoral com participação aberta de docentes, técnicos, discentes e comunidade. As Câmaras dos Cursos são sub-unidades administrativas que coordenam a integração

dos espaços curriculares (FTP, ICH, PA) bem como o acompanhamento e avaliação discente e o planejamento e avaliação do curso a qual está ligada.

Essas “esferas” de gestão também são responsáveis por fomentar a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte, a cultura e o saber como é diretamente expresso no texto do PPP a seguir:

“A proposição do Projeto Político-Pedagógico do Setor Litoral da UFPR quer superar os pressupostos da modernidade e lançar-se na construção de um projeto inovador e emancipatório. Para tal, toma como princípio a reflexão acerca da realidade concreta do lugar, como fonte primeira, para, em diálogo com o conhecimento sistematizado, tecer a organização curricular e o desenvolvimento de projetos que devem partir dos alunos e envolver os professores e a comunidade”.

Diferentemente do entendimento de conhecimento que preponderou na modernidade, este Projeto se estrutura pedagogicamente concebendo o conhecimento como uma totalidade articulada, decorrente da reflexão e do posicionamento a respeito da sociedade e sua realidade concreta envolvendo a educação e o homem. Obedecendo a esse princípio, o Projeto articulou seu currículo em três grandes fases: 1- conhecer e compreender; 2- compreender e propor e, 3- propor e agir. Essas fases temporais são desenvolvidas dentro de três grandes módulos que dialeticamente se constituem e organizam todos os cursos. O primeiro módulo é constituído por Projetos de Aprendizagem, o segundo formado pelas Interações Culturais e Humanísticas e o terceiro módulo organizado pelos Fundamentos Teórico-práticos” (PPP, p. 07).

1.7 - A Educação como Totalidade

“A concepção de educação emana da compreensão do papel social da Universidade junto à sociedade. Portanto, além da intencionalidade das atuais políticas públicas de interiorizar a educação superior, a UFPR Litoral tem o direito e o dever de explicitar a compreensão estruturante de seu processo educativo, ou seja, uma formação e uma práxis assentada no princípio epistemológico da unicidade do ensino, pesquisa e extensão. Entende a formação educacional como uma totalidade concreta, que se dá no conjunto das relações sociais e que se desenvolve a partir das contradições que lhe dão movimento, portanto, não tem existência em si, mas somente a partir da produção social de seus sujeitos.

Ao compreender a formação como totalidade concreta, admite-se que sua constituição se dá no conjunto das

relações sociais do mundo presente. Na atualidade, tais relações assentam-se e desenvolvem-se inseridas no modo de produção capitalista, que ao longo do tempo tem estabelecido estratégias e ações para reprodução e ampliação do capital. As classes dominantes, através do Estado, têm utilizado historicamente a educação formal para alcançar seus objetivos, fragmentando conhecimentos, relações, sistemas e insistido na proposta individual e meritocrática. Portanto, a formação como totalidade concreta aqui assumida, dar-se-á no tencionamento com a proposta instituída pelo capitalismo.

A intenção do processo educativo é o desenvolvimento integral, não apenas no aspecto cognitivo, mas também nos aspectos afetivos, cognitivos e sociais, em uma perspectiva emancipatória e de protagonismo de seus sujeitos e de suas coletividades. O papel dos conteúdos e tempos está intrinsecamente conectado com a participação dos indivíduos como sujeitos de processos culturais, econômicos e acadêmicos da sociedade e das instituições de educação. O grau de direção se restringe em criar as condições para que se operem as interações nos diferentes espaços curriculares e em sustentar o papel da crítica e da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

A concepção do processo educativo fundado na realidade social provoca a organização de um currículo flexível, de forma articulada e com múltiplas relações. Rompe com a concepção disciplinar e fragmentada para trabalhar com espaços de formação que têm como principal articulador os projetos de aprendizagens, originados na realidade concreta do meio em que estão inseridos. Esses projetos possibilitam o diálogo com os fundamentos teórico-práticos, que empiricamente já os constituem. Esse diálogo se expande ao abarcar as interações culturais e humanísticas que se apresenta como espaço para a troca com pessoas da comunidade externa, de outros cursos, de outras realidades e também como possibilidade de síntese e reflexão de sua formação e de seu papel social. Dialeticamente, aqui também se fazem presentes e dialogam entre si, os projetos e os fundamentos teórico-práticos. Portanto, o currículo contempla em seus espaços a educação como totalidade, objetivando superar a proposta fragmentária, da pesquisa, do ensino e da extensão” (PPP, p. 11-12).

Na formação em Informática e Cidadania desde a primeira fase (conhecer e compreender) é oportunizado ao estudante espaços de interação com a realidade que permitem vivenciar parcialmente a integração entre ensino, pesquisa e extensão. A segunda fase (compreender e propor) se propõe a fundamentação teórica e técnica para amadurecimento das informações e reflexões reconhecidas em um primeiro momento; enquanto a terceira fase (propor e agir) se propõe a atividades de inserção profissional. No decorrer das fases os objetivos devem ser articulados com os espaços curriculares do curso (Fundamentos teóricos práticos, Interações Culturais e Humanísticas e Projetos de Aprendizagem). A existência das fases não explicita a necessidade de pré-requisitos, visto que a complexidade de compreensão e proposição das atividades realizadas pelos estudantes serão avaliadas enquanto desempenho no processo de aprendizado.

1.8 - Abordagens em perspectiva de totalidade orgânica

“A concepção do processo educativo fundado na realidade social provoca a organização de um currículo flexível, de forma articulada e com múltiplas relações. Rompe com a concepção disciplinar e fragmentada para trabalhar com espaços de formação que têm como principal articulador os projetos de aprendizagens, originados na realidade concreta do meio em que estão inseridos. Esses projetos possibilitam o diálogo com os fundamentos teórico-práticos, que empiricamente já os constituem. Esse diálogo se expande ao abarcar as interações culturais e humanísticas que se apresenta como espaço para a troca com pessoas da comunidade externa, de outros cursos, de outras realidades e também como possibilidade de síntese e reflexão de sua formação e de seu papel social. Dialeticamente, aqui também se fazem presentes e dialogam entre si, os projetos e os fundamentos teórico-práticos. Portanto, o currículo contempla em seus espaços a educação como totalidade, objetivando superar a proposta fragmentária, da pesquisa, do ensino e da extensão” (PPP – p.11).

A proposta pedagógica desenvolvida no Setor Litoral apresenta um diferencial centrado na aprendizagem, a partir da estratégia de ensino por projetos. O desenho curricular permite que o estudante construa o conhecimento, integrando diversas áreas do conhecimento. Além dos fundamentos teórico-práticos, específicos de cada curso, o aluno organiza o seu cotidiano tendo também espaços semanais para as Interações Culturais e Humanísticas (ICH) e para dedicar-se ao projeto de aprendizagem. O estudante é incentivado a perceber criticamente a realidade, compreender os diversos aspectos que a estruturam e a estabelecer ações onde a busca de conhecimento se encontra com situações da realidade local, configurando relações entre pessoas, saberes e instituições, entre elas a UFPR e a comunidade da região litorânea. Tais ações podem contemplar uma diversidade de possibilidades, desde que alie o aprofundamento metodológico e científico. Contemplam também uma transição para o exercício profissional. Na proposição do projeto, o aluno antecipa e vivencia de forma autônoma o exercício profissional. O aluno como sujeito co-responsável de seu processo de aprendizagem, aprende a significar um cotidiano balizado por valores locais. E, sem perder a perspectiva da mundialização, respeita limites humanos, engaja-se em um processo de auto-organização e auto-produtividade” (PPP – p.25).

1.9 - Articulação entre Teoria e Prática

O PPP do Litoral é composto por eixos curriculares que criam “espaços de formação que têm como principal articulador os projetos de aprendizagens, originados na realidade concreta do meio em que estão inseridos. Esses projetos possibilitam o diálogo com os fundamentos teórico-práticos, que empiricamente já os constituem. Esse diálogo se expande ao abarcar as interações culturais e humanísticas que se apresenta como

espaço para a troca com pessoas da comunidade externa, de outros cursos, de outras realidades e também como possibilidade de síntese e reflexão de sua formação e de seu papel social. Dialeticamente, aqui também se fazem presentes e dialogam entre si, os projetos e os fundamentos teórico-práticos. Portanto, o currículo contempla em seus espaços a educação como totalidade, objetivando superar a proposta fragmentária, da pesquisa, do ensino e da extensão” (PPP, p.11).

O Curso Superior em Informática e Cidadania da UFPR LITORAL parte de um novo modelo educacional possuindo um projeto político pedagógico diferenciado, no qual o estudante integra teoria e prática, simultaneamente, desde o primeiro ano letivo.

O curso é baseado em módulos interdisciplinares, com ênfase na complexidade do ser humano, nas construções sociais, nas iniciativas coletivas, nas parcerias público-privadas, na geração de trabalho e renda e no desenvolvimento territorial.

São propostos projetos, utilizados como ferramentas de ensino, pesquisa e extensão, voltados para o desenvolvimento sustentável local e global. O estudante, por meio de uma abordagem integrada e com uma organização curricular diferenciada, busca entender o ser humano como um complexo multidimensional bio-psico-social, inserido em uma formação humanística e sócio-cultural.

1.10 - Flexibilidade Curricular

“O desenho curricular que se fundamenta na educação por projetos permite que o estudante construa o conhecimento, integrando diversas áreas do conhecimento. Além dos fundamentos teórico-práticos, específicos de cada curso, o estudante organiza o seu cotidiano tendo também espaços semanais para as Interações Culturais e Humanísticas (ICH) e para dedicar-se ao projeto de aprendizagem. O estudante é incentivado a perceber criticamente a realidade, compreender os diversos aspectos que a estruturam e a estabelecer ações onde a busca de conhecimento se encontra com situações da realidade local, configurando relações entre pessoas, saberes e instituições, entre elas a UFPR e a comunidade da região litorânea” (PPP, p.25).

Adequação às condições de acesso dos alunos, sem prejuízo da extensão e qualidade dos conteúdos e atividades curriculares é uma das condições diferenciadas na UFPR LITORAL, já que além da acessibilidade percorre-se a discussão nas atividades formativas quanto a pluralidade de concepções como expressão do caráter de não neutralidade do conhecimento científico.

Assim, o Setor Litoral atua como agente fomentador de leitura crítica da realidade e através dela tenta construir conhecimentos que viabilizem a intervenção nessa realidade e possibilitem a construção de novas teorias, tendo os eixos curriculares (FTP, ICH e Projetos) como espaços em que a comunidade universitária valorize a

pluralidade de ideias e concepções do conhecimento. Deste modo há o interesse de que o estudante esteja envolvido no seu processo de aprendizado e seja autor ativo nestes passos.

2. Justificativa para a Implantação

A Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral instala-se em 2005 no litoral paranaense com o propósito de contribuir para desenvolvimento da região litorânea (com extensão no Vale do Ribeira), que apresenta sérios problemas socioeconômicos. O curso superior em Informática e Cidadania, por sua vez, foi criado em julho de 2009 com o intuito de contribuir com os objetivos do Setor Litoral, pois busca formar agentes de desenvolvimento capazes de intervir na transformação da realidade local.

Os sete municípios que compõem o litoral, podem ser agrupados em três grupos: os portuários (Paranaguá e Antonina), os rurais (Morretes e Guaraqueçaba) e os praiano-turísticos (Matinhos, Pontal do Paraná e Guaratuba).

O litoral do Paraná foi a primeira região do Estado a ser colonizada. Porém, o fato de ter sido colonizada há séculos, não significa que a região se desenvolveu. Pelo contrário, o litoral paranaense é tido como uma região deprimida economicamente e que apresenta sérios problemas econômicos, sociais e ambientais. Andriguetto Filho e Marchioro (2002) e Estades (2003) afirmam que o litoral do Paraná é uma das regiões mais pobres do Estado.

A situação de pobreza está presente, com maior ênfase, no município de Guaraqueçaba. O município, eminentemente rural, apresenta um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,583, ocupando a posição 393 no ranking do Estado e apresenta uma taxa de pobreza de 49,05%, ou seja, quase a metade de sua população vive em precárias condições.

Os problemas socioeconômicos decorrem, principalmente, pela ausência de postos de trabalho formais nos municípios. Em 2007, a população dos sete municípios totalizava 245.820 habitantes, conforme contagem do IBGE. No mesmo período, o litoral possuía 46.961 postos de trabalho formais registrados no Ministério do Trabalho e Emprego. Estes dados mostram que somente 19% da população possui emprego formal. Outro fator que chama a atenção é o fato de 60% do emprego formal estar concentrado em Paranaguá, tida como cidade pólo.

Arelado ao reduzido número dos postos de trabalho formais e sua má distribuição entre os municípios, tem-se a forte característica de sazonalidade que as atividades produtivas enfrentam. As cidades litorâneas, que dependem quase que exclusivamente do turismo de sol e praia, tem sua economia aquecida por no máximo três meses: dezembro, janeiro e fevereiro. Buscar alternativas de geração de trabalho e renda para estes municípios é um desafio e uma necessidade para o desenvolvimento da região.

Portanto, o curso superior em Informática e Cidadania nasce do reconhecimento de que as atuais condições de vida – desemprego e desigualdade, degradação e riscos ambientais, padrões insustentáveis de consumo, entre outras – colocam diversos desafios e impõem a necessidade de buscar e implementar alternativas que promovam o desenvolvimento no litoral do Paraná (com extensão no Vale do Ribeira) em suas múltiplas dimensões: econômica, social, ambiental, cultural, política e institucional.

O perfil do curso está focado na formação de um novo profissional, que desenvolva um pensamento orientado para a visão de conjunto (o enfoque sistêmico), com proatividade, com fortes referências éticas e democráticas, capaz de fomentar a articulação do local com o global e a cidadania, contribuindo por meio da informática para melhoria da qualidade de vida de uma população que carece de alternativas baseadas na sua disponibilidade de recursos. Um bacharel em Informática e Cidadania que entenda a importância do ser humano, da cooperação, dos sistemas de rede, da democracia, da inovação tecnológica, poderá atuar como um profissional, fomentando o desenvolvimento sustentável da região.

Por fim, o curso tem foco nas regiões de abrangência da UFPR Litoral. É nesse sentido que o estudante de Informática e Cidadania desenvolverá projetos de pesquisa e intervenção que contribuam com a proposta de desenvolvimento sustentável local e a inclusão social e digital pelo trabalho, por meio de atividades acadêmicas como pesquisa, ensino e extensão.

3. Dados do Curso

Denominação: Informática e Cidadania
Natureza: Bacharelado
Modalidade: Presencial
Sistema de Ingresso: Anual
Regime de Matrícula: Semestral
Duração Mínima: 4 anos
Turno: Noturno
No. de Vagas: 35
Carga horária Total: 3200 h
Integralização curricular mínima: 8 semestres
Integralização curricular máxima: 12 semestres

O estudante egresso, após cumprir todo o curso com conceito e frequência suficientes, alcançando assim todos os objetivos do Curso, receberá o **Diploma de Bacharel em Informática e Cidadania**.

3.1 Formas de acesso

A UFPR vem adotando diferentes estratégias de inclusão educacional e social. Uma das ações afirmativas da UFPR é o sistema de cotas no ingresso do vestibular. São oferecidas anualmente 35 vagas para o curso superior em Informática e Cidadania com ingresso via vestibular. Do total de vagas, 20% são destinadas para as denominadas cotas sociais, para quem estudou durante o ensino fundamental e médio integralmente em escolas públicas. Porcentagem idêntica é destinada às cotas de origem étnico-raciais, para candidatos afro-descendentes. Mais recentemente, a instituição aprovou uma vaga por curso destinada a pessoas com deficiências e ainda realiza um vestibular indígena, que permite o acesso específico deste grupo étnico. Além do ingresso pelo vestibular, a universidade também promove a inclusão e o acesso por meio da ocupação de vagas ociosas, oriundas de acadêmicos desistentes.

- A - Processo seletivo anual em duas fases;
- B - Programa de Ocupação de Vagas Remanescentes oriundas de desistência e ou abandono de curso;
- C - Transferência Independente de vaga;
- D - Mobilidade acadêmica.

4. Perfil do Curso

A proposta educacional do curso se efetiva através dos fundamentos teórico-práticos, dos projetos de aprendizagem e das interações culturais e humanísticas. Em todas as fases do curso o estudante tem contato direto com a realidade local. Além disso, é colocado em situações que propiciam o conhecimento e a compreensão tanto da área das tecnologias quanto da cidadania e suas implicações culturais, humanas e éticas. A partir dessa experiência, o aluno propõe e executa ações integradas da cidadania e informática, transformando-se em agente emancipado e com possibilidades de contribuir com a melhoria da realidade local.

Além do mais o curso possibilita que o acadêmico tenha leitura da realidade social e do uso das tecnologias de informática aplicadas às suas demandas, nas esferas públicas, privadas e do terceiro setor, com ênfase na implementação das redes sociais.

Todo esse processo de formação para o comprometimento social é permeado pelo protagonismo do aluno para a aquisição e uso do conhecimento das bases técnicas e das implicações éticas da área de informática e cidadania.

5. Perfil do Egresso

O profissional Bacharel em Informática e Cidadania estará capacitado a conhecer e compreender os contextos e necessidades sociais, propor alternativas de cooperação e democratização tecnológica-científica e para agir na melhoria da qualidade de vida coletiva. O curso contempla um profissional crítico com formação plural, interdisciplinar e em sintonia com os desafios inerentes as sociedades democráticas. Pode realizar esses princípios atuando como gestor e ou profissional com conhecimentos e recursos em ambientes de Tecnologia da Informação (TI) voltados para o desenvolvimento sustentável.

Em sua atividade profissional, o egresso leva em consideração a realidade e cultura locais e, por meio de propostas e ações, promove o desenvolvimento sustentável regional. O papel desse profissional é contribuir para o desenvolvimento e gestão de sistemas informatizados considerando os aspectos educativos de inclusão digital e a contribuição da informática para a qualidade de vida.

5.1 - O profissional terá como competências e habilidades gerais:

- Executar serviços especializados relacionados à Tecnologia da Informação no âmbito da gestão sistêmica e integrada;
- Conceber sistemas de gerenciamento de documentação e rotinas da Tecnologia da Informação;
- Gerir sistemas da Tecnologia da Informação;
- Empreender novas propostas e ações para fomentar o desenvolvimento tecnológico imbricado ao desenvolvimento humano do litoral paranaense e também extensivo a outras realidades;
- Assessorar e orientar, no âmbito da Tecnologia da Informação, ações para elaboração, implementação e avaliação de projetos de desenvolvimento sustentável em conjunto com outros atores sociais;
- Implementar, por meio da Tecnologia da Informação, práticas de gestão e organização de redes favoráveis ao desenvolvimento do território. g) Planejar, orientar e realizar pesquisas para a produção de conhecimento que subsidiem a formulação de políticas, planos, programas, projetos e serviços no âmbito da Tecnologia da Informação.

5.2 - O profissional terá como competências e habilidades específicas:

- Administrar sistemas operacionais, banco de dados e uso de linguagens e técnicas de programação e de desenvolvimento necessárias para a criação e utilização de sistemas informatizados integrados;
- Aplicar conceitos e técnicas para utilização sistemática de ferramentas gerenciais e de avaliação de custos e riscos nos processos de gestão da tecnologia da informação;
- Elaborar, propor e gerir planos integrados de Tecnologia da Informação em diferentes organizações por meio de análise sistêmica de situações problemas;
- Desenvolver colaborativamente processos de trabalho em equipe por projetos;
- Comunicar e promover diálogos que fomentem trabalhos colaborativos em equipe;
- Instrumentar nos processos de aprender a aprender.

O profissional está capacitado a atender às diferentes demandas sociais e do mundo do trabalho em informática nas esferas pública e privada, considerando as diferentes plataformas disponíveis. Além disso, o profissional

pode ingressar em cursos de pós-graduação *lato sensu* ou *stricto sensu* nas áreas de informática ou afins, para se capacitar para a docência no Ensino Superior. O profissional também está apto a integrar equipes multidisciplinares no planejamento e execução de projetos de desenvolvimento educacional e sócio-ambiental.

O egresso também capaz de planejar e executar projetos científicos e educacionais em instituições públicas, privadas e de terceiro setor.

Nesse contexto, a formação cidadã do egresso do curso superior em Informática e Cidadania promoverá a aproximação entre o estudante e seu contexto social, capacitando-o a atuar no mundo do trabalho de TI realizando trabalhos profissionais técnicos de qualidade e desenvolvidos a partir de atitudes éticas, colaborativas e socialmente responsáveis.

6. Objetivos do curso

6.1 - 1ª Fase – Conhecer e Compreender – Percepção Crítica da Realidade

Objetivo Geral

Sensibilizar o acadêmico sobre a importância da Universidade, enquanto locus privilegiado de discussão e reflexão sobre si mesma e com os desafios tecnológicos, sócio-culturais, ambientais, econômicos, científicos e políticos da sociedade contemporânea, na perspectiva de despertar o pensamento, reflexão e raciocínio para o espaço costeiro do Paraná, buscando entender seus aspectos a atuação do profissional como agente do desenvolvimento.

Objetivos Específicos

Expor, dialogar e refletir criticamente sobre o Projeto Político Institucional e o Projeto Político Pedagógico, organização administrativa e acadêmica da UFPR Litoral;

Estimular a reflexão crítica acerca das responsabilidades éticas que devem nortear a atuação do profissional;

Sensibilizar os estudantes sobre as possibilidades de interação nas comunidades, através dos projetos de aprendizagem;

Compreender os processos de construção do conhecimento;
Apresentar, refletir e discutir conceitos de informática e cidadania;
Refletir sobre os diferentes significados de informática e cidadania e suas diferentes interfaces com a realidade do litoral do Paraná.

6.2 - 2ª Fase – Compreender e Propor – Fundamentação Teórica

Objetivo Geral

Possibilitar ao estudante o conhecimento de elementos teórico-práticos necessários para a atuação na área de informática e cidadania, capacitando-o a analisar e propor alternativas nas dimensões tecnológicas, econômicas, sociais, ambientais, culturais, empreendedoras, políticas e institucionais, constituindo a identidade do bacharel em Informática e Cidadania, na perspectiva do desenvolvimento regional, bem como capacitá-lo para refletir sobre o significado das tecnologias de informação e suas implicações sociais na sociedade contemporânea.

Objetivos Específicos

Discutir o significado histórico da articulação entre Informática e Cidadania, suas transformações e como essas mudanças impactam as dimensões da vida;
Discutir conceitos e apresentar ferramentas de informática que capacitem o estudante a propor alternativas de desenvolvimento numa perspectiva multidimensional;
Contextualizar o desenvolvimento local com noções de Informática e Cidadania, desenvolvendo metodologias de diagnóstico e planejamento;
Capacitar o estudante para entender os processos de gestão da informação, articulando a esfera pública, privada e sociedade civil e propiciando a melhoria da qualidade de vida da população local;
Trabalhar conceitos que permitam compreender o ambiente tecnológico e produtivo das organizações;
Possibilitar ao estudante a instrumentalização necessária para a coordenação e viabilização da unidade produtiva e sua articulação com o ambiente;
Estimular a ação tecnológica e empreendedora nas diferentes dimensões.

6.3 - 3ª Fase – Propor e Agir

Objetivo Geral

Propor e implementar ações coerentes com o desenvolvimento tecnológico, fundamentadas na articulação dos conhecimentos adquiridos e demandas locais e globais.

Objetivos Específicos

Identificar alternativas tecnológicas de desenvolvimento, compatíveis com a disponibilidade de recursos e as demandas das comunidades locais;

Propor alternativas tecnológicas nos âmbitos da Informática e Cidadania a partir da elaboração e implantação de projetos;

Contextualizar as questões do mundo do trabalho e suas implicações na gestão tecnológica e da informação;

Fomentar estratégias de inclusão digital dimensionando seu potencial de transformação da realidade sócio-produtiva do território;

Articular e sistematizar a síntese do conhecimento teórico-prático (ICH, FTP e Projetos de aprendizagem) como forma de registro do desenvolvimento do estudante ao longo do Curso.

7. Metodologia e avaliação da aprendizagem

O curso superior em Informática e Cidadania busca desenvolver uma formação ao acadêmico aderente a proposta político pedagógica da Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral. A UFPR tem mais de 90 anos. No entanto, o Setor Litoral é um empreendimento novo, teve sua inauguração em julho de 2005, com uma nova proposta pedagógica com a ênfase nos projetos de aprendizagem desenvolvidos pelo próprio acadêmico. Destaca-se ainda que o projeto diferenciado da UFPR Litoral permite uma interação estreita entre comunidade universitária e população litorânea, pois tem como princípio norteador o Desenvolvimento Sustentável. É, nesse ambiente que discute-se no Brasil o curso superior em Informática e Cidadania, o qual teve seu início em julho de 2009.

O curso tem, ainda, um foco nas regiões de abrangência da UFPR Litoral. É nesse sentido que o estudante de Informática e Cidadania desenvolve projetos de pesquisa e intervenção que contribuam com a proposta de desenvolvimento tecnológico e sustentável local e a inclusão digital e social pelo trabalho por meio de atividades acadêmicas como pesquisa, ensino e extensão.

7.1 Avaliação do processo de ensino-aprendizagem.

A avaliação semestral da aprendizagem dos estudantes do Curso segue os princípios do Sistema de Avaliação

do Setor Litoral da UFPR, o qual se centra em processos com múltiplos objetivos, através de indicadores progressivos.

O Processo de Avaliação é coordenado por professores mediadores dos projetos de aprendizagem, pela Câmara do Curso, pelos mediadores das Interações Culturais e Humanísticas e pelos mediadores de projetos de estudos da turma.

Durante o período de estudos os alunos têm seu desempenho acompanhado e conceituado como APL (Aprendizagem Plena), AS (Aprendizagem Suficiente), APS (Aprendizado parcialmente Suficiente), e AI (Aprendizagem Insuficiente). A conceituação APL (Aprendizagem plena) identifica que o estudante atendeu aos objetivos do curso com destaque no desempenho. O conceito AS (Aprendizagem suficiente) indica que o estudante atendeu satisfatoriamente aos objetivos do curso.

O estudante com conceito APS (Aprendizagem parcialmente suficiente) identifica objetivos de aprendizagem não alcançados, e a necessidade de acompanhamento, portanto, o estudante terá um tempo de estudos ampliado e acompanhado pelos docentes para alcançar os objetivos de aprendizagem ainda pendentes, esse período é chamado de SEI (Semana de Estudos Intensivos).

O estudante com conceito AI (Aprendizagem Insuficiente) identifica objetivos de aprendizagem não alcançados, e a necessidade de refazer o módulo, portanto, o estudante terá de participar do módulo na sua totalidade acompanhado pelos docentes para alcançar os objetivos de aprendizagem ainda pendentes, esse período é chamado de PRAAE (Programa de Reforço e Acompanhamento da Aprendizagem Estudantil).

O final da avaliação é feito pelo Comitê de Avaliação de Ensino-Aprendizagem (CAEA), momento em que ocorre a integração do processo avaliativo dos estudantes nos diferentes espaços de aprendizagem. Bem como o encaminhamento dos estudantes que não regularizaram suas pendências para o Programa de Reforço e Acompanhamento da Aprendizagem Estudantil (PRAAE), o qual tem a cada período de avaliação um edital específico que regula seu funcionamento.

8. Sistema de Acompanhamento e Avaliação do PPC

A construção de um projeto que se concebe como democrático, aberto à diversidade e promotor de formação multicultural necessita de práticas de ações referendadas em decisões compartilhadas pela comunidade acadêmica. A gestão do Setor Litoral da UFPR possibilita ampla participação dos docentes, servidores técnico-administrativos e discentes em todas as instâncias e níveis de decisão. O Conselho Setorial é a instância máxima de deliberação do Setor Litoral da UFPR, onde têm assento todos os docentes e representantes técnicos e discentes, além da Direção. Este conselho é o órgão regulador das ações da Câmara do Curso, e é o órgão que irá aprovar o PPC e suas modificações em

nível setorial. Outra instância de acompanhamento e avaliação é a Câmara dos Coordenadores, onde se reúnem os coordenadores de cursos pertencentes ao Setor Litoral para a discussão em uníssono dos projetos de todos os cursos.

De acordo com o calendário acadêmico institucional da universidade, há ainda uma semana destinada para planejamento pedagógico anual e uma semana para avaliação anual das atividades pedagógicas de cada curso.

Já a Câmara do Curso acompanha e avalia os processos pedagógicos, reportando-se, entretanto, ao Conselho Setorial para referendar suas decisões. A Câmara é composta pelo NDE (*Núcleo de Docentes Estruturante*), servidores técnico-administrativos e representantes discentes de cada turma. O NDE é composto por docentes a quem compete a tarefa de elaboração e acompanhamento da proposta pedagógica. Abaixo a relação atual dos docentes do NDE.

Nome	Graduação	Titulação Máxima	Regime De Trabalho
Almir Carlos Andrade	Processamento de Dados	Ms. Engenharia da Produção	DE
Andreia Knaben	Pedagogia	Ms. Psicologia	DE
Emerson Joucoski	Física	Ms. Física	DE
Ivan Jairo Junkes	Psicologia	Dr. Sociologia Política	DE
José Lannes de Melo	Ciências Econômicas	Dr. Economia Aplicada	DE
Luciana Vieira Castilho Wernet	Fisioterapia	Dr ^a Engenharia Elétrica e Informática Industrial	DE

Anualmente ainda, de acordo com o calendário acadêmico institucional da universidade, é destinada uma semana para avaliação (em dezembro) e uma semana para planejamento (em fevereiro) das atividades pedagógicas dos cursos. Ressaltamos que no Setor Litoral se inclui o curso superior em Informática e Cidadania e respeita rigorosamente estas deliberações.

O Sistema de acompanhamento e avaliação do PPC está a cargo da Câmara Diretiva do Curso composta por um núcleo docente estruturante (NDE) – conjunto de professores contratados em tempo integral e parcial, que respondem diretamente pela criação, implantação e consolidação do Projeto Pedagógico do Curso.

9. Projeto de Orientação Acadêmica

O Setor Litoral da UFPR conta com uma estrutura administrativa, acadêmica e pedagógica que fica à disposição dos estudantes para orientá-los em todas as necessidades e demandas. Os alunos são estimulados a participar de eventos de extensão, congressos, seminários e simpósios juntamente com servidores docentes, e para tanto, quando possível, são disponibilizados recursos financeiros na forma de passagens para transporte, hospedagem, reembolso de inscrição, etc. A realização dos projetos de aprendizagem pelos estudantes também conta com ajuda de custo, quando possível, seja de projetos dos docentes envolvidos, seja de recursos setoriais destinados para este fim.

Projetos de pesquisa, ensino e extensão de professores envolvidos no Curso Superior em Informática e Cidadania contam com a participação de alunos voluntários ou bolsistas de iniciação científica ou monitoria. Há ainda a possibilidade dos estudantes obterem bolsas permanência como ajuda de custo para a manutenção de seus estudos, e dando a possibilidade de estágio dentro das áreas administrativas do Setor Litoral. Todas as atividades formativas realizadas pelos estudantes, dispostas pela resolução no 70/04-CEPE, são constituídas de atividades formativas complementares em relação aos eixos fundamentais do currículo e são regularizadas e acompanhadas diretamente por servidores docentes. Estas atividades contemplam a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, com o objetivo de flexibilização do currículo e estímulo ao protagonismo do estudante na construção do seu conhecimento e para o enriquecimento da formação acadêmica.

O apoio pedagógico aos alunos é realizado através de vários núcleos estruturantes dentro do Setor Litoral. O LABNAPNE (Laboratório do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais da UFPR Litoral) atende estudantes e servidores e visa oferecer alternativas à permanência de pessoas com algum tipo de necessidade especial. Há ainda o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB), cujo objetivo geral é constituir um centro de referência articulador e promotor de atividades de ensino, pesquisa e extensão relacionados ao campo de estudo afro-brasileiro, além de atender aos estudantes e servidores. O NEAB possui ainda o objetivo de produzir e difundir o conhecimento dentro desta área de estudo, além de promover o intercâmbio de informações e discussões das ações desenvolvidas no Setor Litoral da UFPR. Outro núcleo de apoio pedagógico é o NAPA (Núcleo de Acompanhamento de Políticas Afirmativas) que articula os programas e políticas afirmativas da UFPR e colabora com sua reflexão e avaliação por meio de grupos de trabalho formado por professores pesquisadores e discentes bolsistas, de graduação e pós-graduação. O NAPA acompanha a trajetória de estudantes indígenas e afro-descendentes e organiza espaços que incentivam a integração dos mesmos entre si e com a comunidade universitária.

O Setor Litoral da UFPR conta ainda com um Programa de Apoio à Aprendizagem (PROA), cuja proposta é decorrente do Projeto Político Pedagógico da instituição, e pelo qual se realizam ações de acompanhamento e assistência estudantil, atualização pedagógica e desenvolvimento acadêmico, com o objetivo de reduzir os índices de evasão e repetência. Este programa ocupa-se de três grandes eixos de desenvolvimento e organização: 1) desenvolvimento e organização pessoal (saúde, bem-estar e convivência); 2) desenvolvimento

e organização pedagógica; 3) desenvolvimento institucional (sustentação normativo-administrativa). O PROA prevê a discussão dos desafios de superação que o Setor Litoral enfrenta para resolver suas questões fora das salas de aula e gabinetes, mas carregadas de uma complexidade que dificulta ou inviabiliza a execução do Projeto Pedagógico do Setor.

Os estudantes têm ainda o acesso aos registros acadêmicos através de solicitação feita à coordenação da Câmara do Curso Superior em Informática e Cidadania, no caso de conceitos e frequências, ou por meio de requerimento ao Atendimento Acadêmico, no caso de histórico escolar. As chamadas de projetos e bolsas são disponibilizadas em editais que estão à disposição de todos os estudantes, sendo a seleção realizada de acordo com o perfil dos estudantes através de inscrição junto à orientação acadêmica.

A partir do ano de 2010 o curso superior em Informática e Cidadania incorporará a alimentação e análise de dados pelo Sistema de Acompanhamento de Fluxo Acadêmico da Universidade Federal do Paraná com o objetivo de identificar e prevenir motivações para evasão ou atrasos nos estudos. Os relatórios gerados pelo sistema, periodicamente serão analisados e discutidos pela câmara técnica do curso superior em Informática e Cidadania no intuito de elaborar estratégias para a orientação acadêmica aliadas às ações do Programa de Apoio à Aprendizagem do Setor Litoral.

10. Corpo docente e administrativo

Haja vista a metodologia pedagógica adotada pelo Setor Litoral da UFPR nas atividades das interações culturais e humanísticas (ICH) e nos projetos de aprendizagem (PA) junto ao alunado do Curso Superior em Informática e Cidadania, independentemente da formação de cada professor, todos participam de forma direta ou indireta do projeto pedagógico deste curso por meio de inserções demandadas pelos projetos desenvolvidos pelos estudantes em sala, por meio de oficinas e atuando como mediadores de projetos de aprendizagem. A lista abaixo mostra a relação de docentes e servidores administrativos lotados no Setor Litoral até a data de 31/12/2010.

DOCENTES

Titulação	Quantidade
Doutores	50
Mestres	52
Especialistas	2

Graduados	2
TOTAL	106

DOCENTES NO CURSO

Titulação	Quantidade
Doutores	3
Mestres	7
Especialistas	1
Graduados	0
TOTAL	11

SERVIDORES ADMINISTRATIVOS

Função	Quantidade
Administrador	3
Analista de Tecnologia da Informação	6
Arquiteto e Urbanista	1
Assistente em Administração	18
Assistente Social	1
Auxiliar de Agropecuária	1
Auxiliar de Enfermagem	1
Auxiliar de Farmácia	1
Auxiliar em Administração	1
Bibliotecária Documentalista	7
Bolsa Senior	1
Contador	1
Economista	1
Enfermeiro	2
Engenheiro Civil	1
Engenheiro Agrônomo	1
Engenheiro Florestal	1
Farmacêutico / Bioquímico	1
Fisioterapeuta	1
Jornalista	1
Médico Veterinário	1
Médico	1
Mestre de Edificações e Infraestrutura	2
Motorista	1
Pedagogo	1
Produtor Cultural	1
Produtor Visual	1
Psicólogo	1
Químico	1
Secretário Executivo	19
Técnico de Laboratório	1
Técnico de Tecnologia da Informação	1
Técnico Desportivo	1
Técnico em Agropecuária	1
Técnico em Assuntos Educacionais	3
Técnico em Contabilidade	1
Técnico em Eletrotécnica	1
Técnico em Enfermagem	1
Técnico em Laboratório Biologia	1
Tradutor e Interpret de Linguagem de Sinais	1
TOTAL	92

11. Infraestrutura

A implantação do novo Setor Litoral da UFPR no município de Matinhos/PR, contou com o apoio da Secretaria de Obras Públicas do Paraná (SEOP) em um terreno de 12.778,72 m² que pertencia extinto Banco Estatal Estadual (BANESTADO). Após o término das obras da primeira fase de implantação, atualmente o setor conta com um prédio administrativo com área construída de 2.208 m², que abriga dois laboratórios de informática, cada um com 30 computadores, oito gabinetes para professores além de todo o espaço administrativo, pedagógico, biblioteca, salas de reunião e de atendimento aos estudantes. Um bloco didático com três andares, separado do bloco administrativo, conta com 18 salas de aula totalmente equipadas com capacidade para até 50 alunos cada, num total de 1.506 m² de área construída. Neste bloco também há seis laboratórios para aulas práticas (644 m²) completamente equipados.

11.1 Laboratórios e Equipamentos Didáticos para Aulas Práticas

Dois laboratórios de informática estão à disposição dos estudantes e professores, cada um com 35 computadores equipados com leitores de CD/DVD e conexão de banda larga com a internet. Ainda, dois servidores exclusivos com alta capacidade de processamento e armazenagem de dados formam uma estrutura complementar de geoprocessamento, que conta também com uma impressora plotter de alta definição e com equipamentos de GPS para a coleta de dados. Ficam também disponíveis 8 notebooks e 12 projetores digitais que são utilizados nas atividades relacionadas aos módulos de fundamentos teórico-práticos, interações culturais e humanísticas, apresentação de projetos e eventos.

Todos os computadores instalados nos laboratórios de informática possuem licença para o uso do Microsoft Windows XP e para o pacote completo do Microsoft Office 2003. Para a análise de geoprocessamento e manipulação de dados coletados e para a consulta aos bancos de dados e bases cartográficas, foram adquiridas as licenças do software ARC-GIS (versão 9.3) que foi instalado em todos os computadores do Laboratório de Informática 01.

Laboratório de Informática 01

Item	Descrição	Quantidade
Computador	Processador AMD 64 Athlon X2, 2.6GHz, 2GB RAM,	35

	HD 120GB, leitor CD/DVD, monitor 15'', conexão c/ internet 3Mbps	
--	--	--

Laboratório de Informática 02

Item	Descrição	Quantidade
Computador	Processador AMD 64 Athlon X2, 2.6GHz, 2GB RAM, HD 120GB, leitor CD/DVD, monitor 15'', conexão c/ internet 3Mbps	35

Laboratório de Geoprocessamento

Item	Descrição	Quantidade
Servidor	Dell Powerade 2900, 4 processadores 2,3GHz, HD 4TB, 4GB RAM	2
Plotter	HP designjet Z2100, 2700 dpi	1
GPS	Garmin (Modelo 60 CSX)	8

11.2 Biblioteca

A biblioteca do Setor Litoral foi criada em outubro de 2005, com a denominação de Biblioteca da UFPR Litoral. No início, seu acervo era composto por material emprestado das outras bibliotecas do Sistema de Bibliotecas – SIBI (da UFPR) e seus serviços foram disponibilizados para alunos, docentes, funcionários do *Campus Litoral* e, também, para a comunidade.

Seguindo as orientações da proposta pedagógica, a Biblioteca UFPR Litoral atua no sentido de auxiliar o desenvolvimento integral do estudante, contribuindo para o aumento de sua capacidade crítica e de sua capacidade de agir proativamente. Através da biblioteca os usuários dispõem de recursos adequados para pesquisa. Neste sentido, a biblioteca torna-se o centro de apoio para as investigações, como também o laboratório adequado para a construção do conhecimento.

A biblioteca é um recurso importante para facilitar a integração e a dinamização do processo ensino/aprendizagem. Além de apoiar as atividades formativas dos estudantes, contribui para a formação continuada do corpo docente, técnico-administrativo e comunidade em geral.

A biblioteca da UFPR Litoral trabalha com a comunidade e não apenas para ela, atuando como agente ativo de aprendizagem e construção do conhecimento. Tornou-se um espaço cultural, de pesquisa, leitura e convivência entre alunos, professores, funcionários, a comunidade externa, um espaço onde interagem as pessoas, a informação e a cultura. Este espaço democrático articula a função educativa, a formação cultural e as relações.

Além de exercer suas atividades para colocar a informação à disposição de toda a comunidade, a Biblioteca da UFPR Litoral também participa das Interações Culturais e Humanísticas – ICH, favorecendo articulações entre

os diversos saberes: científicos, culturais, populares e pessoais. Desta forma, ela se insere no ambiente social do qual faz parte, estimulando a criatividade, sociabilidade, comunicação e o entretenimento.

O Espaço físico atual da biblioteca é de 642,27 metros quadrados. Quanto a funcionários a biblioteca conta com 2 bibliotecárias, 2 estagiários e 10 bolsistas permanências. O acervo atual conta com cerca de 15.000 exemplares.

Os serviços prestados na biblioteca são:

- Empréstimo Domiciliar
- Empréstimo entre Bibliotecas
- Comutação Bibliográfica, por intermédio de outras Bibliotecas do SIBI
- Treinamento aos usuários sobre o uso da Biblioteca e de suas fontes de informação
- Orientação sobre normalização de documentos

A atualização do acervo é constante e visa promover o desenvolvimento da coleção e serviços da mesma, em ação coordenada com os programas de ensino através de indicações para compra, doação ou permuta pelos usuários da Biblioteca da UFPR Litoral. Renovar e assinar novos títulos de periódicos

Outros serviços da biblioteca são:

- Localizar materiais bibliográficos na Biblioteca da UFPR Litoral e demais Bibliotecas do SIBI e dispor de terminais para consultas
- Catálogos informatizados do SIBI no Portal de Informação da UFPR (www.portal.ufpr.br)
- Catálogos eletrônicos de periódicos
- Empréstimo domiciliar informatizado com uso de software VIRTUA
- Catálogo do Portal da CAPES
- Cadastro de todos os usuários da biblioteca com uso do software VIRTUA
- Comutação Bibliográfica através de convênios com as Redes de Comutação Bibliográfica: BIREME e COMUT
- Acesso a revistas eletrônicas com texto completo, inclusive ao Portal da CAPES (<http://www.periodicos.capes.gov.br>)
- Treinamento aos usuários sobre o uso da Biblioteca e de suas fontes de informação
- Orientação sobre normalização de documentos
- Serviço de Reprografia localizado próximo ao espaço físico da Biblioteca
- Consulta a bases de dados com disponibilidade dos equipamentos da Biblioteca, inclusive no Portal da Informação e no Portal da CAPES

12. Condições de acesso para pessoas com deficiência

Desde o início de sua implantação, a infra-estrutura do Setor Litoral da UFPR foi completamente adaptada para permitir o acesso de pessoas com deficiência parcial ou total dos membros inferiores e que possuem capacidade motora reduzida conforme Decreto 5.296/2004.

Todos os acessos possuem portas amplas e dispõe de rampas que permitem a passagem de cadeirantes. Para o acesso ao bloco didático fica à disposição dos estudantes e servidores técnicos e docentes um elevador que é preferencialmente utilizado para aqueles que necessitam de auxílio para chegar às salas de aula.

Todos os banheiros dispostos dentro dos limites do campus possuem sanitários adaptados para pessoas com necessidades especiais.

A Universidade Federal do Paraná conta com um Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Especiais (NAPNE) vinculado à PROGRAD. No Setor Litoral encontra-se o LABNAPNE, laboratório vinculado ao NAPNE que visa oferecer alternativas para a permanência de pessoas com necessidades especiais de qualquer natureza (estudantes e servidores). Os objetivos do LABNAPNE incluem a discussão e implementação de estratégias que garantam o ingresso e o acesso de estudantes com algum tipo de deficiência nos cursos de graduação e profissionalizantes do Setor Litoral. Esse laboratório também realiza o acolhimento e atendimento às pessoas com necessidades especiais com finalidades educacionais, além de proporcionar oportunidades e condições de participação em atividades acadêmicas e formativas em equidade com os demais estudantes. Outras atividades do LABNAPNE incluem:

- Sensibilizar professores, técnicos administrativos e alunos sobre a promoção dos direitos das pessoas com necessidades especiais, com respeito, dignidade e iguais oportunidades no meio social.
- Organizar formação continuada sobre a temática das necessidades especiais para a comunidade universitária.
- Articular ações de ensino, pesquisa e extensão na área das necessidades especiais.
- Orientar alunos e servidores sobre práticas pedagógicas: metodologias alternativas de procedimentos didáticos e utilização de recursos tecnológicos.
- Pesquisar, analisar e propor adequações de acessibilidade arquitetônica para pessoas com mobilidade reduzida.
- Adquirir materiais didáticos específicos para a acessibilidade pedagógica.
- Promover e incentivar o debate das necessidades especiais.

Vinculado ao LABNAPNE encontra-se disponível também um servidor técnico-administrativo que atua como intérprete de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) para estudantes com surdez, e para eventos onde se faz necessária a tradução simultânea da língua oral para a língua de sinais.

13. Organização Curricular

13.1 Contextualização do Bacharel em Informática e Cidadania

São compromissos assumidos historicamente pela universidade brasileira a educação e a formação de jovens e adultos em termos de profissionalidade. Uma formação em nível superior constitui-se, em geral, em uma formação calcada em conhecimentos historicamente produzidos nos mais diversos âmbitos da filosofia, das ciências e das tecnologias bem como articulada a uma necessária interlocução com as práticas cotidianas de vida e de trabalho.

Estes conhecimentos teóricos e práticos que possuem “corpus específicos”, conforme cada área, mas que se inter-relacionam dialeticamente, devem ser desenvolvidos sob a perspectiva da interdisciplinaridade e que está sendo assinalada aqui como a viga mestra deste trabalho de formação acadêmica.

13.2 Organização Curricular e Ementa

A organização curricular parte do PPP do setor como consta na apresentação deste PPC. Os Espaços Curriculares de Aprendizagem são os Projetos de Aprendizagens (PA), As Interações Culturais e Humanísticas (ICH) e os Fundamentos Teóricos Práticos (FTP).

Os Projetos de Aprendizagem são coordenados por Câmara própria (GEPA – Grupo Projetos de Aprendizagem). Essa Câmara tem a competência de acompanhar os estudantes juntamente com a Câmara de cada Curso e com os professores mediadores, além de organizar o módulo de Introdução ao Projeto de Aprendizagem no 1º semestre de cada estudante e também a amostra anual de projetos.

Conforme a fase os Projetos de Aprendizagem obrigatoriamente devem cumprir alguns requisitos propostos pelo GEPA:

1ª. Fase: Conhecer e Compreender: Reconhecimento do Litoral e do Projeto Institucional, do espaço curricular de Projetos de Aprendizagem; introdução ao mundo universitário; saberes necessários para o desenvolvimento de Projetos de Aprendizagem; construção de análises coletivas interturmas; articulação com os FTP e ICH; participação em encontros coletivos de Projetos, Mostra de Projetos; apresentação de uma idéia de Projetos de

Aprendizagem com outros parceiros ou não; indicação de um mediador e entrega do formulário de registro de Projetos de Aprendizagem.

2ª.Fase: Compreender e Propor: Aprofundar os saberes necessários para o desenvolvimento de Projetos de Aprendizagem; construção do Projeto de Aprendizagem temático conforme escolha da equipe; construção e/ou fortalecimento do processo de autonomia e de crítica à heteronomia; pontuar a importância do Projeto para o desenvolvimento do Litoral; leituras básicas e/ou pesquisas documentais e referenciais; estudos conceituais; primeira participação na MOSTRA DE PROJETOS; outras apresentações do Plano de Projeto.

3ª. Fase: Propor e Agir: O Projeto de Aprendizagem e o diálogo com a comunidade interna e externa. A articulação com a Educação Pública Básica e com outras instâncias sociais. A divulgação do Projeto enquanto Trabalho de Conclusão de Curso. Apresentações públicas em MOSTRA, congressos, e outros espaços do gênero; a transformação do PA em TCC e/ou outros produtos acadêmicos, caso conste no PPC do Curso.

As Interações Culturais e Humanísticas são coordenadas pelo GICH (Grupo Interação Cultural e Humanística). Essa Câmara é quem organiza no início de cada semestre as oficinas propostas pelos estudantes e mediadas pelos professores. No início do semestre os estudantes propõem em grande grupo uma série de atividades. Após isso, passa-se a discussão da possibilidade de cada oficina e a definição dos professores mediadores. Os mediadores devem garantir que os princípios das Interações Culturais e Humanísticas que constam no PPP sejam mantidos em cada oficina. O GICH organiza anualmente o FICH – Festival de Interações Culturais e Humanísticas. Nesse festival cada oficina apresenta seu resultado para todos os estudantes.

As ICH tem algumas diretrizes próprias para garantir que seja congruente com o PPP do Setor. Quanto ao objetivo, as Interações Culturais e Humanísticas devem promover a interação vertical (turmas em fases diferentes dos cursos) e horizontal (cursos diferentes no mesmo espaço) com ênfase nas construções coletivas, percepções e trocas de experiências, em um espaço de reflexão e não somente lúdico.

Para garantir a dimensão pedagógica às interações devem ser construídas simétrica e dialogicamente entre estudantes, comunidades e servidores, valorizando os diferentes saberes e lugares culturais que compõem a vida social. Devem também problematizar as hierarquias existentes entre estes diferentes saberes e culturas, fortalecendo compromissos éticos e políticos para além daqueles valorizados na lógica do mercado, visando a vivência e o adensamento de relações autogestionárias, ou seja, relações onde o grupo cuide diretamente de seus próprios deveres e interesses, com ampla liberdade de organização desde que respeitando as diretrizes do eixo pedagógico de Interações Culturais e Humanísticas.

A construção da atividade tem alguns pressupostos: a elaboração e desenvolvimento das atividades deverão ser realizadas com a mediação docente; articular os desejos individuais na construção de atividades coletivas; respeitar os objetivos das ICH; consolidar a capacidade de autogestão (esclarecer o sentido) (descentralização e descolonização dos conhecimentos, capacidade de elaborar objetivos factíveis de serem atingidos e coerentes com o Projeto Político Pedagógico do Setor); construir os objetivos, encaminhamentos metodológicos, temas

(tópicos) a serem abordados e processos avaliativos coletivamente; contextualizar criticamente as atividades na contraposição à lógica do mercado, enfatizando suas dimensões pedagógicas em uma perspectiva libertária, estimulando a visão histórico-crítica e a atitude coletivo-solidária.

Considerando os objetivos das ICH o docente deve mediar e estimular o compartilhamento das responsabilidades dos participantes na discussão, construção, organização e avaliação das atividades de ICH no grupo, instigando o desejo dos participantes em enxergar para além da superficialidade do tema desejado sem tornar-se o único sujeito enunciativo do discurso. Cabe ao docente realizar os registros dos participantes da atividade.

O discente tem o compromisso de participar na discussão, construção, organização e avaliação das atividades de ICH assumindo e estimulando o compartilhamento das responsabilidades do grupo, considerando os desejos individuais e coletivos de aprendizagem. O desafio é romper com o empirismo ingênuo e com as práticas espontaneístas enfatizando a dimensão educativa e emancipatória do processo.

O FESTIVAL DE INTERAÇÕES CULTURAIS E HUMANÍSTICAS (FICH) é um evento cultural, que ocorre anualmente, onde os grupos podem apresentar os produtos de suas vivências e, principalmente, é um momento que permite a expressão coletiva dos processos e caminhos pelos quais os proponentes percorreram, promovendo assim uma reflexão através da interação entre as diversas atividades.

Devido à importância do FICH, os grupos devem incluir a socialização da sua trajetória durante o planejamento dos objetivos das propostas de atividade de ICH. A data será definida pelo GICH e divulgada através do calendário acadêmico no início de cada semestre.

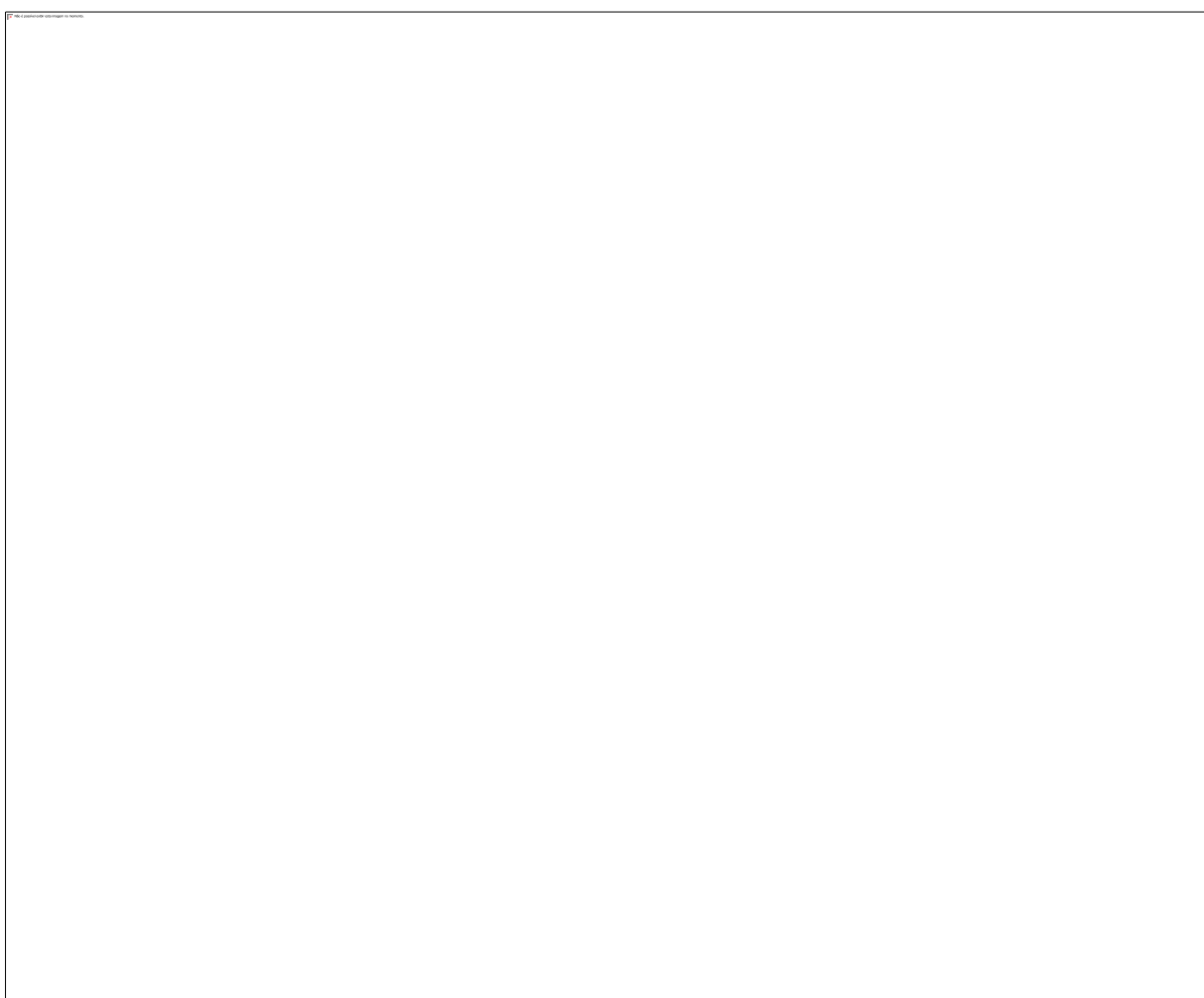
Os Fundamentos Teóricos Práticos (FTP) são de total responsabilidade das Câmaras dos. Os fundamentos teórico-práticos são meios e não fins no processo de formação. Com rigor científico e contextualização com os demais desafios reais que o estudante vai enfrentando, os fundamentos são organizados em consonância com as diferentes etapas da proposta pedagógica, buscando atender tanto às diretrizes curriculares de cada curso, como propiciar os saberes necessários à execução dos projetos de aprendizagem. O como fazer e o que fazer têm intencionalidade e compromisso dos atos educativos construídos coletivamente e assumidos em planejamento criado interdisciplinarmente na diversidade técnico-metodológica das diversas instâncias do Setor.

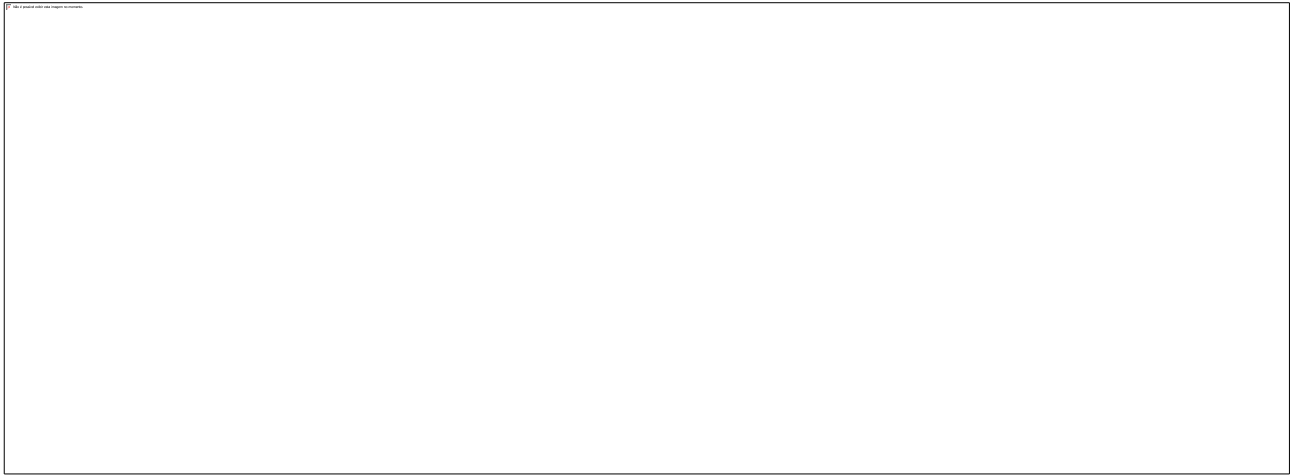
O desenho curricular que se fundamenta na educação por projetos permite que o estudante construa o conhecimento, integrando diversas áreas do conhecimento, por isso, nessa metodologia implica na construção de um **currículo flexível**. Essa flexibilidade curricular tem as seguintes características no Curso Superior em Informática e Cidadania:

- Além dos fundamentos teórico-práticos, específicos de cada curso, como já mencionado o estudante organiza o seu cotidiano tendo também espaços semanais para as Interações Culturais e Humanísticas (ICH) e para dedicar-se ao projeto de aprendizagem (PA). O estudante é incentivado a perceber criticamente a realidade, compreender os diversos aspectos que a estruturam e a estabelecer ações onde a busca de conhecimento se encontra com situações da realidade local, configurando relações entre pessoas, saberes e instituições, entre elas a UFPR e a comunidade da região litorânea;
- Os FTP caracterizam-se por temáticas amplas pertinentes a formação de profissionais de Informática e Cidadania, prescinde da interdisciplinaridade rompendo deste modo com o paradigma da disciplinaridade e optando-se, portanto, por trabalhar com espaços de formação que têm como principal articulador os projetos de aprendizagens, originados na realidade concreta do meio em que estão inseridos. Esses projetos possibilitam o diálogo com os fundamentos teóricos-práticos, que empiricamente já os constituem. Esse diálogo se expande ao abarcar as interações culturais e humanísticas que se apresenta como espaço para a troca com pessoas da comunidade externa, de outros cursos, de outras realidades e também como possibilidade de síntese e reflexão de sua formação e de seu papel social. Portanto, o currículo contempla em seus espaços a cidadania como totalidade, objetivando superar a proposta fragmentária, da pesquisa, do ensino e da extensão;
- - Os FTP não possuem uma sequência linear, pré-definida, ou seja, não há pré requisitos no currículo. Os módulos de Tópicos Especiais em Tecnologia da Informação I e II ofertados nos Módulos Optativos a turma poderá fazer uma opção por uma temática baseada ao momento no contexto e nas características da turma. A intenção do processo educativo é a cidadania como totalidade e o desenvolvimento integral, não apenas no aspecto tecnológicas, mas também nos aspectos afetivos e sociais, em uma perspectiva emancipatória e de protagonismo de seus sujeitos e de suas coletividades. No entanto, findo os quatro anos de Curso, todas as temáticas e os objetivos do currículo deverão ter sido atendidos rigorosamente;
- O papel dos conteúdos e tempos está intrinsecamente conectado com a participação dos indivíduos como sujeitos nas esferas públicas, privadas e do terceiro setor;
- Considerando a categoria totalidade inerente ao PPP do setor Litoral da UFPR, o eixo central do Curso é formar profissionais capazes de compreender os contextos e necessidades sociais e propor alternativas de cooperação técnico-científico e interdisciplinar para agir na melhoria da qualidade de vida coletiva, portanto, esse currículo não prevê dicotomia entre conhecimentos tecnológicos e cidadania. Desse modo os conhecimentos tecnológicos são transversais ao Curso, devendo obrigatoriamente, dialogar com os conhecimentos de cidadania integralmente.

Na sequência o fluxograma curricular do Curso Superior em Informática e Cidadania.

13.3 Fluxograma Curricular





Na sequência o gráfico curricular do Curso Superior em Informática e Cidadania.

13.4 Gráfico Curricular



Na sequência uma síntese da organização curricular.

13.5 Matriz Curricular

1ª FASE – CONHECER E COMPREENDER.

	Semestre	Temática	CH
1º ANO	I 1º semestre	SL018 Integração Universitária e Reconhecimento Local	80
		SLIC001 Introdução a Informática e a Cidadania	40
		SLIC002 Informática Básica	80
		SLIC003 Metodologia e Conhecimento Científico I	40
		SL001 Interações Culturais e Humanísticas I	80
		SL009 Projetos de Aprendizagem I	80
		Carga Horária	400
	II 2º semestre	SLIC004 Introdução a Gestão	40
		SLIC005 Linguagem e Programação I	80
		SLIC006 Sociedade e Cultura	40
		SLIC007 Teoria das Organizações	40
		SLIC008 Metodologia e Conhecimento Científico II	40
		SL002 Interações Culturais e Humanísticas II	80
		SL010 Projetos de Aprendizagem II	80
		Carga Horária	400

2ª FASE –COMPREENDER E PROPOR.

	Semestre	Temática	CH
2º ANO	I 3º semestre	SLIC009 Linguagem e Programação II	80
		SLIC010 Tecnologia da Educação a Distância	40
		SLIC011 Gestão da Informação na Educação Pública	40
		SLIC012 Desenvolvimento Sustentável e Tecnologia	40
		SLIC013 Gestão de Pessoas	40
		SL003 Interações Culturais e Humanísticas III	80
		SL011 Projetos de Aprendizagem III	80
		Carga Horária	400

3º ANO	II 4º semestre	SLIC014 Análise e Projeto de Sistemas	80
		SLIC015 Sociedade e Tecnologia	40
		SLIC016 Empreendedorismo	40
		SLIC017 Gestão do Conhecimento em Sistemas de Saúde	40
		Módulo Optativo I	40
		SL004 Interações Culturais e Humanísticas IV	80
		SL012 Projetos de Aprendizagem IV	80
	Carga Horária		400
	I 5º semestre	SLIC019 Banco de Dados	80
		Módulo Optativo II	40
		SLIC021 Direito e Legislação da Informática	40
		SLIC022 Gestão de Inovação Tecnológica	40
		SLIC023 Sistemas de Informação Para Gestores	40
		SL005 Interações Culturais e Humanísticas V	80
		SL013 Projetos de Aprendizagem V	80
	Carga Horária		400
	II 6º semestre	SLIC024 Redes de Computadores	80
		SLIC025 Políticas Públicas	40
		SLIC026 Legislação Aplicada a Gestão Pública	40
		SLIC027 Ética e Deontologia da Tecnologia da Informação	40
		Módulo Optativo III	40
		SL006 Interações Culturais e Humanísticas VI	80
		SL014 Projetos de Aprendizagem VI	80
	Carga Horária		400

3ª FASE – PROPOR E AGIR.

	Semestre	Temática	CH
4º ANO	I 7º semestre	SLIC029 Desenvolvimento de Aplicações WEB	80
		SLIC030 Gestão de Projetos em Tecnologia da Informação	40
		Módulo Optativo IV	40
		SLIC032 Software Livre	80
		SL007 Interações Culturais e Humanísticas VII	80
		SL015 Projetos de Aprendizagem VII	80
	Carga Horária		400
	II 8º semestre	SLIC033 Estágio Obrigatório	160
		SL008 Interações Culturais e Humanísticas VIII	80
		SL016 Projetos de Aprendizagem VIII	80
	Carga Horária		320

Módulos Optativos.

O Curso Superior em Informática e Cidadania ofertará 04 Módulos Optativos, no 4º, 5º, 6º e 7º semestres cada um com carga horária de 40 horas perfazendo um total de 160 horas a serem escolhidas na relação abaixo.

SL017 Comunicação em Libras	40
SLIC018 Gestão Estratégia	40
SLIC020 Gestão Econômica e Financeira	40
SLIC028 Tópicos Especiais em TI – I	40
SLIC031 Tópicos Especiais em TI – II	40
SLIC034 Organização do Terceiro Setor	40
SLIC035 Informática e Cidadania na Educação a Distância	40
SLIC036 Inclusão Digital	40

Carga Horária do Curso

Eixo Curricular	CH
Fundamentos Teórico-Práticos (FTP)	1520
Interações Culturais e Humanísticas (ICH)	640
Projetos de Aprendizagem (PA)	640
Atividades Formativas Complementares	80
Estágio Obrigatório	160
Módulos Optativos	160
CARGA HORÁRIA TOTAL	3200

13.6 Planos de Ensino – Ficha nº 1 (permanente)

13.6.1 Primeiro Semestre

UNIDADE DIDÁTICA: Integração Universitária e Reconhecimento Local		CÓDIGO: SL018
Natureza: Obrigatória	(x) Semestral () Anual	Obs: OBJETIVO:
Pré-requisito: não há	Co-requisito: não há	
C. H. Semestral: 80h teórico-práticas		Total: 80h
<p>EMENTA (Unidade Didática): Proporcionar aos estudantes, por meio da integração em turmas mistas intercursos, a troca de saberes e percepções, contribuindo para a construção do conhecimento, fomentando o desenvolvimento de atividades coletivas de formação e possibilidades de inserção no meio social. Conhecer e compreender a diversidade existente no litoral do Paraná para fins de desenvolvimento local por meio de ações integradas dos três eixos pedagógicos (FTP, ICH e PA), de modo que se possam adensar as relações com os movimentos sociais, as comunidades e escolas públicas do litoral. Reconhecer formas visíveis, concretas, simbólicas e significativas do espaço do litoral paranaense, estudando processos históricos e contemporâneos analisando o conjunto de práticas dos diferentes agentes que resultam na transformação e configuração do território local.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>CHAUI, M. Brasil: mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000. LARAIA, R. B. Cultura : um conceito antropológico. 22. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. UFPR. Projeto Político Pedagógico da UFPR Litoral. Disponível em: http://www.litoral.ufpr.br/ppp>.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>BERGER, P. & LUCKMANN, T. A construção social da realidade. Petrópolis: Vozes, 1985. BIGARELLA, J. J. Matinho: homem e terra - reminiscências. 3. ed. Curitiba, PR : Fundação Municipal de Curitiba, 2009. GUATTARI, Felix. As Três Ecologias, Editora: Papyrus.1999.</p>		
Validade: a partir do ano letivo de 2009 Coordenador da Câmara de Informática e Cidadania: Almir Carlos Andrade Assinatura:		

UNIDADE DIDÁTICA: Introdução a Informática e Cidadania		CÓDIGO: SLIC001
Natureza: Obrigatória	(x) Semestral () Anual	Obs:
Pré-requisito: não há	Co-requisito: não há	
C. H. Semestral: 40h teórico-práticas		Total: 40h
<p>EMENTA (Unidade Didática): Inter-relação entre a ciência da informação e a cidadania. Fundamentos práticos das tecnologias. As concepções teóricas sobre cidadania. A construção do cidadão e os espaços da informática na cidadania. O papel da informação e da tecnologia no contexto social atual. O papel da informática e cidadania no Brasil. Informação, comunicação e cidadania. Os usos sociais na informação. A emergência da sociedade da informação.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>CAPRON, H. L.; JOHNSON, J. A. Introdução à Informática. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora Prentice Hall, 2004.</p> <p>PINSKY, Jaime. (Org.). Prática da Cidadania. São Paulo: Contexto, 2004.</p> <p>VIEIRA, L. Os Argonautas da Cidadania: A Sociedade Civil e a Globalização. Rio de Janeiro: Record, 2001.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>NORTON, Peter. Introdução à Informática. São Paulo: Makron Books, 2005.</p> <p>VELOSO, Fernando de Castro. Informática: Conceitos Básicos. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2002.</p>		
<p>Validade: a partir do ano letivo de 2009</p> <p>Coordenador da Câmara de Informática e Cidadania: Almir Carlos Andrade</p> <p>Assinatura:</p>		

UNIDADE DIDÁTICA: Informática Básica		CÓDIGO: SLIC002
Natureza: Obrigatória	(x) Semestral () Anual	Obs:
Pré-requisito: não há	Co-requisito: não há	
C. H. Semestral: 80h teórico-práticas		Total: 80h
<p>EMENTA (Unidade Didática): Conhecer o computador seu hardware e software como ferramenta de desenvolvimento de programas. Ter uma visão geral dos computadores como ferramenta da tecnologia da informação. Softwares aplicativos; Sistemas Operacionais; Arquitetura interna (unidade central de processamento, sistemas de entrada, saída); Interfaces e conexão com o usuário; Armazenamento de dados e multimídia. Dar conhecimento da representação interna de números e caracteres, aritmética binária e lógica booleana. Apresentar a história da computação: passado, presente e futuro.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>MANZANO, Jose Augusto N. G. Guia Prático De Informática. São Paulo: Erica, 2011.</p> <p>MARÇULA, Marcelo; BENINI Filho, Pio Armando. Informática - Conceitos E Aplicações. São Paulo: Erica, 2010.</p> <p>ALVES, William Pereira. Informática Fundamental - Introdução Ao Processamento de Dados. São Paulo: Erica, 2010.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>ALENCAR, André. Informática Descomplicada. Brasília: Gran Cursos, 2010.</p> <p>MAGGIO, Anderson. Informática Para Concursos. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2011.</p>		
<p>Validade: a partir do ano letivo de 2009</p> <p>Coordenador da Câmara de Informática e Cidadania: Almir Carlos Andrade</p> <p>Assinatura:</p>		

UNIDADE DIDÁTICA: Metodologia e Conhecimento Científico I		CÓDIGO: SLIC003
Natureza: Obrigatória	(x) Semestral () Anual	Obs:
Pré-requisito: não há	Co-requisito: não há	
C. H. Semestral: 40h teórico-práticas		Total: 40h
<p>EMENTA (Unidade Didática): Metodologia científica e universidade, a importância da metodologia, métodos e estratégias de estudo e aprendizagem, ciência e suas aplicações, Ciência e senso comum. Epistemologia. Naturezas e objetivos da pesquisa: Pesquisa Qualitativa e Pesquisa Quantitativa.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>BARROS, Aidil Jesus da Silveira. Fundamentos de metodologia científica. 3. ed. São Paulo, SP: Pearson Prentice Hall, 2007.</p> <p>FRANCO, Jeferson. Como Elaborar Trabalhos Acadêmicos nos padrões da ABNT aplicando recursos de informática. Rio de Janeiro, RJ: Ciência Moderna, 2006.</p> <p>SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. Metodologia científica. 6. ed. São Paulo: Pearson / Prentice Hall, 2007.</p> <p>MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2005.</p>		
<p>Validade: a partir do ano letivo de 2009</p> <p>Coordenador da Câmara de Informática e Cidadania: Almir Carlos Andrade</p> <p>Assinatura:</p>		

UNIDADE DIDÁTICA: Interações Culturais Humanísticas I		CODIGO: SL001
Natureza: Obrigatória	(X) Semestral () Anual	Obs.:
Pré-requisito: não há	Co-requisito: não há	
C. H. Semestral: 80h		Total: 80h
<p>EMENTA (Unidade Didática): Vivências de Relações Humanas Simétricas e Dialógicas; Estudo de Cultura e Sociedade; Experimentação da Construção Coletiva e Autogestão; Contextualização Crítica numa Perspectiva Libertária; Articulação dos Saberes e Desejos; Construção Coletiva do Processo Avaliação.</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>FREIRE, Paulo. Educação e mudança. Vol.1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. (coleção Educação e Mudança).</p> <p>Projeto Político Pedagógico do Setor Litoral. Mimeo. Universidade Federal do Paraná, 2005.</p> <p>CHAUÍ, M. Cidadania Cultural: O direito à cultura. D. Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2006.</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>Definida pela temática e tipologia da atividade de ICH frequentada pelo estudante</p>		
<p>Validade: a partir do ano letivo de 2009</p> <p>Coordenador da Câmara de Informática e Cidadania: Almir Carlos Andrade</p> <p>Assinatura:</p>		

UNIDADE DIDÁTICA: Projeto de aprendizagem I		CÓDIGO: SL009
Natureza: Obrigatória	(X) Semestral () Anual	Obs:
Pré-requisito: não há	Co-requisito: não há	
C. H. Semestral: 80h	Total: 80h	
EMENTA (Unidade Didática): Integração e interação de diferentes áreas do conhecimento na atuação profissional. Reconhecimento do Litoral e construção do Projeto de Aprendizagem. Reconhecimento da atuação profissional. Introdução ao mundo universitário: o Projeto Político Pedagógico do Litoral e o Projeto de Aprendizagem. Construção de Projetos de Aprendizagem interdisciplinares. Articulação com os Fundamentos Teóricos Práticos e Interações Culturais Humanísticas. A interação entre mediador/estudantes numa perspectiva dialógica; lógicas diferentes que podem ser reveladas com a trajetória de vida do estudante ou outras formas. Encontros coletivos de Projetos.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
Freire, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa . São Paulo: Paz e Terra, 1996. (coleção Leitura).		
Demo, Pedro. Complexidade e Aprendizagem - a dinâmica não linear do conhecimento . São Paulo: Atlas, 2002.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
Freire, Paulo. Educação e Mudança . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.		
Freire, Paulo. Educação como prática da liberdade . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.		
Morin, Edgar. Os setes Saberes necessários à Educação do Futuro . São Paulo: Cortez; Brasília-DF: UNESCO. 2001.		
Morin, Edgar. A cabeça Bem-Feita. Repensar a reforma, reformar o pensamento . 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.		
Morin, Edgar. Saberes globais e Saberes locais: O olhar transdisciplinar . Rio de Janeiro: Garamond, 2004.		
Validade: a partir do ano letivo de 2009		
Coordenador da Câmara de Informática e Cidadania: Almir Carlos Andrade		
Assinatura:		

13.6.2 Segundo Semestre

UNIDADE DIDÁTICA: Introdução a Gestão		CÓDIGO: SLIC004
Natureza: Obrigatória	(x) Semestral () Anual	Obs:
Pré-requisito: não há	Co-requisito: não há	
C. H. Semestral: 40h teórico-práticas		Total: 40h
<p>EMENTA (Unidade Didática): Conceitos básicos de Gestão, aspectos políticos da gestão, figura do gestor, elementos de gestão, resultados de gestão, gestão estratégica, gestão econômica financeira, gestão de tecnologia da informação, vícios da gestão e gestão social e ambiental.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>JUNIOR, Roldo Goi. Prática de Gestão. Rio de Janeiro, RJ: Ciencia Moderna. 2010.</p> <p>FELL, André Felipe de Albuquerque. Estudos qualitativos em gestão da tecnologia e sistemas da informação. Rio de Janeiro, RJ: Ciencia Moderna. 2010.</p> <p>REIS, Dálcio Roberto. Gestão de Inovação Tecnológica, 2 ed. Barueri, SP: Manole. 2008.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>SANTOS, Clezio Saldanha dos. Introdução a gestão pública. São Paulo: Saraiva, 2006.</p> <p>MORAES, Paulo Eduardo. Introdução à gestão empresarial. Curitiba: IBPEX, 2004.</p>		
<p>Validade: a partir do ano letivo de 2009</p> <p>Coordenador da Câmara de Informática e Cidadania: Almir Carlos Andrade</p> <p>Assinatura:</p>		

UNIDADE DIDÁTICA: Linguagem e Programação I		CÓDIGO: SLIC005
Natureza: Obrigatória	(x) Semestral () Anual	Obs:
Pré-requisito: não há	Co-requisito: não há	
C. H. Semestral: 80h teórico-práticas		Total: 80h
<p>EMENTA (Unidade Didática): Apresentação de Programas: códigos-fonte. Compiladores. Sistemas e Ambientes Operacionais. Linguagem de programação. Implementação de Algoritmos. Tipos de Dados. Leitura e Escrita. Comparações de dados e Operadores (Aritméticos, Relacionais, Lógicos, Atribuição). Estruturas de Controle: comandos de seleção (if e switch). Estruturas de Repetição (for, while e do-while). Estrutura de Dados homogêneos: Vetores e Matrizes. Declaração, inicialização e utilização de vetores e matrizes. Operações algébricas com vetores e matrizes. Linguagens de programação interpretadas (script languages). Utilização de linguagens de código aberto (software livre).</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>ASCENCIO, Ana Fernanda Gomes; CAMPOS, Edilene Aparecida Veneruchi De. Fundamentos da Programação de Computadores. São Paulo: Longman Do Brasil, 2007.</p> <p>FARRELL, Joyce. Lógica e Design de Programação - Introdução. São Paulo: Cengage, 2010.</p> <p>MIZRAHI, Victorine Viviane. Treinamento em Linguagem C. São Paulo: Prentice Hall Brasil, 2008.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>GRIFFITHS, David; BARRY, Paul. Use a Cabeça! Programação. Rio de Janeiro: Alta Books, 2010.</p> <p>LUTZ, Mark; ASCHER, David. Aprendendo Python. Porto Alegre: Bookman, 2007.</p>		
<p>Validade: a partir do ano letivo de 2009</p> <p>Coordenador da Câmara de Informática e Cidadania: Almir Carlos Andrade</p> <p>Assinatura:</p>		

UNIDADE DIDÁTICA: Sociedade e Cultura		CÓDIGO: SLIC006
Natureza: Obrigatória	(x) Semestral () Anual	Obs:
Pré-requisito: não há	Co-requisito: não há	
C. H. Semestral: 40h teórico-práticas		Total: 40h
<p>EMENTA (Unidade Didática): O Projeto Político Institucional da UFPR Litoral; o Projeto Político Pedagógico; a organização administrativa e a acadêmica, incluindo a composição e funcionamento da Câmara do Curso de Informática e Cidadania. Refletir criticamente sobre a missão da Universidade, apresentar e debater quais os elementos que envolvem o “pensar” e discutir amplamente o que é “ser acadêmico” e qual seu papel na relação pedagógica. Vida em sociedade. Realidade social local. Espaço e território. Temas sociais contemporâneos presentes na realidade local. Introdução à instrumentalidade. Leituras sobre o Litoral: bases estatísticas, documentos e análises. Visitas e relatos de vivências do Litoral Paranaense.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>BIGARELLA, João José. Matinho: Homem e Terra – Reminiscências...3.ed. ampliada. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 2009.</p> <p>DIEGUES, Antonio Carlos (Org.). Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza. 2 ed. São Paulo : HUCITEC, 2000.</p> <p>_____. Ilhas e mares: simbolismo e imaginário. São Paulo: HUCITEC, 1998.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>OLIVEIRA, Ricardo Costa de. A construção do Paraná moderno: políticos e política no Governo do Paraná de 1930 a 1980. Curitiba: Seti, 2004.</p> <p>VIANNA, Lucila Pinsard. De invisíveis a protagonistas: populações tradicionais e unidades de conservação. Annablume: São Paulo. 2008.</p>		
<p>Validade: a partir do ano letivo de 2009</p> <p>Coordenador da Câmara de Informática e Cidadania: Almir Carlos Andrade</p> <p>Assinatura:</p>		

UNIDADE DIDÁTICA: Teoria das Organizações		CÓDIGO: SLIC007
Natureza: Obrigatória	(x) Semestral () Anual	Obs:
Pré-requisito: não há	Co-requisito: não há	
C. H. Semestral: 40h teórico-práticas		Total: 40h
<p>EMENTA (Unidade Didática): Campo do saber da administração. Ética nas organizações. As funções organizacionais: planejamento, organização, direção e controle. Perspectiva histórica das teorias da administração: Teoria Clássica, Administração Científica, Burocracia, Escola de Relações Humanas, Desenvolvimento Organizacional, Teoria Contingencial e Teoria Geral dos Sistemas. Poder, controle e conflito. Mudança e estratégia nas organizações. Inovação e aprendizagem. O desenvolvimento da administração contemporânea: organizações virtuais, por processo, de alto desempenho, holísticas com base no conhecimento e informação. Tendências teóricas e implicações práticas no mundo empresarial.</p> <p>BIBLIOTECA BÁSICA</p> <p>CHIAVENATO, Idalberto. Introdução a teoria geral da administração. 7.ed. rev e atual. São Paulo: Elsevier, 2004.</p> <p>MOTTA, Fernando C. Prestes. Teoria geral da administração. 3. ed. rev. [São Paulo, SP]: Cengage Learning, [2008].</p> <p>MOTTA, Fernando C. Prestes. Teoria das organizações: evolução e crítica. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, c2001.</p> <p>BIBLIOTECA COMPLEMENTAR</p> <p>SILVA, Sebastião Orlando da. Estilos de administração: uma introdução a teoria geral da administração. 2. ed. Rio de Janeiro: ERCA, 1992.</p> <p>MAXIMIANO, A. C. A. Teoria geral da administração: da escola científica à competitividade na economia globalizada. São Paulo: Atlas, 2000.</p>		
<p>Validade: a partir do ano letivo de 2009</p> <p>Coordenador da Câmara de Informática e Cidadania: Almir Carlos Andrade</p> <p>Assinatura:</p>		

UNIDADE DIDÁTICA: Metodologia e Conhecimento Científico II		CÓDIGO: SLIC008
Natureza: Obrigatória	(x) Semestral () Anual	Obs:
Pré-requisito: não há	Co-requisito: não há	
C. H. Semestral: 40h teórico-práticas		Total: 40h
<p>EMENTA (Unidade Didática): Projeto de pesquisa. Fases da pesquisa. Técnicas e tecnologias de pesquisa. Produtos das pesquisas: artigos, monografias, dissertações, teses. Leitura crítica, técnicas de estudo científico e Redação técnica. Apresentação de trabalhos científicos. A pesquisa em administração na atualidade.s, normas técnico científicas (ABNT).</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>BARROS, Aidil Jesus da Silveira. Fundamentos de metodologia científica. 3. ed. São Paulo, SP: Pearson Prentice Hall, 2007.</p> <p>BIANCHETTI, Lucidio. A bússola do escrever. 2 ed. Florianópolis, SC: Cortez, 2006.</p> <p>FRANCO, Jeferson. Como Elaborar Trabalhos Academicos nos padrões da ABNT aplicando recursos de informática. Rio de Janeiro, RJ: Ciência Moderna, 2006.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. Metodologia científica. 6. ed. São Paulo: Pearson / Prentice Hall, 2007.</p> <p>PINHEIRO, Jose Mauricio dos Santos. Da Iniciação científica ao TCC: Uma abordagem para os cursos de tecnologia. Rio de Janeiro, RJ: Ciência Moderna, 2010.</p>		
Validade: a partir do ano letivo de 2009 Coordenador da Câmara de Informática e Cidadania: Almir Carlos Andrade Assinatura:		

UNIDADE DIDÁTICA: Interações Culturais Humanísticas II		CÓDIGO: SL002
Natureza: Obrigatória	(X) Semestral () Anual	Obs.:
Pré-requisito: não há	Co-requisito: não há	
C. H. Semestral: 80h	Total: 80h	
<p>EMENTA (Unidade Didática): Vivências de Relações Humanas Simétricas e Dialógicas; Estudo de Cultura e Sociedade; Experimentação da Construção Coletiva e Autogestão; Contextualização Crítica numa Perspectiva Libertária; Articulação dos Saberes e Desejos; Construção Coletiva do Processo Avaliação.</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>FREIRE, Paulo. Educação e mudança. Vol.1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. (coleção Educação e Mudança).</p> <p>Projeto Político Pedagógico do Setor Litoral. Mimeo. Universidade Federal do Paraná, 2005.</p> <p>CHAUÍ, M. Cidadania Cultural: O direito à cultura. D. Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2006.</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>Definida pela temática e tipologia da atividade de ICH frequentada pelo estudante</p>		
<p>Validade: a partir do ano letivo de 2009</p> <p>Coordenador da Câmara de Informática e Cidadania: Almir Carlos Andrade</p> <p>Assinatura:</p>		

UNIDADE DIDÁTICA: Projeto de aprendizagem II		CÓDIGO: SL010
Natureza: Obrigatória	(X) Semestral () Anual	Obs.:
Pré-requisito: não há	Co-requisito: não há	
C. H. Semestral: 80h	Total: 80h	
EMENTA (Unidade Didática): A construção do objeto do estudo, do Projeto. Objetivos, relevância para o contexto do Litoral e do Projeto Político Pedagógico do Setor Litoral. Coleta de dados com objetivos de sondagem e de abarcar dados significativos para conhecer e compreender o objeto. Propor um pré-projeto com sistematização acadêmico-científica apresentando os objetivos de todos os parceiros – se houver parcerias multidisciplinares ou interdisciplinares. Cronograma de desenvolvimento do projeto. Previsão da forma de divulgação final.		
BIBLIOTECA BÁSICA		
Morin E. A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento. Jacobina E, Tradutor. 4a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; 2001.		
Morin E, Le Moigne JL. A inteligência da complexidade. Falci LM, Tradutor. São Paulo: Peirópolis; 2000.		
Morin E. Os sete saberes necessários à educação do futuro. São Paulo: Cortez; 1999.		
Morin E. Educação e complexidade: os sete saberes e outros ensaios. São Paulo: Cortez; 2002.		
BIBLIOTECA COMPLEMENTAR		
Demo, Pedro. Educar pela pesquisa. São Paulo, Autores Associados;2003.		
Hernandez, Fernando. A organização do currículo por projetos de trabalho: O conhecimento e um caleidoscópio. 5 ed. Porto Alegre: Artmed 1998.		
Morin E. A ciência com consciência. 6a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; 2002.		
Validade: a partir do ano letivo de 2009		
Coordenador da Câmara de Informática e Cidadania: Almir Carlos Andrade		
Assinatura:		

13.6.3 Terceiro Semestre

UNIDADE DIDÁTICA: Linguagem de Programação II		CÓDIGO: SLIC009
Natureza: Obrigatória	(x) Semestral () Anual	Obs:
Pré-requisito: não há	Co-requisito: não há	
C. H. Semestral: 80h teórico-práticas		Total: 80h
<p>EMENTA (Unidade Didática): Conceitos de orientação a objetos: objetos, operações, mensagens, métodos e estados Polimorfismo. Abstrações, generalizações, superclasse e subclasse. Herança simples e múltipla e suas conseqüências. Construtores. Aplicações dos conceitos utilizando uma linguagem de programação orientada a objetos em projetos de aplicações orientadas a objetos. Introdução à Linguagem Java (Tipos de Dados, Operadores, Variáveis, Arrays, Controle de Fluxo). Utilização de linguagens de código aberto (software livre). Utilização de ambientes e plataformas de desenvolvimento de aplicações orientadas a objetos utilizando software de código aberto.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>HORSTMANN, Cay; FURMANKIEWICZ, Edson. Conceitos de Computação com Java. Porto Alegre: Bookman, 2008.</p> <p>HUBBARD, John R. Programação com Java. Porto Alegre: Bookman, 2006.</p> <p>SIERRA, Kathy; BATES, Bert. Use a Cabeça! - Java. Rio de Janeiro: Alta Books, 2007.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>HORSTMANN, Cay. Conceitos de Computação com o Essencial de C++. Porto Alegre: Bookman, 2005.</p> <p>SUMMERFIELD, Mark. Programação em Python 3. Rio de Janeiro: Alta Books, 2009.</p>		
<p>Validade: a partir do ano letivo de 2009</p> <p>Coordenador da Câmara de Informática e Cidadania: Almir Carlos Andrade</p> <p>Assinatura:</p>		

UNIDADE DIDÁTICA: Tecnologia da Educação a Distância		CÓDIGO: SLIC010
Natureza: Obrigatória	(x) Semestral () Anual	Obs:
Pré-requisito: não há	Co-requisito: não há	
C. H. Semestral: 40h teórico-práticas		Total: 40h
<p>EMENTA (Unidade Didática): Informar sobre as metodologias e novas tecnologias da informação e comunicação, em processo de formação continuada e em serviço ao ensino à distância, possibilitando a interatividade, a análise de sua prática e as possíveis transformações da mesma, decorrentes da interferência da tecnologia e do processo de formação. Desenvolver habilidades para que o discente possa trabalhar com diversos ambientes de aprendizagem. A evolução da Educação à Distância. Tecnologias da informação e comunicação para Educação à Distância. Metodologias educacionais em ambientes virtuais de aprendizagem. As funções/ papéis do professor na Educação à Distância. Software/ Plataformas para Educação à Distância. Recursos e critérios de avaliação para Educação à Distância. Tecnologias da informação e comunicação para Educação a Distância; Software/ Plataformas para Educação à Distância; Recursos para Educação à Distância. Sistemas de gerência de conteúdo (CMS, Joomla); Sistemas de gerência de aprendizagem (LMS, Moodle).</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>ALMIEIDA, Fernando J. (Coord.) Educação à distância: formação de professores em ambientes virtuais e colaborativos de aprendizagem - Projeto Nave. São Paulo: s.n., 2001</p> <p>BELLONI, Maria Luiza. Educação à distância. Autores Associados. 3A ed. (2003) Campinas.</p> <p>PALLOFF, Rena M. & PRATT, Keith. Construindo Comunidades de Aprendizagem no Ciberespaço. P. Alegre :Artmed, 2002</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>FERRETTI, Celso João. Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar. Vozes. 3a ed. (1996)</p> <p>Moodle. Disponível na Internet em http://www.moodle.org. http://terra.dcc.ufmg.br (LMS adaptado na UFMG).</p> <p>RAMAL, Andrea Cecília. Educação na Ciberultura: Hipertextualidade, leitura, escrita e aprendizagem. Artmed. 2002.</p>		
<p>Validade: a partir do ano letivo de 2009</p> <p>Coordenador da Câmara de Informática e Cidadania: Almir Carlos Andrade</p> <p>Assinatura:</p>		

UNIDADE DIDÁTICA: Gestão da Informação na Educação Pública		CÓDIGO: SLIC011
Natureza: Obrigatória	(x) Semestral () Anual	Obs:
Pré-requisito: não há	Co-requisito: não há	
C. H. Semestral: 40h teórico-práticas		Total: 40h
<p>EMENTA (Unidade Didática): Políticas públicas na educação; Relação das políticas públicas de educação com o contexto educacional do litoral do Paraná; Política pública de inclusão educacional; Possibilidades e desafios de intervenção do gestor da informática na área educacional.</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>Desafios da Educação a Distância na Formação de Professores. Brasília: MEC, 2006.</p> <p>ALMEIDA, Maria Elizabeth B. Tecnologias e formação de educadores/pesquisadores: do uso do computador na escola aos desafios da WEB 2.0. PUC/SP, 2008</p> <p>SANCHO, Juana María; HERNANDEZ, Fernando e colaboradores. Tecnologias para Transformar a Educação. Porto Alegre: Artmed, 2006.</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>SOUSA SANTOS, Boaventura de. Um Discurso Sobre as Ciências. 2 ed. São Paulo, SP: Cortez, 2004.</p> <p>FAGUNDES, Léa da Cruz. A Formação de Professores na Licenciatura Presencial e na Licenciatura à Distância: semelhanças e diferenças. IN: Desafios de Educação à Distância na Formação de Professores. Brasília: Secretaria de Educação à Distância, 2006.</p>		
<p>Validade: a partir do ano letivo de 2009</p> <p>Coordenador da Câmara de Informática e Cidadania: Almir Carlos Andrade</p> <p>Assinatura:</p>		

UNIDADE DIDÁTICA: Desenvolvimento Sustentável e Tecnologia		CÓDIGO: SLIC012
Natureza: Obrigatória	(x) Semestral () Anual	Obs:
Pré-requisito: não há	Co-requisito: não há	
C. H. Semestral: 40h teórico-práticas		Total: 40h
<p>EMENTA (Unidade Didática): Desenvolvimento sustentável, Sustentabilidade, Produção limpa, Ecologia Industrial, Tecnologias limpas, Reciclagem, Sistemas de gestão ambiental. Sistemas integrados, Consumo sustentável. Normas ambientais. Biodiversidade e sustentabilidade. Exploração econômica dos Recursos Naturais. Relações entre bem ambiental e bem social. Interação meio ambiente e sociedade. Estudo de ciclo de vida de produtos com enfoque na sustentabilidade. Estudo de casos relacionados ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>SACHS, I. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.</p> <p>SACHS, I. Inclusão social pelo trabalho: desenvolvimento humano, trabalho decente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.</p> <p>VIEIRA, P. V. Rumo a ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento. São Paulo: Cortez, 2007.</p> <p>BIBLIOTECA COMPLEMENTAR</p> <p>SACHS, Ignacy. Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.</p> <p>VEIGA, José E. Da. Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI. Garamond, 2005.</p>		
<p>Validade: a partir do ano letivo de 2009</p> <p>Coordenador da Câmara de Informática e Cidadania: Almir Carlos Andrade</p> <p>Assinatura:</p>		

UNIDADE DIDÁTICA: Gestão de Pessoas		CÓDIGO: SLIC013
Natureza: Obrigatória	(x) Semestral () Anual	Obs:
Pré-requisito: não há	Co-requisito: não há	
C. H. Semestral: 40h teórico-práticas		Total: 40h
<p>EMENTA (Unidade Didática): Liderança e Gestão de Pessoas a partir do pensamento complexo e da racionalidade substantiva para o desempenho das Organizações e desenvolvimento sustentável; motivação e Liderança como processo interligados; estilos básicos de lideranças. A dinâmica dos grupos e seu impacto sobre as pessoas e organizações. A mudança e o desenvolvimento dos grupos de trabalho em equipes de alto desempenho. A comunicação como um processo e uma competência básica para o gestor.</p> <p>BIBLIOTECA BÁSICA:</p> <p>BITENCOURT, Claudia (ET AL). Gestão contemporânea de pessoas: novas práticas, conceitos tradicionais. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.</p> <p>CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de pessoas. 3 ed. Rio de Janeiro: Elsevier Campus, 2008.</p> <p>VERGARA, Sylvia Constant. Gestão de pessoas. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2007.</p> <p>BIBLIOTECA COMPLEMENTAR:</p> <p>AGUIAR, Maria Aparecida Ferreira de. Psicologia aplicada à administração: uma abordagem interdisciplinar. São Paulo: Saraiva, 2005.</p> <p>PASCHOAL, Luiz. Gestão de pessoas nas micros, pequenas e médias empresas: para empresários e dirigentes. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2006.</p>		
<p>Validade: a partir do ano letivo de 2009</p> <p>Coordenador da Câmara de Informática e Cidadania: Almir Carlos Andrade</p> <p>Assinatura:</p>		

UNIDADE DIDÁTICA: Interações Culturais Humanísticas III		CÓDIGO: SL003
Natureza: Obrigatória	(X) Semestral () Anual	Obs.:
Pré-requisito: não há	Co-requisito: não há	
C. H. Semestral: 80h		Total: 80h
<p>EMENTA (Unidade Didática): Vivências de Relações Humanas Simétricas e Dialógicas; Estudo de Cultura e Sociedade; Experimentação da Construção Coletiva e Autogestão; Contextualização Crítica numa Perspectiva Libertária; Articulação dos Saberes e Desejos; Construção Coletiva do Processo Avaliação.</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>FREIRE, Paulo. Educação e mudança. Vol.1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. (coleção Educação e Mudança).</p> <p>Projeto Político Pedagógico do Setor Litoral. Mimeo. Universidade Federal do Paraná, 2005.</p> <p>CHAUÍ, M. Cidadania Cultural: O direito à cultura. D. Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2006.</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>Definida pela temática e tipologia da atividade de ICH frequentada pelo estudante</p>		
<p>Validade: a partir do ano letivo de 2009</p> <p>Coordenador da Câmara de Informática e Cidadania: Almir Carlos Andrade</p> <p>Assinatura:</p>		

UNIDADE DIDÁTICA: Projeto de aprendizagem III		CÓDIGO: SL011
Natureza: Obrigatória	(X) Semestral () Anual	Obs.:
Pré-requisito: não há	Co-requisito: não há	
C. H. Semestral: 80h	Total: 80h	
<p>EMENTA (Unidade Didática): Saberes necessários para o desenvolvimento de Projetos de Aprendizagem; conhecimentos e instrumentos na relação com o mediador/plano de Projeto. Construção e/ou fortalecimento do processo de autonomia. Processos de acompanhamento e avaliação. A importância social e a relevância do Projeto de Aprendizagem para o desenvolvimento do Litoral. O estudante como protagonista da sua história como um problema da história do Projeto. O Projeto de Aprendizagem e o diálogo com a comunidade (interna e externa). Participação na Mostra de Projetos com apresentação dos resultados parciais do Projeto de Aprendizagem.</p>		
<p>BIBLIOTECA BÁSICA</p> <p>Freire, Paulo. Pedagogia da autonomia: Saberes necessários a prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996</p> <p>Morin E. Os sete saberes necessários à educação do futuro. São Paulo: Cortez; 2006.</p>		
<p>BIBLIOTECA COMPLEMENTAR</p> <p>Zabala, Antoni. Enfoque globalizar e pensamento complexo: uma proposta para o currículo escolar. Porto Alegre: Artmed, 2002.</p>		
<p>Validade: a partir do ano letivo de 2009</p> <p>Coordenador da Câmara de Informática e Cidadania: Almir Carlos Andrade</p> <p>Assinatura:</p>		

13.6.4 Quarto Semestre

UNIDADE DIDÁTICA: Análise e Projeto de Sistemas		CÓDIGO: SLIC014
Natureza: Obrigatória	(x) Semestral () Anual	Obs:
Pré-requisito: não há	Co-requisito: não há	
C. H. Semestral: 80h teórico-práticas		Total: 80h
<p>EMENTA (Unidade Didática): Introdução à Engenharia de Software: Conceitos e definições. Sistemas Computacionais. Ciclo de Vida do Software. Qualidade de Software. Processos de Software: Modelos de processo: Cascata, Prototipação, Evolutivo, Incremental, Transformação, Espiral. Processo Unificado. Especificação, Design e implementação, Validação e Evolução. Métricas, Planejamento e Gerenciamento de Software: Elaboração do cronograma. Planejamento da equipe. Estimativas e Métricas. Análise de riscos. Requisitos de Software: Requisitos e Engenharia de Requisitos. Definindo Requisitos com Casos de Uso. Cenários. Modelos de Software. Design de Software: Design Conceitual, Prototipação. Arquitetura de Software conceitos, visão tradicional e visão emergente. Visões arquiteturais. Linguagens de Descrição Arquitetural. Padrões de Projeto. Frameworks. Verificação e Validação de Software: Formas de verificação e validação de programas. Técnicas de testes. Manutenção e Evolução de Software.</p> <p>BIBLIOTECA BÁSICA</p> <p>LARMAN, Craig. Utilizando UML e Padrões 3.ed.. Porto Alegre: Bookman, 2007. COCKBURN, Alistair. Escrevendo Casos de Uso Eficazes. Porto Alegre: Bookman, 2005. WEST, David; MCLAUGHLIN, Brett ; POLLICE, Gary. Use a Cabeça Analise & Projeto Orientado ao Objeto. Rio de Janeiro: Alta Books, 2007.</p> <p>BIBLIOTECA COMPLEMENTAR</p> <p>FWLER, Martin. Padrões de Arquitetura De Aplicações Corporativas. Porto Alegre: Bookman, 2006. PRESSMAN, Roger S. Engenharia de Software 7.ed.. Porto Alegre: Mcgraw Hill - Artmed, 2011.</p>		
Validade: a partir do ano letivo de 2009 Coordenador da Câmara de Informática e Cidadania: Almir Carlos Andrade Assinatura:		

UNIDADE DIDÁTICA: Sociedade e Tecnologia		CÓDIGO: SLIC015
Natureza: Obrigatória	(x) Semestral () Anual	Obs:
Pré-requisito: não há	Co-requisito: não há	
C. H. Semestral: 40h teórico-práticas		Total: 40h
<p>EMENTA (Unidade Didática): Tecnologia e História, formação da sociedade tecnológica. Aceleração tecnológica e econômica, entrelaçamento de racionalidades distintas. Tecnologia e política, opção tecnológicas como escolhas políticas. Dilemas da civilização tecnológica, linhas de fugas e sujeições com objetos, instrumentos e conjuntos tecnológicos.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>FOUCAULT, Michel. Nascimento da biopolítica. São Paulo: Martins Fontes, 2008. SANTOS, L. G. . Politizar as novas tecnologias - O impacto sócio-técnico da informação digital e genética. São Paulo: Editora 34, 2003. VIRILIO, Paul. Velocidade e política. São Paulo, Estação Liberdade, 1996.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>DELEUZE, Gilles. Post-scriptum sobre as sociedades de controle: In DELEUZE, Gilles. Conversações: 1972 – 1990. São Paulo : Editora 34, 1998. MARTINS, Hermínio; GARCIA, José Luís. (Org.). Dilemas da civilização tecnológica. 01 ed. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2003.</p>		
Validade: a partir do ano letivo de 2009 Coordenador da Câmara de Informática e Cidadania: Almir Carlos Andrade Assinatura:		

UNIDADE DIDÁTICA: Empreendedorismo		CÓDIGO: SLIC016
Natureza: Obrigatória	(x) Semestral () Anual	Obs:
Pré-requisito: não há	Co-requisito: não há	
C. H. Semestral: 40h teórico-práticas		Total: 40h
<p>EMENTA (Unidade Didática): Empreendedorismo, empreendimento e empresa; necessidade do mercado e oportunidade de negócios, criatividade e visão empreendedora; formação e desenvolvimento de empreendedores; o perfil do empreendedor de sucesso; planejamento, ferramentas de gestão e avaliação de empreendimentos; a oferta de trabalho e a iniciativa empreendedora; políticas e estratégias competitivas para os empreendimentos emergentes; órgãos e instituições de apoio à geração de empreendimentos inovadores; Plano geral para implementação de um novo negócio.</p> <p>BIBLIOTECA BÁSICA</p> <p>BERNARDI, Luiz Antonio. Manual de empreendedorismo e gestão: fundamentos, estratégias e dinâmica. São Paulo: Atlas, 2003.</p> <p>DORNELAS, José Carlos Assis. Empreendedorismo corporativo: como ser empreendedor, inovar e se diferenciar na sua empresa. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, c2009.</p> <p>FREITAS, Marcia de Souza Luz. Empreendedorismo. 1. ed. ITAJUBA, MG: Universidade Federal de Itajubá, 2009.</p> <p>BIBLIOTECA COMPLEMENTAR</p> <p>AIDAR, Marcelo Marinho. Empreendedorismo. São Paulo: Thomson Learning, 2007.</p> <p>BARON, Robert A. Empreendedorismo: uma visão do processo. São Paulo: Thomson Learning, 2007.</p>		
<p>Validade: a partir do ano letivo de 2009</p> <p>Coordenador da Câmara de Informática e Cidadania: Almir Carlos Andrade</p> <p>Assinatura:</p>		

UNIDADE DIDÁTICA: Gestão do Conhecimento em Sistemas de Saúde		CÓDIGO: SLIC017
Natureza: Obrigatória	(x) Semestral () Anual	Obs:
Pré-requisito: não há	Co-requisito: não há	
C. H. Semestral: 40h teórico-práticas		Total: 40h
<p>EMENTA (Unidade Didática): Levantamento de Demandas e Requisitos nas Áreas da Saúde, Aquisição e Representação do Conhecimento, Interface Homem Máquina e Sistemas na Área de Saúde, Sistemas de Apoio à Decisão e ao Diagnóstico em saúde, Sistemas de Apoio ao Processo de Ensino-aprendizagem em saúde, Análise de Sistemas Desenvolvidos para a Área da Saúde, Projeto de Sistemas para Gestão do Conhecimento em Sistemas de Saúde.</p> <p>BIBLIOTECA BÁSICA</p> <p>BRASIL, L.M. (Ed.) Informática em Saúde. Brasília: Editora Universa - UCB, 2008. GANE, C., SARSON, T. Análise Estruturada de Sistemas. Rio de Janeiro: LTC, 1999. LUGER, G.F. Inteligência Artificial. São Paulo: Bookman, 2004.</p> <p>BIBLIOTECA COMPLEMENTAR</p> <p>ROCHA, H.V., BARANAUSKAS, M.C. Design e Avaliação de Interfaces Humano-Computador. Campinas: NIED/UNICAMP, 2003. SHORTLIFFE, E.H., PERREAULT, L.E., WIEDERHOLD, G., FAGAN, L.M. Medical Informatics: Computer Applications in Health Care and Biomedicine, 2nd ed. New York: Springer-Verlag, 2001.</p>		
<p>Validade: a partir do ano letivo de 2009</p> <p>Coordenador da Câmara de Informática e Cidadania: Almir Carlos Andrade</p> <p>Assinatura:</p>		

UNIDADE DIDÁTICA: Interações Culturais Humanísticas IV		CÓDIGO: SL004
Natureza: Obrigatória	(X) Semestral () Anual	Obs.:
Pré-requisito: não há	Co-requisito: não há	
C. H. Semestral: 80h	Total: 80h	
EMENTA (Unidade Didática): Vivências de Relações Humanas Simétricas e Dialógicas; Estudo de Cultura e Sociedade; Experimentação da Construção Coletiva e Autogestão; Contextualização Crítica numa Perspectiva Libertária; Articulação dos Saberes e Desejos; Construção Coletiva do Processo Avaliação.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
FREIRE, Paulo. Educação e mudança . Vol.1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. (coleção Educação e Mudança).		
Projeto Político Pedagógico do Setor Litoral . Mimeo. Universidade Federal do Paraná, 2005.		
CHAUÍ, M. Cidadania Cultural : O direito à cultura. D. Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2006.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
Definida pela temática e tipologia da atividade de ICH frequentada pelo estudante		
Validade: a partir do ano letivo de 2009		
Coordenador da Câmara de Informática e Cidadania: Almir Carlos Andrade		
Assinatura:		

UNIDADE DIDÁTICA: Projeto de aprendizagem IV		CÓDIGO: SL012
Natureza: Obrigatória	(X) Semestral () Anual	Obs.:
Pré-requisito: não há	Co-requisito: não há	
C. H. Semestral: 80h	Total: 80h	
<p>EMENTA (Unidade Didática): Coleta de dados. Apuração dos dados e/ou análise descritiva. Movimento entre descrever e explicar. Redação de texto em forma de paper para efeito de reflexão escrita. Novas buscas. Redação de um plano de trabalho para prever atividades e cronograma de desenvolvimento em nível de propor e agir em torno da idéia do Projeto. Oferecer visibilidade ao estudo. Pode também ser transformado em outros Projetos: de iniciação científica; extensão; ensino de novas tecnologias e/ou conceitos e categorias.</p> <p>BIBLIOTECA BÁSICA</p> <p>Severino, Antonio Joaquim. Metodologia do trabalho científico 22 ed. São Paulo: Cortez, 2002. Gil, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6 ed. São Paulo: Altas, 2008</p> <p>BIBLIOTECA COMPLEMENTAR</p> <p>Armani, D. Como elaborar projetos? Guia prático para elaboração e gestão de projetos sociais. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2002.</p>		
<p>Validade: a partir do ano letivo de 2009 Coordenador da Câmara de Informática e Cidadania: Almir Carlos Andrade Assinatura:</p>		

13.6.5 Quinto Semestre

UNIDADE DIDÁTICA: Banco de Dados		CÓDIGO: SLIC019
Natureza: Obrigatória	(x) Semestral () Anual	Obs:
Pré-requisito: não há	Co-requisito: não há	
C. H. Semestral: 80h teórico-práticas		Total: 80h
<p>EMENTA (Unidade Didática): Conceitos de bases de dados. Modelos conceituais de informações. Modelos de dados: relacional, de redes e hierárquicos. Modelagem e Projeto de Banco de Dados. Sistemas de Gerenciamento de Bancos de Dados (SGBD): Arquitetura, Segurança, Integridade, Concorrência, Recuperação após Falha, Gerenciamento de Transações. Linguagens de Consulta. Banco de dados orientado a objetos. Banco de dados objeto-relacional. Banco de dados e a web. Modelos de dados semi-estruturados. Banco de dados e conceitos de XML, linguagens para definição de esquemas XML, linguagens de consulta para XML, sistemas gerenciadores de banco de dados para XML.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>HEUSER, Carlos Alberto. Projeto de Banco de Dados. Porto Alegre: Bookman, 2009.</p> <p>ABREU, Mauricio; MACHADO, Felipe Nery Rodrigues. <i>Projeto de Banco de Dados</i>. São Paulo: Erica, 2009.</p> <p>MANNINO, Michael V. Projeto, Desenvolvimento de Aplicações e Administração de Banco de Dados 3ed.. Porto Alegre: Mcgraw Hill - Artmed, 2008.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>SHELDON, Robert; DUARTE, Ana ; OPPEL, Andy. SQL - Um Guia para Iniciantes. Rio de Janeiro: Ciencia Moderna, 2009.</p> <p>TAKAHASHI, Mana. Guia Manga de Bancos de Dados. São Paulo: Novatec, 2009.</p> <p>Validade: a partir do ano letivo de 2009</p> <p>Coordenador da Câmara de Informática e Cidadania: Almir Carlos Andrade</p> <p>Assinatura:</p>		

UNIDADE DIDÁTICA: Direito e Legislação da Informática		CÓDIGO: SLIC021
Natureza: Obrigatória	(x) Semestral () Anual	Obs:
Pré-requisito: não há	Co-requisito: não há	
C. H. Semestral: 40h teórico-práticas		Total: 40h
<p>EMENTA (Unidade Didática): Aceleração tecnológica e Direito. Princípios, direitos constitucionais e tecnologias da informação. Responsabilidade civil e criminal na internet. Direitos autorais e formas alternativas de licenciamento.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>ASCENÇÃO, José de Oliveira. Direito da Internet e da Sociedade da Informação. Rio de Janeiro: Forense, 2002.</p> <p>LEMONS, Ronaldo. Direito, Tecnologia e Cultura. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.</p> <p>PAESANI, Liliana Minardi. Direito e Internet. São Paulo: Atlas, 2000.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>PEREIRA, Tania M. D.; VINAGRE, Marli. Ética e direitos humanos. In: Curso de Capacitação para Agentes Multiplicadores. Brasília/DF: CFESS, 2007.</p> <p>PINHO, Rodrigo Cesar Rebello. Teoria geral da Constituição e direitos fundamentais. 3. ed. rev. São Paulo: Saraiva, 2002.</p>		
<p>Validade: a partir do ano letivo de 2009</p> <p>Coordenador da Câmara de Informática e Cidadania: Almir Carlos Andrade</p> <p>Assinatura:</p>		

UNIDADE DIDÁTICA: Gestão de Inovação Tecnológica		CÓDIGO: SLIC022
Natureza: Obrigatória	(x) Semestral () Anual	Obs:
Pré-requisito: não há	Co-requisito: não há	
C. H. Semestral: 40h teórico-práticas		Total: 40h
<p>EMENTA (Unidade Didática): Bases conceituais de gestão, tecnologia e inovação. Gestão da inovação tecnológica, projetos, pesquisa e desenvolvimento. Formas de acesso à tecnologia e estratégias de gestão e inovação em informática e cidadania. Fontes de financiamento; proteção da inovação e da propriedade intelectual; inovação, cooperação e competitividade.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BASICA MORAES, Paulo Eduardo. Introdução à gestão empresarial. Curitiba: IBPEX, 2004. REIS, Dálcio Roberto. Gestão de Inovação Tecnológica, 2 ed. Barueri, SP: Manole. 2008. SANTOS, Clezio Saldanha dos. Introdução à gestão pública. São Paulo: Saraiva, 2006.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR MOREIRA, Daniel A.; Queiroz, Ana C. S. (ET AL..) Inovação organizacional e tecnológica. São Paulo: Thomson Learning, 2007. TERRA, José C. C (Coordenador). Inovação: quebrando paradigmas para vencer. São Paulo: Saraiva, 2007.</p>		
Validade: a partir do ano letivo de 2009 Coordenador da Câmara de Informática e Cidadania: Almir Carlos Andrade Assinatura:		

UNIDADE DIDÁTICA: Sistemas de Informações para Gestores		CÓDIGO: SLIC023
Natureza: Obrigatória	(x) Semestral () Anual	Obs:
Pré-requisito: não há	Co-requisito: não há	
C. H. Semestral: 40h teórico-práticas		Total: 40h
<p>EMENTA (Unidade Didática): Sistemas Integrados. Sistemas de Informações Gerenciais. Sistemas de Apoio a Decisão. Planejamento Estratégico de Sistemas de Informação. Análise de Negócio e Diagnóstico Situacional. Elaboração de Soluções e Desenvolvimento de Planos. Planejamento Estratégico de Sistemas de Informação no Ciclo de Desenvolvimento e Implantação de Sistemas. Elementos de E-business (B2B, B2C, C2C, ...). Sistemas de Planejamento de Produção. Elementos de ERP. Plano Diretor de Informática (PDI).</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>CHIAVENATO, Idalberto. Teoria Geral da Administração – Volume 2. São Paulo: Makron Books, 1993.</p> <p>LAUDON, Kenneth C. Laudon e Jane Price Laudon. Sistemas de Informação. Rio de Janeiro: LTC, 1999.</p> <p>O'BRIEN, James A. Sistemas de informação e as decisões gerenciais na era da Internet. São Paulo: Saraiva, 2002.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>BIO, Sérgio Rodrigues. Sistemas de Informação: Um enfoque gerencial. São Paulo: Atlas, 1996.</p> <p>YOURDON, Edward. Administrando o Ciclo de Vida do Sistema. Rio de Janeiro: Campus, 1991</p>		
<p>Validade: a partir do ano letivo de 2009</p> <p>Coordenador da Câmara de Informática e Cidadania: Almir Carlos Andrade</p> <p>Assinatura:</p>		

UNIDADE DIDÁTICA: Interações Culturais Humanísticas V		CÓDIGO: SL005
Natureza: Obrigatória	(X) Semestral () Anual	Obs.:
Pré-requisito: não há	Co-requisito: não há	
C. H. Semestral: 80h	Total: 80h	
EMENTA (Unidade Didática): Vivências de Relações Humanas Simétricas e Dialógicas; Estudo de Cultura e Sociedade; Experimentação da Construção Coletiva e Autogestão; Contextualização Crítica numa Perspectiva Libertária; Articulação dos Saberes e Desejos; Construção Coletiva do Processo Avaliação.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
FREIRE, Paulo. Educação e mudança . Vol.1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. (coleção Educação e Mudança).		
Projeto Político Pedagógico do Setor Litoral . Mimeo. Universidade Federal do Paraná, 2005.		
CHAUÍ, M. Cidadania Cultural : O direito à cultura. D. Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2006.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
Definida pela temática e tipologia da atividade de ICH frequentada pelo estudante		
Validade: a partir do ano letivo de 2009		
Coordenador da Câmara de Informática e Cidadania: Almir Carlos Andrade		
Assinatura:		

UNIDADE DIDÁTICA: Projeto de aprendizagem V		CÓDIGO: SL013
Natureza: Obrigatória	(X) Semestral () Anual	Obs.:
Pré-requisito: não há	Co-requisito: não há	
C. H. Semestral: 80h	Total: 80h	
EMENTA (Unidade Didática) Aprofundamento da análise interpretativa e crítica com relação ao aprendizado com o Projeto. Novas formulações podendo delimitar o tema ou criar novas interdisciplinaridades. Indicar a forma em que serão expostas as conclusões e próximas etapas. Pode fazer transmigração tipológica no Projeto podendo indicar formas mais complexas de Trabalho de final de curso: monografia; execução de ações sociais; discussão da bibliografia estudada. Apresentação na Mostra de Projetos do Setor Litoral.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
Forquin, Jean-Claude. Escola e cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar . Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1993.		
Weil, Pierri. D'Ambrosio, Ubiratan; Roberto. Rumo a nova transdisciplinaridade: sistemas aberto de conhecimento . 3 Ed. São Paulo: Summos, 1993.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
Armani, D. Como elaborar projetos? Guia prático para elaboração e gestão de projetos sociais . Porto Alegre: Tomo Editorial, 2002.		
Barbosa, Severino Antonio. M. Educação e transdisciplinaridade: crise e reencadamento da aprendizagem . Rio de janeiro: Lucerna, 2002.		
Mauss, Marcel. Sociologia e antropologia . São Paulo: Cosac naify, 2003		
Strauss, Anselm. Pesquisa qualitativa. Porto Alegre: Artmed 2008.		
Validade: a partir do ano letivo de 2009		
Coordenador da Câmara de Informática e Cidadania: Almir Carlos Andrade		
Assinatura:		

13.6.6 Sexto Semestre

UNIDADE DIDÁTICA: Redes de Computadores		CÓDIGO: SLIC024
Natureza: Obrigatória	(x) Semestral () Anual	Obs:
Pré-requisito: não há	Co-requisito: não há	
C. H. Semestral: 80h teórico-práticas		Total: 80h
<p>EMENTA (Unidade Didática): Princípios e Conceitos da Comunicação de Dados. Conceitos de Redes de Computadores. Tecnologias e Topologias de Redes. Modelo de Referência OSI. Meios de Transmissão. Protocolos de Acesso ao Meio. Arquitetura Internet (Modelo TCP/IP) e seus protocolos. Redes de computadores e a Internet; Camada de aplicação; Camada de transporte; A camada de rede; Camada de enlace e redes locais; Redes sem fio e redes móveis; Redes multimídia; Segurança em redes de computadores e Gerenciamento de rede.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>FOROUZAN, Behrouz A. Comunicação de dados e Redes de Computadores. Porto Alegre: Mcgraw Hill - Artmed, 2008.</p> <p>ROSS, Keith W.; KUROSE, James F. Redes De Computadores e a Internet. São Paulo: Addison Wesley, 2010.</p> <p>ANDERSON, A. L.; BENEDETTI, Ryan. Use a Cabeça! - Rede de Computadores. Rio de Janeiro: Alta Books, 2009.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>COMER, Douglas E. Interligação De Redes Com Tcp-Ip, V.1 5.ed. Rio de Janeiro: Campus, 2006.</p> <p>TORRES, Gabriel. Redes De Computadores. São Paulo: Novaterra, 2009</p>		
Validade: a partir do ano letivo de 2009		
Coordenador da Câmara de Informática e Cidadania: Almir Carlos Andrade		
Assinatura:		

UNIDADE DIDÁTICA: Políticas Públicas		CÓDIGO: SLIC025
Natureza: Obrigatória	(x) Semestral () Anual	Obs.:
Pré-requisito: não há	Co-requisito: não há	
C. H. Semestral: 40h teórico-práticas		Total: 40h
<p>EMENTA (Unidade Didática): Estado moderno – teorias e configurações contemporâneas. Globalização, crise e política. Introdução aos problemas econômicos. Sistemas de proteção social: direitos e cidadania no Brasil. Organização e funcionamento das políticas sociais. O espaço da informática nas políticas públicas.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. Política Social: fundamentos e história. São Paulo: M.Books do Brasil, 2004</p> <p>CARNOY, Martin. Estado e teoria política. 12. ed. Campinas: Papirus, 2006.</p> <p>FALEIROS, Vicente de Paula. O que é política social. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1991</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>GALBRAITH, John Kenneth. A economia ao alcance de quase todos. São Paulo: Pioneira, 1980.</p> <p>PEREIRA, Potyara A. P. Necessidades Humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2002</p>		
<p>Validade: a partir do ano letivo de 2009</p> <p>Coordenador da Câmara de Informática e Cidadania: Almir Carlos Andrade</p> <p>Assinatura:</p>		

UNIDADE DIDÁTICA: Legislação Aplicada à Gestão Pública		CÓDIGO: SLIC026
Natureza: Obrigatória	(x) Semestral () Anual	Obs:
Pré-requisito: não há	Co-requisito: não há	
C. H. Semestral: 40h teórico-práticas		Total: 40h
<p>EMENTA (Unidade Didática): Competência e Deveres na Gestão da Administração Pública. Diferentes Esferas de Governo; Legislação Aplicável; Sistema de Controle: Os Tribunais de Contas e as Controladorias; Constituição Federal de 1988; Lei Federal nº 4.320 de 1964; Decreto Lei 200 de 1967; Lei Complementar nº 101 de 2000; Lei federal nº 10.028 de 2000; Lei federal nº 8.666 de 1993 e suas alterações. Estado – conceito e evolução do Estado Moderno. Poder e dominação. Governo e Sistema de Governo. O aparelho do Estado nas democracias liberais. A emergência da questão social como campo de intervenção do Estado. Estado do bem estar social: evolução e crise. Relação entre esferas de governo e regime federativo. Políticas Públicas e Gestão Democrática. Políticas Públicas para inclusão social.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>BRASIL. Constituição Da República Federativa Do Brasil de 1988.</p> <p>MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo, 14ª Ed. São Paulo, Malheiros, 2006.</p> <p>MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional Administrativo. São Paulo : Atlas, 2002</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>DI PIETRO, Sylvia Z. Direito Administrativo. 14ª Ed. São Paulo: Atlas, 2002.</p> <p>RAMOS, Naimar M. Planejamento e Política Financeira de Governo - Ministério da Fazenda (ESOF) Brasília, DF., 1.982.</p>		
<p>Validade: a partir do ano letivo de 2009</p> <p>Coordenador da Câmara de Informática e Cidadania: Almir Carlos Andrade</p> <p>Assinatura:</p>		

UNIDADE DIDÁTICA: Ética e Deontologia da Tecnologia da Informação		CÓDIGO: SLIC027
Natureza: Obrigatória	(x) Semestral () Anual	Obs:
Pré-requisito: não há	Co-requisito: não há	
C. H. Semestral: 40h teórico-práticas		Total: 40h
<p>EMENTA (Unidade Didática): Aspectos sociais, econômicos, legais, éticos e profissionais da Informática e da Cidadania. Aspectos estratégicos do controle da tecnologia. O impacto das tecnologias de comunicação e de automação na sociedade</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>BRASIL. Constituição Da República Federativa Do Brasil de 1988. CAMARGO, M.; Fundamentos de ética geral e profissional; Ed. Vozes; Petrópolis, 1999; MASIERO, Paulo C.; Ética em Computação; Editora da Universidade de São Paulo, 2000</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>BRETON, Philipe. História da Informática. UNESP, São Paulo, 1989; Código de ética profissional do CONFEA (Res. 205, 30/09/71: http://www.confea.org.br/codigo_etica/205.asp); Legislação (disponível em: http://www.senado.gov.br/legisla.htm): a) Leis 4857, /09/09/39 (Registro de propriedade intelectual); b) 5988, 14/12/73 (Direitos autorais); c) 6533, 24/05/78 (Regulamentação); d) 7646, 18/12/87 (Propriedade sobre o software: copyright); e) 9279, 14/05/96 (Propriedade Industrial - Patentes); f) 9609, 16/02/98 ("Lei do software"- Dispõe sobre a propriedade intelectual do programa de computador, sua comercialização e dá outras providências) ; g) 9610, 19/02/98 (Altera, atualiza e consolida legislação sobre direitos autorais e dá outras providências); h) Lei 9296/96, sobre a violação dos dados; i) Decreto 2556/98 (e Resolução INPI 58/98: Registro de software); j) Nota técnica 060/2001 Min. Trabalho e Emprego (www.mte.gov.br): Ergonom. para postos de trabalho. Regulamentações: Lei 7232/22.10.84 - Política Nacional de Informática (Alterada por 8028/90, 8248/92, 8402/92, 2123/01, 9959/00, 10176/01, 10664/03); PITCE – Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (2004-2007)</p>		
<p>Validade: a partir do ano letivo de 2009</p> <p>Coordenador da Câmara de Informática e Cidadania: Almir Carlos Andrade</p> <p>Assinatura:</p>		

UNIDADE DIDÁTICA: Interações Culturais Humanísticas VI		CÓDIGO: SL006
Natureza: Obrigatória	(X) Semestral () Anual	Obs.:
Pré-requisito: não há	Co-requisito: não há	
C. H. Semestral: 80h	Total: 80h	
EMENTA (Unidade Didática): Vivências de Relações Humanas Simétricas e Dialógicas; Estudo de Cultura e Sociedade; Experimentação da Construção Coletiva e Autogestão; Contextualização Crítica numa Perspectiva Libertária; Articulação dos Saberes e Desejos; Construção Coletiva do Processo Avaliação.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
FREIRE, Paulo. Educação e mudança . Vol.1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. (coleção Educação e Mudança). Projeto Político Pedagógico do Setor Litoral . Mimeo. Universidade Federal do Paraná, 2005. CHAUI, M. Cidadania Cultural: O direito à cultura . D. Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2006.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
Definida pela temática e tipologia da atividade de ICH frequentada pelo estudante		
Validade: a partir do ano letivo de 2009 Coordenador da Câmara de Informática e Cidadania: Almir Carlos Andrade Assinatura:		

UNIDADE DIDÁTICA: Projeto de aprendizagem VI		CÓDIGO: SL014
Natureza: Obrigatória	(X) Semestral () Anual	Obs.:
Pré-requisito: não há	Co-requisito: não há	
C. H. Semestral: 80h	Total: 80h	
<p>EMENTA (Unidade Didática) O Projeto de Aprendizagem na formação profissional e do sujeito no mundo do trabalho. O Projeto como unidade na reflexão e ação. O Projeto e o diálogo com a comunidade (interna e externa). A articulação com a Educação Básica Pública. Apresentação pública de Projetos concluídos</p> <p>BIBLIOTECA BÁSICA</p> <p>Dussel, Enrique D. Filosofia da libertação. São Paulo: Loyola: Ed. Unimep, 1977. Souza, Santos, Boaventura, Conhecimento prudente para um vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2006</p> <p>BIBLIOTECA COMPLEMENTAR</p> <p>Boaventura, Souza, Santos. A universidade no século XXI: Para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. São Paulo: Cortez, 2004.</p>		
Validade: a partir do ano letivo de 2009		
Coordenador da Câmara de Informática e Cidadania: Almir Carlos Andrade		
Assinatura:		

13.6.7 Sétimo Semestre

UNIDADE DIDÁTICA: Desenvolvimento de Aplicações Web		CÓDIGO: SLIC029
Natureza: Obrigatória	(x) Semestral () Anual	Obs:
Pré-requisito: não há	Co-requisito: não há	
C. H. Semestral: 80h teórico-práticas		Total: 80h
<p>EMENTA (Unidade Didática): Programação de sistemas para Web com técnicas de programação para o desenvolvimento de sites. Desenvolver sites com uma linguagem de programação Web. Abranger desde noções básicas de programação até a criação e manutenção de bancos de dados, com inclusões, exclusões, alterações e consultas a tabelas de uma base de dados. Apresentar os recursos disponíveis em frameworks para a criação de aplicações Web. Abordando a instalação básica, configuração com o banco de dados, a arquitetura MVC. Apresentando técnicas de programação, bibliotecas de fonte aberta que facilitam a adoção de sistemas Web.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>NIEDERAUER, Juliano. Desenvolvendo Websites Com Php. São Paulo: Novatec, 2011.</p> <p>GILMORE, W. Jason. Dominando PHP e Mysql do Iniciante ao Profissional. Rio de Janeiro: Alta Books, 2008.</p> <p>FERNANDEZ, Obie. Programando Rails - A Bíblia. Rio de Janeiro: Alta Books, 2008.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>DUCKETT, Jon; FERNANDES, Acauan. Introdução a Programação Web Com Html, Xhtml e Css. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2010.</p> <p>WATRALL, Ethan; SIARTO, Jeff. Use a Cabeça Web Design. Rio de Janeiro: Alta Books, 2009.</p> <p>Validade: a partir do ano letivo de 2009</p> <p>Coordenador da Câmara de Informática e Cidadania: Almir Carlos Andrade</p> <p>Assinatura:</p>		

UNIDADE DIDÁTICA: Gestão de Projetos em Tecnologia da Informação		CÓDIGO: SLIC030
Natureza: Obrigatória	(x) Semestral () Anual	Obs:
Pré-requisito: não há	Co-requisito: não há	
C. H. Semestral: 40h teórico-práticas		Total: 40h
<p>EMENTA (Unidade Didática): Conceitos de projeto e de gerência de projeto – tipos, objetivos, ambiente, estruturação. Gestão do escopo, dos recursos humanos, de custos, do tempo, de risco, da qualidade, de comunicação. Avaliação de progressos. Documentação técnica de acompanhamento e registro. Prática em sistemas de apoio à programação do projeto.</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>DAFT, R. L. Organizações : Teoria e Projetos. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002. DINSMORE, P. C.; SILVEIRA NETO, F. H. Gerenciamento de Projetos: Como Gerenciar seu Projeto com Qualidade, Dentro do Prazo e Custos Previstos. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2004. VALLE, A.; SOARES, C.; FINOCCHIO JR., J.; SILVA, L. Fundamentos do gerenciamento de projetos. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>KERZNER, H. Gestão de Projetos: As melhores práticas. Porto Alegre: Ed. Bookman, 2002. VARGAS, R. Manual Prático do Plano de Projetos. São Paulo: Ed. Brasport, 2003.</p>		
<p>Validade: a partir do ano letivo de 2009 Coordenador da Câmara de Informática e Cidadania: Almir Carlos Andrade Assinatura:</p>		

UNIDADE DIDÁTICA: Software Livre		CÓDIGO: SLIC032
Natureza: Obrigatória	(x) Semestral () Anual	Obs:
Pré-requisito: não há	Co-requisito: não há	
C. H. Semestral: 80h teórico-práticas		Total: 80h
<p>EMENTA (Unidade Didática): Discutir software livre e seu modelo de negócios e quais são as suas perspectivas futuras. Dotar de informações para as decisões de adoção ou não do software livre pelas empresas ou órgãos de governo. Dar conhecimento de técnicas, ferramentas e metodologias que permitam utilizar, desenvolver e gerenciar softwares baseados em ambientes livres de forma aplicada e prática no desenvolvimento de aplicações sobre plataformas de software livre.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>TAURION, Cezar. Software Livre. Rio de Janeiro: Brasport, 2004. RUAS, Jorge. Software Livre para Concursos. Rio de Janeiro: Campus, 2009. GUESSER, Adalto Herculano. Software Livre & Controvérsias Tecnocientíficas. Curitiba: Jurua Editora, 2006.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>COSTA, Simone Andre da. Desenvolvimento Em Software Livre. Unisinos, 2004. AMADEU, Sergio; CASSINO, João. Software Livre e Inclusão Digital. Conrad do Brasil, 2003</p>		
Validade: a partir do ano letivo de 2009 Coordenador da Câmara de Informática e Cidadania: Almir Carlos Andrade Assinatura:		

UNIDADE DIDÁTICA: Interações Culturais Humanísticas VII		CÓDIGO: SL007
Natureza: Obrigatória	(X) Semestral () Anual	Obs.:
Pré-requisito: não há	Co-requisito: não há	
C. H. Semestral: 80h	Total: 80h	
<p>EMENTA (Unidade Didática): Vivências de Relações Humanas Simétricas e Dialógicas; Estudo de Cultura e Sociedade; Experimentação da Construção Coletiva e Autogestão; Contextualização Crítica numa Perspectiva Libertária; Articulação dos Saberes e Desejos; Construção Coletiva do Processo Avaliação.</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>FREIRE, Paulo. Educação e mudança. Vol.1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. (coleção Educação e Mudança).</p> <p>Projeto Político Pedagógico do Setor Litoral. Mimeo. Universidade Federal do Paraná, 2005.</p> <p>CHAUI, M. Cidadania Cultural: O direito à cultura. D. Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2006.</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>Definida pela temática e tipologia da atividade de ICH frequentada pelo estudante</p>		
<p>Validade: a partir do ano letivo de 2009</p> <p>Coordenador da Câmara de Informática e Cidadania: Almir Carlos Andrade</p> <p>Assinatura:</p>		

UNIDADE DIDÁTICA: Projeto de aprendizagem VII		CÓDIGO: SL015
Natureza: Obrigatória	(X) Semestral () Anual	Obs.:
Pré-requisito: não há	Co-requisito: não há	
C. H. Semestral: 80h		Total: 80h
<p>EMENTA (Unidade Didática) O Projeto de Aprendizagem e sua articulação com a educação básica pública e com os seus diferentes níveis de articulação social. Nível de divulgação e ação do aprendizado buscando ampliar parcerias e colaboradores. Apresentação na Mostra de Projetos.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>Severino, Antonio Joaquim. Metodologia do trabalho científico 22 ed. São Paulo: Cortez, 2002. Universidade federal do Paraná. Projetos. Curitiba. Editora da UFPR 2007.</p> <p>BIBLIOTECA COMPLEMENTAR:</p>		
<p>Validade: a partir do ano letivo de 2009</p> <p>Coordenador da Câmara de Informática e Cidadania: Almir Carlos Andrade</p> <p>Assinatura:</p>		

13.6.8 Oitavo Semestre

UNIDADE DIDÁTICA: Estágio Obrigatório		CÓDIGO: SLIC033
Natureza: Obrigatória	(x) Semestral () Anual	Obs:
Pré-requisito: não há	Co-requisito: não há	
C. H. Semestral: 160h teórico-práticas		Total: 160h
<p>EMENTA (Unidade Didática): Conhecimento da regulamentação e da documentação oficial do estágio. Orientações para a elaboração do Plano de Estágio, diário de campo e relatório de estágio. Instrumentos e técnicas para o reconhecimento institucional e para a elaboração do Projeto de estágio. Acompanhamento da execução do estágio.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>BURIOLLA, Marta Alice Feiten. O estágio supervisionado. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2006. Código de Ética Profissional.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>Indicada pelo professor orientador do estágio segundo demandas do campo de estágio.</p>		
<p>Validade: a partir do ano letivo de 2009</p> <p>Coordenador da Câmara de Informática e Cidadania: Almir Carlos Andrade</p> <p>Assinatura:</p>		

UNIDADE DIDÁTICA: Interações Culturais Humanísticas VIII		CÓDIGO: SL008
Natureza: Obrigatória	(X) Semestral () Anual	Obs.:
Pré-requisito: não há	Co-requisito: não há	
C. H. Semestral: 80h	Total: 80h	
EMENTA (Unidade Didática): Vivências de Relações Humanas Simétricas e Dialógicas; Estudo de Cultura e Sociedade; Experimentação da Construção Coletiva e Autogestão; Contextualização Crítica numa Perspectiva Libertária; Articulação dos Saberes e Desejos; Construção Coletiva do Processo Avaliação.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
FREIRE, Paulo. Educação e mudança . Vol.1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. (coleção Educação e Mudança). Projeto Político Pedagógico do Setor Litoral . Mimeo. Universidade Federal do Paraná, 2005. CHAUÍ, M. Cidadania Cultural : O direito à cultura. D. Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2006.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
Definida pela temática e tipologia da atividade de ICH frequentada pelo estudante		
Validade: a partir do ano letivo de 2009 Coordenador da Câmara de Informática e Cidadania: Almir Carlos Andrade Assinatura:		

UNIDADE DIDÁTICA: Projeto de aprendizagem VIII		CÓDIGO: SL016
Natureza: Obrigatória	(X) Semestral () Anual	Obs.:
Pré-requisito: não há	Co-requisito: não há	
C. H. Semestral: 80h	Total: 80h	
EMENTA (Unidade Didática) Edição final em nível de trabalho de final de curso. Apresentação pública de Projetos concluídos.		
BIBLIOGRAFIA A bibliografia está condicionada a escolha que o estudante realizará sobre uma gama de oficinas diversificadas para a realização do trabalho de conclusão do curso.		
Validade: a partir do ano letivo de 2009 Coordenador da Câmara de Informática e Cidadania: Almir Carlos Andrade Assinatura:		

13.6.9 Módulos Optativos

UNIDADE DIDÁTICA: Comunicação em Libras		CÓDIGO: SL017
Natureza: Optativa	(x) Semestral () Anual	Obs:
Pré-requisito: não há	Co-requisito: não há	
C. H. Semestral: 40h teórico-práticas		Total: 40h
<p>EMENTA (Unidade Didática): Aspectos lingüísticos da língua brasileira de sinais — Libras. A gramaticalidade dos processos faciais e corporais em Libras. Contrastes entre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e a Língua Portuguesa. Fundamentos da educação bilíngüe para surdos.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>BRASIL. Decreto Federal 5626/2005. Regulamenta a Lei de Libras e dá outras providências.</p> <p>FELIPE, Tanya & Monteiro, Myrna S. LIBRAS em contexto. Curso Básico. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto/Secretaria de Educação Especial, 2001.</p> <p>FERNANDES, S. Bons sinais. In: REVISTA Discutindo Língua Portuguesa. São Paulo: Escala Editorial, 2006. Ano 1, V. 4.</p> <p>FERNANDES, Sueli F; STROBEL, K. L. Aspectos lingüísticos da Língua Brasileira de Sinais — LIBRAS. Curitiba - PR: SEED/SUED/DEE, 1998.</p> <p>LIRA, Guilherme de Azambuja; FELIPE e Tanya Amara. Dicionário da Língua Brasileira de Sinais — Libras. Brasília: CORDE, 2001 Disponível em Acessibilidade Brasil http://www.acessobrasil.org.br/libras</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>FERNANDES, Sueli. Educação bilíngüe para surdos: identidades, diferenças, contradições e mistérios. Tese de doutoramento. Curitiba-PR: Universidade Federal do Paraná, 2003.</p> <p>FERNANDES, Sueli. Surdez e linguagens: é possível o diálogo entre as diferenças? Dissertação de mestrado em Lingüística de Língua Portuguesa. Universidade Federal do Paraná, 1998.</p> <p>SKLIAR, C. (Org.) Atualidades na educação bilíngüe para surdos. Porto Alegre: Mediação, 1999.V.1 e2.</p> <p>WEIL, P.; TOMPAKOW, R. O corpo fala: a linguagem silenciosa da comunicação não-verbal (59 ed.). Petrópolis: Vozes, 2005.</p>		
<p>Validade: a partir do ano letivo de 2009</p> <p>Coordenador da Câmara de Informática e Cidadania: Almir Carlos Andrade</p> <p>Assinatura:</p>		

UNIDADE DIDÁTICA: Gestão Estratégica		CÓDIGO: SLIC018
Natureza: Optativa	(x) Semestral () Anual	Obs:
Pré-requisito: não há	Co-requisito: não há	
C. H. Semestral: 40h teórico-práticas		Total: 40h
<p>EMENTA (Unidade Didática): Teorias da planificação e a crítica ao racionalismo aplicado ao planejamento estratégico. Planejamento normativo X planejamento situacional. Conceitos fundamentais planejamento estratégico: situação, ator, problema, projeto político, capacidade de governo e governabilidade. Os momentos do planejamento: A explicação situacional, O momento normativo, A análise estratégica, O momento tático-operacional.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>MATUS, Carlos. Teoria do jogo social, 2005. São Paulo: FUNDAP.</p> <p>MINTZBERG, Henry. O processo da estratégia: conceitos, contextos e casos selecionados, 2006. Porto Alegre: Bookman.</p> <p>MINTZBERG, Henry. Safári de estratégia um roteiro pela selva do planejamento estratégico, 2006. Porto Alegre: Bookman.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>HUERTAS, F. O método PES - entrevista com Matus, 2007. São Paulo: FUNDAP</p> <p>Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Estado, instituições e democracia: desenvolvimento. Brasília : Ipea, 2010.</p>		
<p>Validade: a partir do ano letivo de 2009</p> <p>Coordenador da Câmara de Informática e Cidadania: Almir Carlos Andrade</p> <p>Assinatura:</p>		

UNIDADE DIDÁTICA: Gestão Econômica e Financeira		CÓDIGO: SLIC020
Natureza: Optativa	(x) Semestral () Anual	Obs:
Pré-requisito: não há	Co-requisito: não há	
C. H. Semestral: 40h teórico-práticas		Total: 40h
<p>EMENTA (Unidade Didática): Finanças e empresas, análise financeira, indicadores financeiros, capital de giro, ativo circulante e passivo circulante.</p> <p>BIBLIOTECA BÁSICA</p> <p>BRIGHAM, Eugene. Administração financeira: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2001. GITMAN, Lawrence Jeffrey. Princípios de administração financeira. 12ed. São Paulo: Pearson, 2010. GITMAN, Lawrence Jeffrey; MADURA, Jeff. Administração financeira: uma abordagem gerencial. 10ed. São Paulo: Pearson, 2010.</p> <p>BIBLIOTECA COMPLEMENTAR</p> <p>ASSAF Neto, Alexandre. Administração do capital de giro. São Paulo: Atlas, 1995. MORANTE, Antônio Salvador. Administração financeira. São Paulo: Atlas, 2007.</p>		
Validade: a partir do ano letivo de 2009 Coordenador da Câmara de Informática e Cidadania: Almir Carlos Andrade Assinatura:		

UNIDADE DIDÁTICA: Tópicos Especiais em TI I		CÓDIGO: SLIC028
Natureza: Optativa	(x) Semestral () Anual	Obs:
Pré-requisito: não há	Co-requisito: não há	
C. H. Semestral: 40h teórico-práticas		Total: 40h
<p>EMENTA (Unidade Didática): Cooperação e democratização tecnológica-científica e para a melhoria da qualidade de vida coletiva, um profissional crítico com formação plural, interdisciplinar e em sintonia com os desafios inerentes as sociedades democráticas. Realizar esses princípios atuando como gestor e ou profissional com conhecimentos e recursos em ambientes de Tecnologia da Informação (TI) voltados para o desenvolvimento sustentável.</p> <p>BIBLIOGRAFIA</p> <p>A bibliografia está condicionada a escolha que o estudante realizará sobre uma gama de oficinas diversificadas a cada semestre.</p>		
<p>Validade: a partir do ano letivo de 2009</p> <p>Coordenador da Câmara de Informática e Cidadania: Almir Carlos Andrade</p> <p>Assinatura:</p>		

UNIDADE DIDÁTICA: Tópicos Especiais em TI II		CÓDIGO: SLIC031
Natureza: Optativa	(x) Semestral () Anual	Obs:
Pré-requisito: não há	Co-requisito: não há	
C. H. Semestral: 40h teórico-práticas		Total: 40h
<p>EMENTA (Unidade Didática): Considerar a realidade e cultura locais e, por meio de propostas e ações, promover o desenvolvimento sustentável regional. Contribuir para o desenvolvimento e gestão de sistemas informatizados considerando os aspectos educativos de inclusão digital e a contribuição da informática para a qualidade de vida.</p> <p>BIBLIOGRAFIA</p> <p>A bibliografia está condicionada a escolha que o estudante realizará sobre uma gama de oficinas diversificadas a cada semestre.</p>		
<p>Validade: a partir do ano letivo de 2009</p> <p>Coordenador da Câmara de Informática e Cidadania: Almir Carlos Andrade</p> <p>Assinatura:</p>		

UNIDADE DIDÁTICA: Organização do Terceiro Setor		CÓDIGO: SLIC034
Natureza: Optativa	(x) Semestral () Anual	Obs:
Pré-requisito: não há	Co-requisito: não há	
C. H. Semestral: 40h teórico-práticas		Total: 40h
<p>EMENTA (Unidade Didática): Organizações empresariais. Responsabilidade social das empresas. Gestão de programas e projetos. O balanço social. Antropologia Organizacional.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>ALESSIO, Rosemeri. Responsabilidade social das empresas no Brasil: reprodução de postura ou novos rumos?. Porto Alegre: Ed PUCRS, 2008.</p> <p>CHAROUX, Adriana Guazzelli. A ação social das empresas: quem ganha com isso? São Paulo: Peirópolis, 2007.</p> <p>MAIA, Paulo Leandro. Introdução à ética e responsabilidade social: administração e ciências contábeis. São Paulo: Livraria e Editora Universitária de Direito, 2007.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>BEGHIN, Nathalie. Filantropia empresarial: nem caridade, nem direito. São Paulo: Cortez, 2005.</p> <p>FONTES, Miguel. Marketing social: novos paradigmas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.</p>		
<p>Validade: a partir do ano letivo de 2009</p> <p>Coordenador da Câmara de Informática e Cidadania: Almir Carlos Andrade</p> <p>Assinatura:</p>		

UNIDADE DIDÁTICA: Informática e Cidadania na Educação a Distância		CÓDIGO: SLIC035
Natureza: Optativa	(x) Semestral () Anual	Obs:
Pré-requisito: não há	Co-requisito: não há	
C. H. Semestral: 40h teórico-práticas		Total: 40h
<p>EMENTA (Unidade Didática): Definição, características e evolução da Educação a Distância – EaD, A Informática e as Múltiplas Linguagens para a EaD, Novas Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação para EaD, Legislação para uso de Recursos Tecnológicos Digitais na EaD, Gestão de Múltiplos Recursos e Processos para EAD, Aplicações de Tecnologias Multimídia para EaD, Softwares Livres para Comunicação Mediada por Computador - CMC na EaD, Características de Ambientes Virtuais para EaD: ferramentas síncronas e assíncronas, Bibliotecas Virtuais para EaD, Softwares Livres para Produção de Recursos Impressos e Audiovisuais na EaD, Componentes Dinâmicos da Multimídia: Hipertexto, Som, Vídeos e Animações em 2D e 3D</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>CASTELLS, Manuel. A Galáxia da Internet: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.</p> <p>COSCARRELI, Carla Viana (org.). Novas tecnologias, novos textos, novas formas de pensar. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.</p> <p>SILVEIRA, Sergio Amadeu. Software Livre: a luta pela liberdade do conhecimento. São Paulo: Editora: Fundação Perseu Abramo Páginas: 2004.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>STRAUBHAAR, Joseph D. Comunicação, Mídia e Tecnologia. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.</p> <p>TAURION. Cezar. Software Embarcado - A nova onda da Informática. Rio de Janeiro: Brasport, 2005.</p>		
<p>Validade: a partir do ano letivo de 2009</p> <p>Coordenador da Câmara de Informática e Cidadania: Almir Carlos Andrade</p> <p>Assinatura:</p>		

UNIDADE DIDÁTICA: Inclusão Digital		CÓDIGO: SLIC036
Natureza: Optativa	(x) Semestral () Anual	Obs:
Pré-requisito: não há	Co-requisito: não há	
C. H. Semestral: 40h teórico-práticas		Total: 40h
<p>EMENTA (Unidade Didática): (Unidade Didática): Processos de inclusão digital e cidadania nas sociedades contemporâneas. Papel dos meios digitais na sociedade brasileira. Movimentos sociais e inclusão digital. Projetos de inclusão digital nas esferas públicas, privadas e terceiro setor. Inclusão digital e educação.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>CRUZ, Renato; O Que as Empresas podem Fazer pela Inclusão Digital. São Paulo : Instituto Ethos, 2004.</p> <p>OLIVEIRA, M. C. (org.); Demografia da Exclusão Social. Campinas, SP : Unicamp, 2001.</p> <p>LEMO, André. Cibercultura. Tecnologia e vida social na cultura contemporânea. Porto Alegre : Editora Sulina, 2002.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>MATOS, C. (org.); Ciência e Inclusão Social. São Paulo : Terceira Margem, 2002.</p> <p>NEGROPONTE, Nicholas. A vida digital. São Paulo : Companhia das Letras, 2003.</p>		
<p>Validade: a partir do ano letivo de 2009</p> <p>Coordenador da Câmara de Informática e Cidadania: Almir Carlos Andrade</p> <p>Assinatura:</p>		

14. Trabalho de Conclusão do Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é uma atividade acadêmica de sistematização do conhecimento sobre um objeto de estudo pertinente à informática e cidadania, desenvolvida com a orientação e avaliação docente, cuja exigência é um requisito parcial para a obtenção do diploma.

No módulo de Projeto de Aprendizagem VIII dar-se-á a realização do produto final denominado de TCC sendo o resultado de um projeto que contemple a concepção, desenvolvimento e implementação de um projeto na área de Informática e Cidadania sendo que pode contemplar um ou mais aspectos. Ou seja, o aluno poderá conceber um projeto com o desenvolvimento e ou a implementação de uma questão ligada a Informática e Cidadania. O TCC é o resultado de um aprendizado ao longo dos oito semestres culminando num trabalho escrito no oitavo período e deve ser apresentado de forma escrita numa banca de professores e convidados. Em ambos os casos, de apresentação individual, exige-se uma produção original sobre o conhecimento na área da informática e cidadania seguindo as normas da ABNT.

No curso superior em Informática e Cidadania o TCC será objeto de estímulo e reflexão ao longo de todo o período do curso. Na ocasião da formalização cada aluno deverá apresentar o preenchimento de formulário específico onde constará um plano de trabalho e o aceite e comprometimento de mediação integral por um professor da câmara.

O TCC deverá ser submetido a uma banca examinadora composta por três professores. A submissão do trabalho à banca examinadora deverá ser solicitada pelo professor mediador após a consideração de aptidão do trabalho para tal fim. A avaliação do TCC ocorre conjugando-se o acompanhamento contínuo pelo Professor Orientador e a avaliação final pela Banca Examinadora. Os procedimentos do TCC estão regulados por regimento específico a cargo da Câmara do Curso e sua metodologia de avaliação segue as normas do item 7 desse PPC.

14.1 Regulamento de Trabalho de Conclusão do Curso

CAPÍTULO I DA FINALIDADE E CARACTERIZAÇÃO

Art. 1º - Este documento de diretrizes destina-se a orientar e normatizar o processo de elaboração, orientação e avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do curso Superior em Informática e Cidadania da UFPR - Setor Litoral.

Art. 2º - O TCC é uma exigência curricular obrigatória para a obtenção do Grau de Bacharel em curso

Informática e Cidadania.

Art. 3º - O TCC caracteriza-se como processo de reflexão e síntese da formação profissional em Informática e Cidadania, abordando temas relacionados à matéria de Informática e Cidadania, podendo articular as experiências dos estudantes nos projetos de aprendizagem, nos campos de estágio, projetos e atividades de extensão e pesquisa, assim como outros temas e/ou atividades de interesse do/a estudante.

Art. 4º - O TCC é uma produção individual do acadêmico, orientado por docente do Setor Litoral da UFPR e deve ser apresentado em forma de monografia.

Art. 5º - O TCC representa um momento de síntese do espaço curricular dos Projetos de Aprendizagens, e será construído no módulo “Projetos de Aprendizagem VIII” realizados no 8º semestre, segundo carga horária e ementas previstas no Projeto Pedagógico do Curso.

Art. 6º - O TCC deve ser apresentado de acordo com as normas metodológicas para os trabalhos científicos, conforme estabelecem a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

CAPÍTULO II DOS OBJETIVOS

Art. 7º - São objetivos do Trabalho de Conclusão do Curso:

- Sistematizar conhecimentos sobre temas da realidade sócio-profissional, contribuindo para a formação e a intervenção nas áreas de Informática e Cidadania;
- Aprofundar o estudo teórico e pesquisa sobre as questões cidadãs e de informação, contextualizando e apreendendo criticamente a prática profissional;
- Contribuir para a compreensão sobre as possibilidades da prática profissional da Informática e Cidadania junto às instituições campos de estágio e de outras organizações;
- Analisar e avaliar aspectos da realidade, propondo novas alternativas de atuação frente às expressões da questão emergentes, preferencialmente, no litoral do Paraná;
- Contribuir para o aprimoramento do conhecimento acerca do Litoral Paranaense.

CAPÍTULO III

DO PROJETO DE TCC

Art. 8 - Para a realização do TCC é necessário a construção de um projeto a ser elaborado no módulo Projetos de Aprendizagem VIII, durante o 8º semestre do Curso, contemplando os seguintes itens:

- I. Apresentação;
- II. Justificativa;
- III. Objeto de estudo;
- IV. Questões norteadoras;
- V. Objetivos;
- VI. Fundamentação Teórica;
- VII. Procedimentos metodológicos;
- VIII. Proposta de sumário;
- IX. Cronograma;
- X. Referências.

Parágrafo Único: A elaboração do Projeto de TCC será acompanhada e orientada por docente do Setor Litoral, seguindo indicação pelo estudante de acordo com as áreas de interesse e aceite pelo professor, de acordo com sua disponibilidade de vaga para orientação.

Art. 9 – A avaliação do Projeto de TCC compreende os seguintes processos:

- I. Seminário de socialização e discussão dos projetos de TCC entre os orientadores e estudantes, realizado ao final do semestre, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento destes.
- II. Atribuição de nota pelo docente orientador.

CAPÍTULO IV DO DESENVOLVIMENTO DO TCC

Art. 10 – No módulo Projetos de Aprendizagem VIII, durante o 8º semestre do Curso, o/a acadêmico/a desenvolverá o TCC contendo no mínimo 40 (quarenta) e no máximo 80 (oitenta) páginas, e compreendendo as seguintes indicações:

- I. Introdução que incluirá:
 - a) justificativa de escolha do tema/objeto de estudo;
 - b) objetivos com a discussão do tema/objeto abordado;
 - c) relação com outros estudos realizados;
 - d) procedimentos metodológicos utilizados;
 - e) categorias de análise e os respectivos autores que as fundamentam;
 - f) apresentação da organização do trabalho.

I. Desenvolvimento que deverá:

- a) apresentar, de forma coerente e lógica, a discussão do objeto de estudo, considerando as articulações com a profissão e/ou a realidade social;
- b) primar pela articulação entre os capítulos;
- c) apresentar argumentação do objeto de estudo de maneira fundamentada, que permita compreendê-lo.

I. As considerações finais deverão conter:

- a) a síntese da reflexão, devendo retornar ao objeto inicial extrapolando o empirismo, não se reduzindo à mera descrição
- b) apresentar sugestões relevantes ao campo de estágio, ao curso e à profissão em Informática e Cidadania, quando pertinente.

I. Referências obrigatórias que devem:

- a) indicar as fontes que orientam o trabalho, sejam elas bibliográficas, documentais, legais, eletrônicas, etc.
- b) contemplar todos os autores, obras, documentos e/ou textos citados no texto.

CAPÍTULO V

DOS PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DO TCC

Art. 11 - A avaliação do TCC abrange o cumprimento da frequência exigida no módulo citado no art.10, defesa em banca examinadora com respectiva aprovação e entrega do TCC.

Art. 12 - A banca examinadora será aberta à participação do público e composta por três integrantes, sendo um o orientador/a do trabalho que a coordenará e os demais, docentes e/ou profissionais do curso Superior em Informática e Cidadania ou áreas afins, com titulação em nível superior, escolhidos em comum acordo entre orientador e estudante.

Art. 13 – Os integrantes da banca deverão receber cópia do TCC com, no mínimo, duas semanas de antecedência da data da defesa.

Art. 14 – Na ocasião da defesa, o estudante realizará apresentação oral com tempo médio de 20 minutos, seguida de arguição pelos membros da banca examinadora, tendo a defesa, a duração máxima de uma hora.

Art. 15 – Os integrantes da banca se reunirão para discutir sua avaliação individual e realizar uma avaliação conjunta, cujo conceito e recomendações serão registrados em ata específica.

Art. 16 - A avaliação do TCC pelos integrantes da banca será efetuada com base no trabalho escrito e na apresentação oral do/a acadêmico/a, observando os seguintes critérios:

- I. Relevância, originalidade e clareza da abordagem do objeto de estudo.
- II. Clareza e coerência na argumentação, explicações, discussões e conclusões;
- III. Capacidade de situar o objeto dentro do contexto social e/ou da intervenção profissional do/a assistente social;
- IV. Redação, apresentação e uso das normas técnicas;
- V. Linguagem correta, objetiva e clara na apresentação descritiva e gráfica e uso de terminologia acadêmica.

Parágrafo único: O trabalho em que for comprovado plágio (no todo ou em partes) será automaticamente desqualificado e o/a acadêmico/a reprovado/a.

Art. 17 – Serão considerados aprovados os estudantes que obtiverem conceitos APL e AS pela banca examinadora.

§ 1º- Os estudantes nesta condição terão 15 (quinze) dias para entregar a versão final do TCC, seguindo as recomendações da banca examinadora;

§ 2º- Deverão ser entregues duas cópias, sendo uma cópia encadernada em capa dura e uma cópia digital, as quais deverão ser depositadas na Biblioteca Universitária do Setor Litoral e entregue à Câmara do Curso de Graduação em Serviço Social o comprovante de depósito.

Art. 18 – O estudante que obtiver conceitos APS ou AI deverá apresentar uma nova versão do Trabalho de Conclusão de Curso no decorrer do semestre letivo subsequente, seguindo os procedimentos estabelecidos neste regulamento.

CAPÍTULO VI

DAS RESPONSABILIDADES

Art. 19 - São atribuições do Coordenador de TCC:

- I. Elaborar os programas de aprendizagem, organizar e coordenar as atividades e os registros do módulo Projetos de Aprendizagem VIII;
- II. Definir e divulgar os cronogramas do seminário de socialização dos projetos de TCC, de realização das bancas examinadoras e de entrega dos TCCs;

- III. Coordenar a realização do seminário de socialização dos projetos de TCC;
- IV. Receber e registrar os comprovantes de depósito dos TCC na biblioteca do Setor Litoral;
- V. Manter registros atualizados dos TCCs e respectivos orientadores;
- VI. Receber e coordenar a entrega pelos docentes orientadores dos registros de conceito e frequência dos estudantes para o módulo Projeto de Aprendizagem VIII ao final do semestre letivo.

Art. 20 – São atribuições do Professor Orientador:

- I. Orientar o estudante na construção do projeto e do TCC, respeitando as disposições deste Regulamento;
- II. Entregar à Coordenação de TCC do Curso Superior em Informática e Cidadania registro do conceito e frequência do estudante para o módulo Projeto de Aprendizagem VIII ao final do semestre letivo;
- III. Coordenar as bancas examinadoras dos orientandos;
- IV. Entregar à Coordenação de TCC do Curso Superior em Informática e Cidadania a ata da banca examinadora contendo o conceito obtido pelo acadêmico e assinada pelos membros da banca examinadora e pelo acadêmico.

Art. 21 - É de responsabilidade do Acadêmico:

- Elaborar o projeto e o TCC segundo as normas metodológicas e o exposto nestas diretrizes;
- Primar pela ética na abordagem e discussão do objeto de TCC;
- Comparecer ao processo de orientação do trabalho conforme cronograma acordado com o docente orientador;
- Comparecer perante a banca examinadora para apresentação e defesa do trabalho;
- Acatar sugestões propostas pela banca examinadora, observando os prazos finais de entrega do trabalho;
- Assinar a ata de avaliação da banca examinadora.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 22 - A observância dos princípios do Código de Ética Profissional e das orientações deste documento é fundamental a todos os envolvidos no processo.

Art. 23 - Os casos omissos neste documento de diretrizes serão analisados e decididos pela Câmara do Curso Superior em Informática e Cidadania.

Art. 24 – Estas diretrizes entrarão em vigor no ato da aprovação do Projeto Político Pedagógico do Curso.

15. Atividades Formativas Complementares

As atividades formativas complementares são parte da formação discente, com o objetivo de complementar o currículo de formação do Bacharel em Informática e Cidadania com atividades à sua escolha.

15.1 Regulamento de Atividades Formativas Complementares

1. Para receber o grau de bacharel em Informática e Cidadania é obrigatório o cumprimento da carga horária mínima em atividades formativas complementares no decorrer do curso.
2. A carga horária mínima a ser cumprida é de 80 horas/aula, o que equivale a 2,5% da carga horária total do curso.
3. Recomenda-se que o cumprimento das atividades formativas complementares seja realizado de forma diluída ao longo dos quatro anos de curso, evitando o acúmulo de atividades para o último ano do curso.
4. A natureza das atividades formativas complementares, bem como a carga horária máxima aceita por atividade, está discriminada na Tabela de Atividades Formativas Complementares abaixo.
5. As atividades de pesquisa e extensão não podem estar vinculadas ao projeto acadêmico de aprendizagem.
6. As atividades formativas complementares não podem ser contempladas no espaço das Interações Culturais e Humanísticas, Fundamentos Teóricos Práticos ou Projetos de Aprendizagem Acadêmica.
7. A entrega das cópias reprográficas dos certificados e comprovantes das atividades deverá ser protocolada no atendimento acadêmico os quais serão avaliados anualmente pela comissão de acompanhamento das atividades formativas complementares.
8. O não cumprimento das atividades formativas complementares nas condições supra citadas implicará na não obtenção do grau de bacharel em Informática e Cidadania; devendo o estudante cumprir a carga horária restante para atingir o mínimo necessário à formação.
9. A comissão de acompanhamento das atividades formativas complementares será composta pelos membros da câmara do curso superior em Informática e Cidadania.
10. Os casos omissos serão analisados pela câmara do curso em Informática e Cidadania.

TABELA DE ATIVIDADES FORMATIVAS COMPLEMENTARES CURSO DE INFORMÁTICA E CIDADANIA UFPR LITORAL		
Carga horária mínima total: 80 horas (3,125% da carga horária do curso)		
Tipo-Natureza (Resolução 70-04 Cepe – Art. 4º)	Carga Horária Máxima Revalidável	Equivalência em Horas
Disciplina ou Módulos Eletivos	60 Horas ou 4 Créditos (De 15 h/a cada)	60
Estágio Não Obrigatório	80 Horas	80
Monitoria	80 Horas	80
Atividade de Pesquisa – Iniciação Científica	80 Horas	80
Atividade de Extensão	80 Horas	80
EAD – Ensino à Distância	30 Horas	30
Atividades de Representação Acadêmica	30 Horas	30
Atividades Culturais Não Vinculadas Ao ICH	30 Horas	8
Eventos (Seminários, Congressos, etc) - Como Participante (Ouvinte)	60 Horas	30
PET – Programa Especial de Treinamento	80 Horas	80
Projetos Ligados à Ações em Informática do Litoral do Paraná (Não Vinculados ao Projeto de Aprendizagem)	60 Horas	60
Projetos Ligados à Ações em Cidadania do Litoral do Paraná (Não Vinculados ao Projeto de Aprendizagem)	60 Horas	60
Oficinas Didáticas Complementares	80 Horas	80
Programa de Voluntariado	30 Horas	30
Programas e Projetos Institucionais	30 Horas	30
Empresa Júnior	30 Horas	30
Apresentação de Trabalhos em Eventos	Até 2 Trabalhos	Cada Trabalho = 15 Horas
Publicação de Artigos Científicos em Revista Indexada	Até 2 Artigos	Cada Artigo = 30 Horas
Participação Em Cursos (Como Ouvinte)	60 Horas	30
Publicação em Periódicos Não Indexados	Até 5 Publicações	20 Horas
Cursos de Línguas Estrangeiras	60 Horas	60

16. Estágio Obrigatório

O Estágio no Setor Litoral é um processo contínuo de aprendizagem e desenvolvimento de habilidades e competências que visam o aprimoramento pessoal e profissional, sendo contemplado durante todo o processo de construção do conhecimento do estudante no seu curso – podendo ser realizado em todos os períodos do curso como atividade complementar, mas também está previsto neste PPC – um espaço de 160 horas de estágio obrigatório que deve ser realizado no 8º semestre do curso.

Os estágios do Curso Superior em Informática e Cidadania trabalha na lógica de integração dos 3 eixos (FTP, PA e ICH) abrangendo a gestão, a tecnologia da informação e a cidadania e têm como objetivos propiciar um espaço de vivências profissionais nos cursos do Setor Litoral. Por isto espera-se que aqui o estudante faça associações, contestações do real, amplie sua sensibilidade para as questões concretas da sua profissão e não simplesmente seja conduzido a reproduzir atos e fatos do cotidiano profissional com apoio de um especialista vigilante. Espera-se também o treinamento, mas um treinamento que não seja reificador de fatos cujas ações sejam incompatíveis com a visão sustentabilidade e qualidade de atendimento nas questões informática e cidadania.

Espera-se alcançar estas metas através de vivências profissionais interativas com o conjunto das bases curriculares do curso, e utilizando abordagens comunicativas etnosociológicas.

Assim, por ser processo educacional contínuo, é contemplado em todas as fases do PPP. Desta forma faz com que “se lhes passe” (ao estudante) o conhecer, compreender, propor e agir. Parte-se de um conceito ampliado do egresso como um mediador especializado e comprometido com abordagens humanísticas e ocupado com políticas públicas de ecodesenvolvimento. Um profissional que conhece, compreende, propõe e age com todo seu desempenho profissional e humano.

Para requerer o estágio o estudante deverá apresentar para a Câmara sua solicitação com identificação do local, nome, endereço e um roteiro temático para iniciar a comunicação entre instituição, empresa e estudante. Cumprido estas formalidades será designado um docente tutor ao estudante para acompanhar seu processo de estágio.

Como avaliação - serão observados os seguintes itens:

- Capacidade cinética de potencializar ações planejadas em conjunto com seus pares e docentes.
- Competência de abordagem e de interagir com o ambiente do estágio, e colher dados sem interferir no real, mas com postura ideológica aberta e transparente.
- Competência de atingir os objetivos solicitados valorizando ações em prol do aumento dos baixos índices de cidadania no tecido social do Litoral

16.1 Regulamento de Estágio Obrigatório

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Artigo 1 – Com base no artigo 15 da Resolução 46/10 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFPR (CEPE), o presente regulamento visa estabelecer diretrizes específicas para os estágios obrigatórios e não obrigatórios, no âmbito do Curso Superior de Informática e Cidadania, regulamento este que foi elaborado pela Comissão Orientadora de Estágio (COE) com a participação dos professores orientadores do referido curso, tendo presente também as demais normas vigentes da UFPR bem como a Legislação Federal.

CAPÍTULO II DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS

Artigo 2 – Os estágios supervisionados específicos, obrigatórios e não-obrigatórios, do Curso Superior em Informática e Cidadania da UFPR, estão regulamentados em legislação federal pela **Lei 11.788/08**, que dispõe sobre as novas regras para a contratação dos estágios, e pela normatização interna da UFPR que tratam da matéria, em especial a **Resolução nº 46/10 - CEPE** – que dispõe sobre os estágios na UFPR; a **Resolução nº 70/04 - CEPE** – que dispõe sobre as Atividades Formativas Complementares na flexibilização dos currículos dos cursos de graduação da UFPR e a **Instrução Normativa 01/03-CEPE** – que normatiza os estágios não obrigatórios (voluntários).

CAPÍTULO III DO CURSO SUPERIOR EM INFORMÁTICA E CIDADANIA

Artigo 3 – O Curso Superior em Informática e Cidadania é uma graduação do âmbito da educação profissional, cujo currículo pleno é contextualizado com a realidade do litoral paranaense, suas fragilidades em termos de ocupação do espaço territorial, suas especificidades em relação às demandas por profissionais que entendam também das problemáticas de cidadania e de tecnologia da informação.

Artigo 4 – As estratégias de formação do curso Superior em Informática e Cidadania estão planejadas tendo como base o Projeto Político Pedagógico do Setor Litoral da UFPR, que leva em conta as vocações e

necessidades regionais, tendo o curso foco nas ações nas esferas públicas privadas e do terceiro setor com ênfase na implementação das redes sociais. Por isto em seu aprendizado são ofertados conhecimento das bases técnicas e das implicações éticas da área de informática e cidadania, entre outros temas afins.

CAPÍTULO IV

DO ESTÁGIO CONTEMPLADO NO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO - PPC

Artigo 5 – Os Estágios Supervisionados deverão articular um conjunto de atividades alinhadas aos princípios gerais previstos no Projeto Pedagógico que norteiam o currículo pleno do Curso Superior em Informática e Cidadania.

Artigo 6 – Os estágios são atividades formativas complementares necessárias para que o aluno tenha um espaço para demonstrar como integra os conhecimentos obtidos nas temáticas que experimentou nos espaços de Fundamentos Teóricos Práticos (FTP), Projetos de Aprendizagem (PA) e das Integrações Culturais Humanísticas (ICH), espaços do Projeto Pedagógico do Curso Superior em Informática e Cidadania, e também como está atendendo o pressuposto da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Artigo 7 – Os Estágios do Curso Superior em Informática e Cidadania são um processo contínuo de aprendizagem e desenvolvimento de habilidades e competências que visam o aprimoramento pessoal e profissional, sendo contemplado durante todo o processo de construção do conhecimento do estudante no seu curso, respeitadas as diretrizes do Capítulo XII

CAPÍTULO V

DA DEFINIÇÃO DO ESTÁGIO

Artigo 8 – Para efeito deste regulamento, conceitua-se estágio, obrigatório e não obrigatório, uma atividade curricular pedagógica aplicada, devendo sempre ser precedido por um Projeto onde o estudante explique seus objetivos ao escolher o estágio e sempre em sintonia com os princípios de refletir teoricamente sobre suas práticas nos estabelecimentos de estágio.

Artigo 9 – O estágio, seja ele obrigatório ou não obrigatório, não contemplará qualquer vínculo empregatício.

CAPÍTULO VI

DA NATUREZA DOS ESTÁGIOS

Artigo 10 – Os estágios no Curso Superior em Informática e Cidadania, consistem em atividades curriculares de base eminentemente pedagógica para promover:

I - Desenvolvimento de interdisciplinaridade;

II - Experiência acadêmico-profissional orientada para a competência técnico-científica e para a atuação no trabalho dentro do contexto de relações sociais diagnosticadas;

III - Oportunidade de questionamento, reavaliação curricular e reestruturação curricular;

IV - Oportunidade para relacionar dinamicamente teorias e práticas desenvolvidas ao longo das atividades de ensino.

Artigo 11 – Os estágios também envolvem atividades curriculares de caráter integrador para promover vivência profissional em ambiente genuíno de trabalho na comunidade próxima.

CAPÍTULO VII

DOS OBJETIVOS DO ESTÁGIO

Artigo 12 – O estágio objetiva oportunizar situações reais de aprendizagem para a complementação da preparação profissional do aluno, atendendo ao Projeto Pedagógico do Curso Superior em Informática e Cidadania.

Os objetivos dos estágios são:

I - Propiciar um espaço de vivências profissionais permitindo que os alunos façam associações, contestações do real, ampliem sua sensibilidade para as questões concretas da profissão;

II - Oportunizar aos alunos iniciação prática na área gestão de informática e cidadania, disponibilizando novas técnicas de trabalho e possibilitando um contato empírico com as matérias teóricas que lhes são passadas em sala de aula.

III - Possibilitar através do processo ensino-aprendizagem o desenvolvimento das potencialidades individuais, contextualizando o conhecimento da realidade em que irá atuar, relacionando a teoria com a prática;

IV - Estimular os alunos a iniciativa para a resolução de problemas na sua área de atuação;

V - Possibilitar uma interação entre o meio acadêmico e a sociedade;

VI - Fomentar o surgimento de uma nova geração de gestores cidadãos empreendedores, capazes de propor inovações no ambiente da tecnologia para a implementação das redes sociais..

VII - Capacitar o aluno para uma visão de sustentabilidade e qualidade de atendimento nas esferas públicas privadas e do terceiro setor.

VIII - Possibilitar o conhecer, compreender, propor e agir, partindo de um conceito ampliado do gestor de tecnologia da informação como um mediador especializado e comprometido com abordagens humanísticas e ocupado com políticas públicas de ecodesenvolvimento.

CAPÍTULO VIII

DOS PROCEDIMENTOS DO ESTÁGIO

Artigo 13 – O estágio obrigatório e não obrigatório tem fundamentalmente o caráter pedagógico que deverá ser respeitado em todos os seus termos pelas partes conveniadas e pelo aluno, que deseja aprender com a prática, com a concordância da Câmara do Curso Superior em Informática e Cidadania.

Artigo 14 – O programa de estágio junto a uma Empresa concedente de estágio deverá ser formalizado através de um [Termo de Convênio](#) devidamente assinado pelas partes.

Artigo 15 – A Empresa concedente poderá optar em administrar o seu programa de estágio, caso em que o Termo de Convênio será firmado diretamente com a UFPR, sem nenhum ônus para a Empresa, ou através de [Agente de Integração](#) conveniado com a UFPR, caso em que o Agente de Integração intermediará os assuntos junto à UFPR, sendo que nessa situação a Empresa deverá arcar pelos custos que forem atribuídos pelo Agente de Integração contratado.

Parágrafo Único: É vedada a cobrança de qualquer taxa dos estudantes a título de remuneração pelos serviços dos Agentes de Integração.

Artigo 16 – A Empresa poderá proceder ao recrutamento, seleção e admissão do estagiário somente após formalizado o Termo de Convênio junto à UFPR, respeitadas as diretrizes da legislação em vigor.

Artigo 17 – Toda contratação de estagiário pela Empresa concedente deverá ser formalizada através de [Termo de Compromisso de Estágio](#) firmado entre o estagiário e a Empresa, e na UFPR como interveniente através do Coordenador da Câmara do Curso Superior em Informática e Cidadania e a Coordenação Geral de Estágios (CGE).

Artigo 18 – O desenvolvimento do estágio firmar-se-á conforme ficou acordado entre as partes no Termo de Compromisso e Plano de Estágio e legalmente amparado pela legislação em vigor.

Artigo 19 – Todo estagiário deverá estar coberto obrigatoriamente por seguro contra acidentes pessoais durante o período do estágio e a Empresa concedente deverá arcar com este requisito legal, mencionando no Termo de Compromisso de Estágio o nome da Empresa Seguradora e o número da apólice de seguro.

Parágrafo Único – A Empresa concedente de estágio poderá optar pela contratação do seguro mencionado no caput deste artigo através da UFPR mediante depósito mensal em conta bancária do valor do referido seguro.

Artigo 20 – Nenhum estágio poderá ser iniciado sem a devida cobertura de seguro contra acidentes pessoais, prevista na legislação em vigor, e sem as devidas assinaturas no Termo de Compromisso.

CAPÍTULO IX

DOS FORMULARIOS PARA A OFICIALIZAÇÃO DO ESTÁGIO

Artigo 21 – Todos os formulários necessários para a regularização dos estágios estão disponíveis no portal da Pró-Reitoria de Graduação da UFPR (PROGRAD), e deverão ser preenchidos e assinados conforme regulamentação e encaminhados para a Câmara do Curso Superior em Informática e Cidadania, que fará a conferência dos documentos e encaminhará a Coordenação Geral do Estágio (CGE) da UFPR.

CAPÍTULO X

DOS AGENTES DE INTEGRAÇÃO

Artigo 22 – Nenhum agente de integração está autorizado a mediar estágios sem que possua o Termo de Convênio devidamente assinado junto à UFPR. Os Agentes de Integração devidamente conveniados estão alistados no portal da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD).

CAPÍTULO XI

DA CONCESSÃO DO ESTÁGIO

Artigo 23 – É vedado o início do estágio sem a aprovação da Câmara do Curso Superior em Informática e Cidadania.

CAPÍTULO XII

DA CARGA HORÁRIA

Artigo 24 – Os estágios obrigatórios do Curso Superior em Informática e Cidadania, cumprindo as exigências das diretrizes curriculares, são condições essenciais para a obtenção do diploma, devendo contemplar a carga horária correspondente a **160 horas** no 8º semestre do curso, assim distribuídas: **40 horas** de orientação em sala de aula e **120 horas** de atividades práticas na empresa cedente do estágio.

Artigo 25 – Os estágios não-obrigatórios constituem uma das modalidades de atividade formativa complementar, seguindo as normas desse Regulamento e da legislação em vigor.

Parágrafo Único – O currículo do Curso Superior em Informática e Cidadania prevê uma carga horária mínima de 100 horas em Atividades Formativas Complementares, que poderão ser realizadas através da modalidade de estágio não obrigatório, em todos os períodos do curso, ficando a Câmara do Curso Superior em Informática e Cidadania com a responsabilidade de reconhecer e validar a carga horária para esta atividade formativa complementar.

Artigo 26 – Não será autorizado estágio não obrigatório para aluno que já tenha integralizado o currículo ou que estejam cursando o 8º semestre do curso.

Artigo 27 – Os estágios obrigatórios e não-obrigatórios obedecerão à legislação vigente que impõe jornada semanal de no máximo 30 horas, sendo 6 horas diárias (LEI Nº 11.788, DE 25 DE SETEMBRO DE 2008).

CAPÍTULO XIII

DAS MODALIDADES DOS ESTÁGIOS

Artigo 28 – O Curso Superior em Informática e Cidadania consente a realização de estágios nas seguintes modalidades:

Parágrafo 1 – Estágio Obrigatório, cursado como disciplina e com exigência de matrícula, definido como pré-requisito no projeto pedagógico do curso para a aprovação e obtenção do diploma.

Parágrafo 2 – Estágio Não Obrigatório, que poderá ser realizado voluntariamente pelo aluno, como uma atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória, desde que não cause prejuízos à integralização do currículo pleno do curso.

Artigo 29 – Tanto para o estágio obrigatório como para o estágio não obrigatório se faz necessário a formalização do Termo de Convênio entre a UFPR e a Unidade Concedente, resguardadas a cobertura de seguro de acidentes pessoais e a lavratura de Termo de Compromisso de Estágio.

CAPÍTULO XIV

DO CAMPO DE ESTÁGIO

Artigo 30 – Constituem campo de estágio as entidades de direito privado, as ONG's, os órgãos de administração pública ou privadas, as instituições de ensino, bem como profissionais liberais de nível superior devidamente registrado em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional, que cumpram as obrigações previstas na legislação vigente (Lei Nº. 11.788/2008 - Capítulo III), e desde que apresentem condições para:

I – planejamento e execução conjunta das atividades de estágios;

II – avaliação e aprofundamento dos conhecimentos teórico-práticos do campo específico de trabalho; e

III – vivência efetiva de situações concretas de vida e trabalho dentro de um campo profissional.

Artigo 31 – Para estabelecimento de campo de estágio serão considerados em relação à entidade que oferta o estágio:

I – existência de infraestrutura material, física e de recursos humanos que garantam a formação cultural e profissional do estagiário;

II – aceitação das condições de orientação e avaliação da UFPR;

III – anuência e acatamento às normas disciplinadoras dos estágios da UFPR;

IV – proposição dos termos de organização do estágio de modo a poder ser convertido em formulação legal, em que se resguardem, entre outros aspectos, a cobertura de seguro acidente e a aceitação tácita da orientação do estágio pela UFPR; e

V – lavratura do termo de compromisso de estágio, conforme legislação vigente.

Parágrafo Único – Os prazos de validade para o instrumento legal (convênio) firmado entre a UFPR e a entidade concedente do estágio serão de dois a cinco anos, podendo ser renovados.

CAPÍTULO XV

DOS LOCAIS DE ESTÁGIO

Artigo 32 – Os estágios do Curso Superior em Informática e Cidadania poderão ser realizados em qualquer dos espaços abaixo exemplificados:

I – Comércio e Indústria legalmente constituídos;

II – Prestadoras de Serviços e Autônomos;

III – Instituições Financeiras;

IV – Instituições de Saúde;

V – Organizações não governamentais;

VI – Núcleos de pesquisa/laboratório;

VII – Prefeituras Municipais e suas secretarias;

VIII – Câmara de Vereadores

IX – Instituições Educacionais;

X – Cartórios;

XI – Associações ou cooperativas ligadas às populações tradicionais;

XII – Outras empresas cujas atividades se enquadrem no propósito do curso.

Artigo 33 – A realização de estágios deverá ser feita por meio de convênio do local definido pelo aluno com a Coordenação Geral de Estágios (CGE) da UFPR, por indicação do estudante, e/ou docentes, com o deferimento da Câmara do Curso Superior em Informática e Cidadania.

CAPÍTULO XVI

DAS CONDIÇÕES DO CAMPO DE ESTÁGIO

Artigo 34 – A Empresa concedente onde se realizará o estágio deverá apresentar um ou mais profissionais para a supervisão das atividades a serem desenvolvidas pelo aluno estagiário no campo de trabalho;

Parágrafo Único – O supervisor do campo de estágio deverá atuar em consonância com o professor orientador designado pela Câmara do Curso Superior em Informática e Cidadania.

CAPÍTULO XVII

DAS CONDIÇÕES PARA A INSCRIÇÃO NO ESTÁGIO

Artigo 35 – O estágio obrigatório é uma atividade que exige prévia matrícula, devendo ser respeitadas todas as normas pertinentes ao estágio bem como o presente regulamento que passa a fazer parte integrante do Projeto Pedagógico do Curso Superior em Informática e Cidadania.

Parágrafo Único – Somente será deferido estágio, em qualquer uma de suas modalidades, ao aluno que estiver regularmente matriculado e com frequência regular às aulas.

Artigo 36 – O aluno deverá elaborar e apresentar à Câmara do Curso Superior em Informática e Cidadania o seu Projeto de Estágio, de acordo com os modelos disponibilizados pela Coordenação Geral de Estágio da UFPR (CGE).

Artigo 37 – A carga horária prevista no Projeto de Estágio deverá ser compatível com a grade horária do curso, evitando prejuízo à integralização curricular.

Parágrafo Único – É vedada a realização da atividade de estágio em horário das disciplinas em que o aluno estiver matriculado.

CAPÍTULO XVIII

DO ATO DA INSCRIÇÃO NO ESTÁGIO

Artigo 38 – Para requerer o estágio o aluno deverá apresentar para a Câmara do Curso Superior em Informática e Cidadania sua solicitação, informando o nome da empresa em que realizará estágio, bem como o seu Plano de Estágio. Ao deferir a petição, a Câmara designará um docente orientador para acompanhar seu processo de estágio e verificar se a Empresa escolhida possui infraestrutura necessária que garanta a formação do estagiário.

CAPÍTULO XIX

DA ORIENTAÇÃO, DA SUPERVISÃO E DA AVALIAÇÃO DOS ESTÁGIOS

Artigo 39 – A orientação dos estágios obrigatórios e não obrigatórios deve ser entendida como uma assessoria dada ao aluno no decorrer de sua prática profissional por docentes da UFPR, designados pela Câmara do Curso Superior em Informática e Cidadania, de forma a proporcionar aos alunos estagiários o pleno desempenho de ações, princípios e valores inerentes à realidade da profissão em que se processa a vivência prática.

Artigo 40 – A carga horária da orientação dos estágios para cada docente orientador é de meia hora semanal.

Artigo 41 – A orientação de estágios obrigatórios e não obrigatórios dar-se-á de conformidade com a seguinte modalidade:

Parágrafo 1 – Orientação Indireta: Com acompanhamento feito via relatórios, reuniões e visitas ocasionais ao campo de estágio, durante as quais se processarão contatos e reuniões com o profissional supervisor responsável.

Parágrafo 2 – O docente orientador de estágio será designado pela Câmara do Curso Superior em Informática e Cidadania.

Parágrafo 3 – O supervisor de estágio é o profissional com formação ou experiência na área de conhecimento desenvolvida no estagiário, encarregado de supervisionar as atividades do estagiário no campo de estágio, e deverá ser designado pela Empresa concedente.

Parágrafo 4 – Em caso da empresa cedente de estágio ser do próprio estagiário este não poderá ser seu supervisor de estágio, devendo a empresa designar outra pessoa da empresa que não seja estagiário do mesmo curso.

Artigo 42 – A avaliação dos estagiários será feita pelo professor orientador, de forma sistemática e contínua, com a colaboração dos profissionais supervisores do campo de estágio, com os resultados de autoavaliação dos alunos e de acordo com as normas deste Regulamento, tendo sempre presentes as normas vigentes da UFPR.

Artigo 43 – Para ser considerado aprovado o aluno deverá obter conceito:

I – Aprendizagem Plena (APL) com frequência de 100% na orientação de estágio e 100% no campo de estágio.

II – Aprendizagem Suficiente (AS) com frequência de na orientação de estágio e 100% no campo de estágio.

Parágrafo 1 – Serão admitidas apenas faltas justificadas (de acordo com as normas da UFPR), cujas ausências deverão ainda assim ser repostas.

Parágrafo 2 – A reposição da(s) falta(s) deverá ser solicitada junto ao docente orientador e/ou supervisor responsável pelo local de estágio, a partir de um documento que contenha a proposta de calendário da reposição e a justificativa da ausência, com aprovação da Câmara do Curso Superior em Informática e Cidadania.

Parágrafo 3 – Situações especiais que resultem em ausência como, por exemplo, apresentação de trabalhos e/ou participação em congressos, serão tratados pela Câmara do Curso Superior em Informática e Cidadania, desde que comunicadas com antecedência de 30 dias ao(s) professor(es) responsável(is) e protocolizado à câmara, sendo também obrigatória a reposição.

CAPÍTULO XX

DA INTERRUÇÃO DO ESTÁGIO

Artigo 44 – Terá seu estágio não reconhecido o aluno que não atender ao exposto neste Regulamento e nas normas gerais da UFPR.

Artigo 45 – O professor orientador de estágio ou o supervisor do campo de estágio poderá requerer a qualquer tempo a suspensão do estágio, desde que seja constatada negligência do estagiário no desempenho das atividades previstas no Projeto de Estágio, haja falta não justificada, ou outra questão considerada relevante, devendo ser encaminhada a COE, por meio de documento escrito com as devidas justificativas.

Artigo 46 – O aluno estagiário poderá requerer a suspensão de seu estágio por meio de documento escrito à Câmara do Curso Superior em Informática e Cidadania para as devidas providências.

Artigo 47 – O trancamento de matrícula, abandono ou conclusão do curso determinam automaticamente a interrupção do estágio.

CAPÍTULO XXI

DA ADMINISTRAÇÃO DO ESTÁGIO

Artigo 48 – A organização acadêmica dos estágios estará afeta aos professores orientadores de estágios.

Artigo 49 – A organização administrativa será responsabilidade da Câmara do Curso Superior em Informática e Cidadania, através da Comissão Orientadora de Estágio (COE), contando com o apoio da Coordenação Geral dos Estágios (CGE) em nível institucional.

Artigo 50 – Compete a Câmara do Curso:

- I** – Supervisionar a execução e o desenvolvimento dos estágios obrigatórios e não obrigatórios.
- II** – Designar e manter ativa uma Comissão Orientadora de Estágios (COE), composta de professores da Câmara do Curso Superior em Informática e Cidadania, com mandatos variáveis de um a dois anos.

Artigo 51 – Compete à Comissão Orientadora de Estágio (COE):

- I** – Planejar e avaliar as atividades referentes aos estágios obrigatórios e não-obrigatórios, de conformidade com os planos didáticos dos professores orientadores, de forma a garantir o cumprimento das diretrizes gerais do estágio na UFPR;
- II** – Representar-se junto a Câmara do Curso a fim de articular a definição de políticas de desenvolvimento, acompanhamento e avaliação do estágio junto ao curso;
- III** – Contatar as Empresas concedentes de estágio para análise de condições do campo e das informações quanto à celebração de convênios, quando necessários;
- IV** – Manter o fluxo de informações relativas ao acompanhamento e desenvolvimento dos estágios em processo, bem como assegurar a socialização de informações junto à Câmara do Curso Superior em Informática e Cidadania e ao campo de estágio.
- V** – Zelar, em conjunto com a CGE, para que os estagiários não sejam utilizados como mão de obra qualificada de baixa remuneração por parte das entidades concedentes de estágio.

VI – Contratar seguro para os estagiários a fim de garantir a integridade física de cada um.

CAPÍTULO XXII

DOS DEVERES DO ESTÁGIÁRIO

Artigo 52 – Respeitar em todos os seus termos o presente Regulamento bem como a legislação federal e as resoluções internas da UFPR;

Parágrafo Único – O não atendimento do previsto no caput deste artigo implicará no não reconhecimento pela UFPR do Estágio do aluno.

Artigo 53 – Atender prontamente todas as orientações e solicitações do Professor Orientador do estágio bem como do Supervisor de Campo;

Artigo 54 – Entregar pontualmente os relatórios e documentos para o docente orientador, sempre que solicitado;

Artigo 55 – Comparecer aos locais previamente escolhidos em dia e hora marcados para as aulas de orientação conforme Artigo 24 deste regulamento, mantendo sua ficha de frequência em dia com a assinatura do profissional responsável;

Artigo 56 – Apresentar-se no local de estágio com vestimenta apropriada ao local de estágio, respeitando o regulamento interno da Empresa concedente de estágio.

CAPÍTULO XXIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 57 – Serão expedidos certificados de estágio não obrigatório, pela Coordenação Geral de Estágios (CGE), mediante parecer da COE.

Artigo 58 – Para estágios não obrigatórios, mediante solicitação à CGE, serão emitidos certificados aos professores orientadores e aos supervisores do campo de estágio, que tenham recebido parecer favorável da COE do Curso Superior em Informática e Cidadania.

Artigo 59 – Os casos não previstos neste Regulamento serão analisados e deliberados pela Comissão Orientadora de Estágio (COE) e pela Câmara do Curso Superior em Informática e Cidadania.

Artigo 60 – O presente Regulamento entrará em vigor a partir da data de sua aprovação pela Câmara do Curso em Informática e Cidadania, apresentado a Comissão Orientadora de Estágio (COE) e aprovado pelo Conselho Deliberativo da UFPR Setor Litoral.

ANTEPROJETO RESOLUÇÃO Nº / 11 – CEPE

Fixa o currículo do Curso Superior em Informática e Cidadania, do setor Litoral da Universidade Federal do Paraná, para funcionamento no período noturno, com duração de 4 anos.

O CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, órgão normativo, consultivo e deliberativo da Administração Superior, no uso de suas atribuições conferidas pelo Artigo 21 do Estatuto da Universidade Federal do Paraná,

RESOLVE:

Art. 1º - O Currículo do Curso Superior em Informática e Cidadania, realizado no período noturno, é constituído pela seguinte organização curricular:

FORMAÇÃO GERAL

Fundamentos Teóricos Práticos - FTP

Interações Culturais e Humanísticas - ICH

Projetos de Aprendizagem - PA

A. Fundamentos Teóricos Práticos 1º Período

A.1. SL018 Integração Universitária e Reconhecimento Local

A. 2.SLIC001 Introdução a Informática e Cidadania

A. 3 SLIC002 Informática Básica

A. 4 SLIC003 Metodologia e Conhecimento Científico I

B. Fundamentos Teóricos Práticos 2º Período

B.1. SLIC004 Introdução a Gestão

B.2. SLIC005 Linguagem de Programação I

B.3. SLIC006 Sociedade e Cultura

B.4. SLIC007 Teoria das Organizações

B.4..SLIC008 Metodologia e Conhecimento Científico II

C. Fundamentos Teóricos Práticos 3º Período

C.1. SLIC009 Linguagem de Programação II

- C.2. SLIC010 Tecnologia da Educação a Distância
- C.3. SLIC011 Gestão da Informação na Educação Pública
- C.4. SLIC012 Desenvolvimento Sustentável e Tecnologia
- C.5. SLIC013 Gestão de Pessoas

D. Fundamentos Teóricos Práticos 4º Período

- D.1. SLIC014 Análise e Projeto de Sistemas
- D.2. SLIC015 Sociedade e Tecnologia
- D.3. SLIC016 Empreendedorismo
- D.4. SLIC017 Gestão do Conhecimento em Sistemas de Saúde

E. Fundamentos Teóricos Práticos 5º Período

- E.1. SLIC019 Banco de Dados
- E.2. SLIC021 Direito e Legislação da Informática
- E.3. SLIC022 Gestão de Inovação Tecnológica
- E.4. SLIC023 Sistemas de Informação Para Gestores

F. Fundamentos Teóricos Práticos 6º Período

- F.1. SLIC024 Redes de Computadores
- F.2. SLIC025 Políticas Públicas
- F.3. SLIC026 Legislação Aplicada a Gestão Pública
- F.4. SLIC027 Ética e Deontologia da Tecnologia da Informação

G. Fundamentos Teóricos Práticos 7º Período

- G.1. SLIC029 Desenvolvimento de Aplicações WEB
- G.2. SLIC030 Gestão de Projetos em Tecnologia da Informação
- G.3. SLIC032 Software Livre

H. Fundamentos Teóricos Práticos 8º Período

- H.1. SLIC033 Estágio Obrigatório

I. INTERAÇÕES CULTURAIS E HUMANÍSTICAS

- I.1. SL001 Interações Culturais e Humanísticas I 1º Período

- I.2. SL002 Interações Culturais e Humanísticas II 2º Período
- I.3. SL003 Interações Culturais e Humanísticas III 3º Período
- I.4. SL004 Interações Culturais e Humanísticas IV 4º Período
- I.5. SL005 Interações Culturais e Humanísticas V 5º Período
- I.6. SL006 Interações Culturais e Humanísticas VI 6º Período
- I.7. SL007 Interações Culturais e Humanísticas VII 7º Período
- I.8. SL008 Interações Culturais e Humanísticas VII 8º Período

J. PROJETOS DE APRENDIZAGEM

- J.1. SL009 Projetos de Aprendizagem I 1º Período
- J.2. SL010 Projetos de Aprendizagem II 2º Período
- J.3. SL011 Projetos de Aprendizagem III 3º Período
- J.4. SL012 Projetos de Aprendizagem IV 4º Período
- J.5. SL013 Projetos de Aprendizagem V 5º Período
- J.6. SL014 Projetos de Aprendizagem VI 6º Período
- J.7. SL015 Projetos de Aprendizagem VII 7º Período
- J.8. SL016 Projetos de Aprendizagem VIII 8º Período

K. ATIVIDADES FORMATIVAS COMPLEMENTARES

Definidas de acordo com a resolução No 70/04 do CEPE/UFPR.

L. MÓDULOS OPTATIVOS

- L.1 SL017 Comunicação em Libras
- L.2 SLIC018 Gestão Estratégica
- L.3 SLIC020 Gestão Econômica e Financeira
- L.4 SLIC028 Tópicos Especiais em TI – I
- L.5 SLIC031 Tópicos Especiais em TI - II
- L.6 SLIC034 Organização do Terceiro Setor
- L.7 SLIC035 Informática e Cidadania na Educação a Distância
- L.8 SLIC036 Inclusão Digital

Art. 2º - A integralização do currículo do Curso Superior em Informática e Cidadania, realizado no período noturno, não poderá ocorrer em menos de 08 (oito) semestres e mais de 12 (doze) semestres, com as seguintes

cargas horárias:

Programa de Aprendizagem Carga Horária

Eixo Curricular	CH
Fundamentos Teórico-Práticos (FTP)	1520
Interações Culturais e Humanísticas (ICH)	640
Projetos de Aprendizagem (PA)	640
Atividades Formativas Complementares	80
Estágio Obrigatório	160
Módulos Optativos	160
CARGA HORÁRIA TOTAL	3200

Art. 3º Todos os estudantes do Curso Superior em Informática e Cidadania devem desenvolver atividades nos 3 eixos do Projeto Pedagógico da UFPR Litoral - Projetos de Aprendizagem; Fundamentos Teóricos e Práticos e Interações Culturais e Humanísticas, podendo ainda atuar em Projetos de Pesquisa e/ou Extensão ou de grupos de pesquisas docentes, ou projetos docentes individuais.

Art. 4º Para integralizar o currículo do curso Superior em Informática e Cidadania o acadêmico deverá cumprir uma carga horária mínima de 80 horas em Atividades Formativas Complementares, o que equivale a 2,5% da carga horária do curso.

Parágrafo único – Caberá à Câmara de Curso Superior em Informática e Cidadania, tendo em vista as determinações da legislação vigente na UFPR, regulamentar as Atividades Formativas Complementares, estabelecendo critérios de reconhecimento, validação e valoração para efeitos de integralização da carga horária estabelecida no caput.

Art. 5º - O acadêmico do curso Superior em Informática e Cidadania, para efeito de integralização de carga

horária poderá cursar módulos optativos livres e/ou módulos de outros Cursos da UFPR.

Art. 6º Todo estudante do Curso Superior em Informática e Cidadania deve desenvolver pelo menos um Projeto de Aprendizagem durante o curso, sob mediação de um docente, seguindo as recomendações estabelecidas do Projeto Político Pedagógico do Curso e do Setor Litoral.

Art. 7º Os estudantes com pendências em qualquer um dos eixos pedagógicos (PA, FTP e ICH) não poderão solicitar formatura até que suas pendências tenham sido resolvidas e seu conceito final seja AS ou APL.

Art. 8º Acompanha a presente resolução a Periodização Recomendada (Anexo I).

Art. 9º - Os estágios não-obrigatórios obedecerão à legislação vigente, em especial a Lei Federal Nº 11.788/2008, e a Resolução 46/10 - CEPE, de 6 de agosto de 2010.

Art. 10º - O Curso Superior em Informática e Cidadania consente a realização de estágios nas modalidades:

I - Estágio obrigatório: permite a experiência em espaços diferenciados de aprendizado conforme a escolha do acadêmico, o qual poderá ser validado de acordo com as Normas desse Regimento e resoluções normativas da universidade.

II - Estágio não obrigatório (optativo voluntário): permite a ampliação dos conhecimentos nos eixos pedagógicos em espaços de vivência, conforme a escolha do acadêmico, o qual poderá ser validado de acordo com as Normas das Atividades Complementares do Curso e resoluções normativas da universidade.

Art. 11º Esta Resolução entrará em vigor a partir de 2011, aplicando-se aos estudantes que ingressarem no Curso Superior em Informática e Cidadania, período noturno, a partir do ano de 2009.

Sala das Sessões em _____

PRESIDENTE DO CEPE

Anexo I - Periodização Recomendada

1ª FASE – CONHECER E COMPREENDER

	Semestre	Temática	CH
1º ANO	I 1º semestre	SL018 Integração Universitária e Reconhecimento Local	80
		SLIC001 Introdução a Informática e a Cidadania	40
		SLIC002 Informática Básica	80
		SLIC003 Metodologia e Conhecimento Científico I	40
		SL001 Interações Culturais e Humanísticas I	80
		SL009 Projetos de Aprendizagem I	80
		Carga Horária	400
	II 2º semestre	SLIC004 Introdução a Gestão	40
		SLIC005 Linguagem e Programação I	80
		SLIC006 Sociedade e Cultura	40
		SLIC007 Teoria das Organizações	40
		SLIC008 Metodologia e Conhecimento Científico II	40
		SL002 Interações Culturais e Humanísticas II	80
		SL010 Projetos de Aprendizagem II	80
		Carga Horária	400

2ª FASE –COMPREENDER E PROPOR.

	Semestre	Temática	CH
2º ANO	I 3º semestre	SLIC009 Linguagem e Programação II	80
		SLIC010 Tecnologia da Educação a Distância	40
		SLIC011 Gestão da Informação na Educação Pública	40
		SLIC012 Desenvolvimento Sustentável e Tecnologia	40
		SLIC013 Gestão de Pessoas	40
		SL003 Interações Culturais e Humanísticas III	80
		SL011 Projetos de Aprendizagem III	80
		Carga Horária	400
	II 4º semestre	SLIC014 Análise e Projeto de Sistemas	80
		SLIC015 Sociedade e Tecnologia	40
		SLIC016 Empreendedorismo	40
		SLIC017 Gestão do Conhecimento em Sistemas de Saúde	40
		Módulo Optativo I	40

3º ANO		SL004 Interações Culturais e Humanísticas IV	80
		SL012 Projetos de Aprendizagem IV	80
		Carga Horária	400
	I 5º semestre	SLIC019 Banco de Dados	80
		Módulo Optativo II	40
		SLIC021 Direito e Legislação da Informática	40
		SLIC022 Gestão de Inovação Tecnológica	40
		SLIC023 Sistemas de Informação Para Gestores	40
		SL005 Interações Culturais e Humanísticas V	80
		SL013 Projetos de Aprendizagem V	80
		Carga Horária	400
	II 6º semestre	SLIC024 Redes de Computadores	80
		SLIC025 Políticas Públicas	40
		SLIC026 Legislação Aplicada a Gestão Pública	40
		SLIC027 Ética e Deontologia da Tecnologia da Informação	40
		Módulo Optativo III	40
		SL006 Interações Culturais e Humanísticas VI	80
		SL014 Projetos de Aprendizagem VI	80
		Carga Horária	400

3ª FASE – PROPOR E AGIR.

	Semestre	Temática	CH
4º ANO	I 7º semestre	SLIC029 Desenvolvimento de Aplicações WEB	80
		SLIC030 Gestão de Projetos em Tecnologia da Informação	40
		Módulo Optativo IV	40
		SLIC032 Software Livre	80
		SL007 Interações Culturais e Humanísticas VII	80
		SL015 Projetos de Aprendizagem VII	80
		Carga Horária	400
	II 8º semestre	SLIC033 Estágio Obrigatório	160
		SL008 Interações Culturais e Humanísticas VIII	80
		SL016 Projetos de Aprendizagem VIII	80
		Carga Horária	3200